



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

Lays Silva de Souza

**Viver e Comer na Cidade:
Políticas públicas para o abastecimento alimentar em Belo Horizonte (século
XX)**

Belo Horizonte
2020

Lays Silva de Souza

**Viver e Comer na Cidade:
Políticas públicas para o abastecimento alimentar em Belo Horizonte (século
XX)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Linha de Pesquisa: História Social da Cultura

Orientador: Prof. Dr. José Newton Coelho Meneses

Belo Horizonte
2020

981.511
S729v
2020

Souza, Lays Silva de.

Viver e comer na cidade [manuscrito] : políticas públicas para o abastecimento alimentar em Belo Horizonte (século XX) / Lays Silva de Souza. - 2020.

173 f.

Orientador: José Newton Coelho Meneses.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Inclui bibliografia.

1.História – Teses. 2. Abastecimento de alimentos - Teses. 3.Políticas públicas - Teses. 4.Belo Horizonte (MG) – História - Teses. I. Meneses, José Newton Coelho . II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS



FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



FOLHA DE APROVAÇÃO

"Viver e Comer na Cidade: políticas públicas para o abastecimento alimentar em Belo Horizonte (século XX)"

Lays Silva de Souza

Dissertação aprovada pela banca examinadora constituída pelos Professores:

Prof. Dr. José Newton Coelho Meneses - Orientador
UFMG

Prof. Dr. Astréia Soares Batista
Universidade FUMEC

Profa. Dra. Heloisa Soares de Moura Costa
UFMG

Belo Horizonte, 18 de dezembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Jose Newton Coelho Meneses, Professor do Magistério Superior**, em 18/12/2020, às 14:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Heloisa Soares de Moura Costa, Professora do Magistério Superior**, em 18/12/2020, às 16:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Astreia Soares Batista, Usuário Externo**, em 21/12/2020, às 17:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0433107** e o código CRC **C58EE9FB**.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço ao meu orientador José Newton Coelho Meneses. O conhecimento e o rigor acadêmico transmitidos por ele foram fundamentais para minha jornada até aqui. Seu olhar sensível e interdisciplinar muito me auxiliou nos processos de maturação e de desenvolvimento desta pesquisa. A ele, serei sempre grata!

As primeiras pessoas que compartilhei meu desejo de escrever um projeto de mestrado Yuri Mello Mesquita e Carolina Marotta Capanema. Agradeço aos dois, pela escuta, partilha e acolhida. As experiências de vocês, em suas trajetórias acadêmicas, certamente me transmitiram força ao longo de todo o processo do mestrado. Ambos conheci no ambiente de trabalho, em fevereiro de 2015. Os anos se passaram e cada um trilhou caminhos profissionais distintos, mas a vida nos mostrou que a amizade construída vai muito além do trabalho e das trocas intelectuais.

A Amanda Alexandre Geraldês e Carolina Figueira pelo diálogo e parceria em várias apresentações de nossos trabalhos - pelos corredores da FAFICH e nas edições do EPHIS - que tanto contribuíram para o amadurecimento de minhas pesquisas acerca da História da Alimentação.

A todos(as) os(as) funcionários(as) do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, minha imensa gratidão! Esta instituição, onde guarda as fontes documentais utilizadas nesta pesquisa, também é meu local de trabalho. No APCBH, por mais de cinco anos, exerço minha profissão de historiadora e reconheço tal privilégio. Em especial, agradeço à Vilma Camelo Sebe e à Alessandra Pires Fonseca Macedo pela compreensão e apoio nos momentos em que precisei de me ausentar no trabalho para cumprir as atividades acadêmicas.

Agradeço à Michelle Márcia Cobra Torre, pelas vezes em que, atentamente, leu este trabalho e sugeriu questões sempre pertinentes. Também sou grata ao Lucas Freitas da Rosa pela revisão final e diagramação desta dissertação de mestrado.

Agradeço às minhas companheiras de trabalho Maria Cruz Ferraz, Thaís Marcolino, Gabriella Diniz Mansur e Rúbia Carla Dias. Nos últimos anos divido com elas a mesma sala, por mais de 8h diárias. É difícil colocar em palavras a conexão que criamos.... Somos diferentes, discutimos, nos respeitamos, nos ouvimos, nos

apoiamos, nos elogiamos. Eu aprendo com cada uma delas como ser uma mulher melhor para mim mesma e para nós todas!

Aos meus (as) amigos (as), que trilham comigo estrada longa desta vida: Carolina Paulino Alcântara – a irmã que Belo Horizonte me deu - ; Christiane Laís Fonseca e Diego Emiliano – meus afilhados amados -; Patrícia Junqueira – aquela da infância -; Julio César Pires de Moraes – o Joca; Débora Raíza Carolina Rocha Silva; Lauren Soledad Rial Araújo; Marco Senna; Charles Junio; Raphael Coelho Neto; Ingrid Ribeiro; Bárbara Rabelo, gratidão pela amizade verdadeira com a certeza de que tenho um porto seguro no abraço de cada um (a) de vocês!

Agradeço ao meu companheiro maior Thiago Veloso Vitral, quem me lembra de que, apesar de vivermos em tempos difíceis, é preciso buscar, todo dia, o “Estado de Poesia”! Em seu olhar e nos seus gestos leio a minha poesia predileta! A Marieta e Bento, meus amores felinos que são respiro de pureza e cuidado na rotina, por vezes dura, da vida adulta.

Por fim, e não menos importante, muito antes pelo contrário, agradeço à minha família. Com 17 anos de idade me mudei para a capital mineira para estudar, desde então nos encontramos pessoalmente muito menos do que gostaríamos. O amor incondicional da minha mãe Elza, do meu pai Jairo e dos meus irmãos Livia e Luã é minha referência de vida! A eles dedico meu trabalho.

RESUMO

Esta dissertação analisa o abastecimento alimentar em Belo Horizonte no decorrer do século XX, com foco nas políticas públicas empreendidas pelo poder público local. O objetivo geral é compreender o lugar do abastecimento na Prefeitura Municipal de Belo Horizonte identificando as ações das gestões municipais acerca de tal responsabilidade. Investiga-se os processos de produção, comércio e consumo de alimentos promovidos, regulamentados e fiscalizados que estiveram inseridos em diferentes contextos políticos da capital mineira. A fim de compreender a dinâmica do abastecimento ao longo dos anos, analisamos as transformações pelas quais a cidade passou desde sua concepção, como uma cidade para a República, até a década de 1990, quando foi criada a Secretaria Municipal de Abastecimento. Também são observadas as mudanças de comportamento da sociedade belorizontina no que se refere ao modo de adquirir gêneros alimentícios no decorrer de décadas. Nesse sentido, compreendemos que as transformações pelas quais a cidade sofreu ao longo dos anos, principalmente no que se refere ao aumento populacional e à expansão territorial da região metropolitana, foram fatores que influenciaram a dinâmica do abastecimento alimentar em Belo Horizonte. Portanto, para compreender o que se come na cidade depende de fatores complexos, por exemplo o mapeamento do lugar onde se vive. Uma cidade pode possibilitar diferentes hábitos e condições de alimentação para seus habitantes. A pesquisa foi realizada em fontes documentais diversas, como fotografias, relatórios de prefeitos, materiais gráficos, plantas e legislações, todas oficiais e produzidas pelos poderes Executivo e Legislativo em âmbito municipal. Deste modo, Belo Horizonte se evidenciou como um caso importante dentre as grandes cidades brasileiras oferecendo rica possibilidade para refletir as relações complexas entre a sociedade civil e sua cultura alimentar na contemporaneidade.

Palavras-chave: Abastecimento alimentar; Política pública; Administração pública; Sociedade; Belo Horizonte.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the food supply in Belo Horizonte during the twentieth century, focusing on public policies undertaken by the local government. The general objective is to understand the place of supply in the Municipality of Belo Horizonte, identifying the actions of municipal administrations regarding this responsibility. The processes of production, trade and consumption of promoted, regulated and supervised foods that were inserted in different political contexts of the capital of Minas Gerais are investigated. In order to understand the dynamics of supply over the years, we analyze the transformations that the city has undergone since its conception, as a city for the Republic, until the 1990s, when the Municipal Supply Secretariat was created. Belo Horizonte's society behavioral changes are also observed in terms of how to acquire foodstuffs over decades. In this sense, we understand that the transformations that the city has undergone over the years, especially with regard to population growth and the territorial expansion of the metropolitan region, were factors that influenced the dynamics of food supply in Belo Horizonte. Therefore, to understand what you eat in the city depends on complex factors, for example the mapping of the place where you live. A city can enable different habits and eating conditions for its inhabitants. The research was carried out in different documentary sources, such as photographs, reports of mayors, graphic materials, plans and legislation, all official and produced by the Executive and Legislative branches at the municipal level. Thus, Belo Horizonte has emerged as an important case among large Brazilian cities, offering a rich possibility to reflect the complex relationships between civil society and its food culture in contemporary times.

Key- words: Food supply; Public policy; Public administration; Society; Belo Horizonte

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Ofício do secretário da Agricultura ao engenheiro-chefe: autoriza a medição da Fazenda do Barreiro para ser dividida e transformada em colônia agrícola (1895)	38
Figura 2 - Primeira instalação do Mercado Municipal de Belo Horizonte (1900)	42
Figura 3 - Casa que pertenceu aos herdeiros de Francisco José da Silva Reis (1897)	45
Figura 4 - Gráfico referente ao movimento de construção em Belo Horizonte (1930)	47
Figura 5 - Média de crescimento populacional de Belo Horizonte entre os anos de 1940 e 1980 (1986)	53
Figura 6 - Feira dos produtores (s/d)	62
Figura 7 - Clipping Restaurante Popular - Diário Oficial do Município (16/04/2008).....	63
Figura 8 - Parte das instalações para tratamento do leite e ordenha (1948)	68
Figura 9 - Projeto de um mercado a ser construído no Barreiro (1949)	70
Figura 10 - Visita do prefeito Américo René Gianetti ao Matadouro Municipal.....	73
Figura 11 - Vista panorâmica do Mercado Central de Belo Horizonte (1947)	74
Figura 12 - Armazém Municipal n. 9 (12 de maio de 1960)	76
Figura 13 - Visita do prefeito América René Gianetti ao Restaurante Popular de Belo Horizonte (s/d).....	77
Figura 14 - Arredores do Mercado Central Municipal de Belo Horizonte (maio de 1959)	80
Figura 15 - Funcionários posando com atum no Matadouro Municipal (1959)	82
Figura 16 - Inauguração da Feira Coberta do Padre Eustáquio (1976)	83
Figura 17 - Caminhão de gêneros PBH/ SUNAB	85
Figura 18 - Caminhão do Povo (1963)	87
Figura 19 - Caminhão do Povo (1963)	88
Figura 20 - Armazém Regulador/ Departamento de Abastecimento/ PBH (1963)....	89
Figura 21 - Armazém Municipal (s/d).....	99
Figura 22 - Tabela de quantidade e valor de venda de gêneros no Mercado Central Municipal (1948).....	102
Figura 23 - Feira Coberta entre a Avenida Afonso Pena e a Rua da Bahia (29 de novembro de 1965)	105

Figura 24 - Cartaz para divulgação do início das obras de recuperação do Mercado da Lagoinha (1994)	107
Figura 25 - Folha do Abastecimento, n. 02 (novembro de 1996).....	109
Figura 26 - Supermercado Municipal da Prefeitura de Belo Horizonte/ DA (12 de maio de 1960)	111
Figura 27 - Inauguração do Mercado Distrital do Cruzeiro (1974).....	113
Figura 28 - Planta situação, paisagismo e fachada do Mercado Distrital da Avenida do Contorno (15 de maio de 1972).....	115
Figura 29 - Inauguração da Feira Coberta do Padre Eustáquio (março de 1976) ..	117
Figura 30 - Feira Livre do bairro Funcionário (1957)	119
Figura 31 - Mercado Distrital do Santa Tereza (1974).....	122
Figura 32 - Projeto arquitetônico do Mercado Distrital Bairro Santa Tereza - Centro Cultural (2002).....	123
Figura 33 - Revista BH na palavra do prefeito Juscelino Kubitscheck, s/n. (1944).	131
Figura 34 - Reportagem sobre a volta dos restaurantes populares em Belo Horizonte - Revista Pampulha (1952).....	132
Figura 35 - Clipping restaurantes populares de Belo Horizonte - Hoje em Dia (08 de fevereiro de 2004)	134
Figura 36 - 20º aniversário das feiras livres do bairro Padre Eustáquio (11 de julho de 1966)	136
Figura 37 - Manual de receitas da cantineira (s/d)	145
Figura 38 - Folder Pró-Pomar (1997).	146
Figura 39 - Inauguração do Posto ABasteCer – Avenida Saramenha com Cristiano Machado (1994)	147
Figura 40 - Programa Municipal de Abastecimento e Segurança Alimentar (1997)	148

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Estrutura Administrativa de Belo Horizonte (1989-1992) .150

Gráfico 2 - Evolução da Estrutura Administrativa de Belo Horizonte (1993-1996) .151

LISTA DE SIGLAS

APM	Arquivo Público Mineiro
APCBH	Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte
ASCOM	Assessoria de Comunicação do Município
CEASA	Centrais de Abastecimento de Minas Gerais
DA	Departamento de Abastecimento
DOM	Diário Oficial do Município
FMC	Fundação Municipal de Cultura
SMASAN	Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional
SMICA	Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Abastecimento
SUNAB	Superintendência Nacional de Abastecimento
PBH	Prefeitura Municipal de Belo Horizonte

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
Capítulo 1: Do ideal à concretude no contexto de criação da cidade	30
1.1 Uma cidade para a República.....	30
1.2 O modelo higienista importado.....	35
1.3 Lugares e modos de comer em transformação.....	41
Capítulo 2: A alimentação como demanda da cidade	55
2.1 Administrações públicas na municipalidade.....	55
2.2 O departamento de Abastecimento: estrutura e competência.....	60
2.3 O abastecimento nas gestões municipais	66
Capítulo 3: Lugares públicos do abastecimento, contextos das políticas alimentares	97
3.1 Os mercados e as feiras municipais, criação e novos usos	100
3.2 Políticas Públicas alimentares	125
CONSIDERAÇÕES FINAIS	153
REFERÊNCIAS	159
Fontes	159
Bibliografia.....	160
ANEXO I	167

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa é resultado de interesse surgido a partir da experiência com pesquisas arquivísticas. No processo de elaboração do *Guia do Acervo do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte*¹, deparamo-nos com documentos que possibilitaram as primeiras reflexões para nossa pesquisa. Por meio do Fundo da *Secretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (SMASAN)*², começamos a identificar fontes oficiais para tratar da história da alimentação em Belo Horizonte. A partir de então, questionamentos mais amplos foram surgindo e, concomitante a eles, buscamos outras fontes correlatas para embasar nosso estudo. Devido ao curto período de tempo de uma pesquisa de mestrado, muitas questões foram levantadas, mas não puderam ser contempladas com a profundidade necessária. Contudo outras tantas foram investigadas exaustivamente a partir da análise documental e historiográfica.

Buscamos compreender o lugar do abastecimento alimentar na nova capital mineira. Antes disso, no entanto, é importante pontuar que a alimentação é tema de pesquisa em diferentes áreas do conhecimento e transcende marcos cronológicos. Alimentar-se é uma ação intrínseca a todo ser vivo desde o nascimento até a morte. No decorrer da história, inúmeras pesquisas científicas foram realizadas considerando os alimentos consumidos por determinados grupos como benéficos ou prejudiciais à saúde não só dos indivíduos, mas também do ecossistema em que estavam inseridos.

Na contemporaneidade, com frequência, somos surpreendidos por resultados de pesquisas que associam o consumo de alguns alimentos e suas técnicas de preparação e conservação com o desenvolvimento de males da saúde, como o câncer, por exemplo.³ Tais informações interferem diretamente na cultura alimentar das pessoas. Com isso, há, pelo menos duas realidades: a dos indivíduos com acesso à informação do que é maléfico para a saúde e podem escolher passar por

¹ Instrumento de pesquisa institucional publicado em 2016. Disponível para acesso em: <https://issuu.com/apcbh/docs/guia_apcbh>. Acesso em 34 de maio de 2019.

² O Fundo SMASAN está sob a guarda permanente do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte e encontra-se disponível para acesso sem restrição.

³ Esses dados são provenientes de estudos realizados no campo das Ciências Biológicas.. Para maiores informações sobre a relação da produção alimentícia industrial na contemporaneidade com o desenvolvimento de males da saúde ver, como exemplo: <<http://cienciahoje.org.br/coluna/sobre-milho-transgenico-cancer-e-festinhas/>>. Acesso em 24 de maio de 2019.

mudança nos hábitos alimentares e a realidade dos que, embora saibam que determinados alimentos são prejudiciais, não possuem capacidade de escolha. Isto é, não têm acesso a diferentes alimentos, seja pela carestia ou ainda pela impossibilidade aquisitiva de manter uma alimentação considerada saudável. Também faz parte das pesquisas contemporâneas, em diversas áreas do conhecimento, o conceito de segurança alimentar, ou seja, de maneira bastante simplificada, a garantia de acesso a produtos alimentícios saudáveis pelo poder público. A segurança alimentar, como pauta e responsabilidade pública, teve início a partir da Primeira Guerra Mundial, momento em que populações passaram por intensa carestia de alimentos. Nesse sentido, tal conceito se associa tanto à ampliação do acesso de gêneros alimentícios quanto ao incentivo e implementação de práticas de produção consideradas sustentáveis para as gerações futuras e também para a preservação ambiental.

Sobre a carestia de alimentos, ela é característica marcante percebida nas sociedades pós-industrialização. No Brasil, as últimas décadas do século XX passaram por processo de modernização, avanço no campo industrial, crescimento populacional no espaço urbano e a conseqüente expansão do consumo. De acordo com o pesquisador José Luís Romero

Assim como no caso da explosão social do final do século XVIII, a que ocorreu depois da crise de 1930 consistiu, sobretudo em uma ofensiva do campo sobre a cidade de modo que se manifestou sob a forma de uma explosão urbana que transformaria as perspectivas da América Latina.⁴

Nesse contexto, várias cidades que já possuíam certa estrutura para produção industrial e comércio de alimentos, se transformaram em referência para sua região. O fluxo migratório em direção a essas grandes urbes se intensificou e em cada polo urbano se originou uma formação sociocultural distinta e inédita. É justamente nessa conjuntura que pretendemos compreender como foi se configurando o lugar do abastecimento alimentar em perímetro urbano não só geograficamente como também na cultura dos cidadãos. Para tanto, compreender os significados sociais dos lugares é um exercício pertinente para analisar a história da cidade. De acordo com Henri Lefebvre (2001), os estudos que versam sobre

⁴ ROMERO, José Luís. *América Latina: as cidades e as idéias*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2004, p. 355.

questões urbanas precisam, necessariamente, partir do processo de industrialização local considerando-o como “o motor das transformações na sociedade”.

O recorte espacial que pretendemos aqui analisar é a nova capital mineira e o recorte temporal é o século XX. No que se refere a uma pesquisa historiográfica, o tempo de análise é de longa duração. Por isso, nos atermos ao nosso tema para não perder de vista o processo histórico do abastecimento alimentar em Belo Horizonte. Nos primeiros anos após a inauguração da capital, buscamos compreender a dinâmica do comer na cidade, a qual foi construída para ser a representação da República no Estado de Minas Gerais. Entretanto, naquele momento, as fronteiras entre o rural e o urbano se confundiam e isso pode ser notado na estética da cidade e na cultura alimentar de seus habitantes. Segundo a historiadora Regina Helena Silva,⁵ o final da década de 1940 marca os momentos finais do discurso do moderno e depois as necessidades das cidades inauguram a era da “modernização” e do “desenvolvimento” na configuração do espaço urbano. Naquele período, a cidade de Belo Horizonte começou a vivenciar os processos correlatos de concentração demográfica, crescimento da cidade e conurbação com as cidades vizinhas, delineando-se a estrutura atual da Região Metropolitana.⁶

Com o aumento da população, a demanda por gêneros alimentícios caminhou na mesma velocidade, com acréscimo de um importante fator, o ritmo de vida nas grandes cidades tornou-se mais veloz do que nas cidades interioranas. Ou seja, a distância da residência ao trabalho ficou maior, o que aumentou o deslocamento e, por consequência, diminuiu o período diário que as pessoas passam em suas casas. Isto reflete diretamente no tempo dedicado à alimentação, tanto o preparo das refeições como o momento de comer é cada vez menor em detrimento das várias demandas que o viver na cidade grande impõe. Nesta perspectiva, destacamos que a metropolização das grandes cidades a partir do século XX, será analisada no primeiro capítulo deste estudo. Em Belo Horizonte, mais especificamente a partir da década de 1940, o aumento populacional foi uma das consequências da metropolização da cidade. A partir de então, a máquina pública se complexificou, os bens de consumo, como os veículos que circulavam nas ruas aumentaram, a vida

⁵ SILVA, Regina Helena Alves. *A Cidade de Minas*. 1991. 161f. Dissertação (mestrado), Departamento de Ciências Políticas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1991.

⁶ FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). *Belo Horizonte e o Comércio: 100 anos de história*. Coleção Centenário. Belo Horizonte: SEPLAG, FJP/CEHC, 1997. P. 115.

na cidade encareceu e todos esses fatores interferem na transformação da relação da sociedade com sua cultura alimentar.

Para uma análise histórica desse momento de transição, em que a produção agrícola familiar e de pequeno porte foi, consideravelmente, substituída pela produção em larga escala, muitas são as questões que permearam o avanço de tecnologias agroindustriais. Para além da pulsão econômica proveniente do comércio em expansão, as sociedades que passaram pela industrialização transformaram-se radicalmente. A mudança de configuração do espaço urbano, tanto em âmbito público como privado, é uma característica desse processo, principalmente no que se refere aos hábitos culturais. As formas de produção dos gêneros alimentícios de forma mais acelerada, que se justifica para atender a demanda crescente, altera a relação dos indivíduos com o alimento e, por consequência, a maneira de se alimentar.

No campo da História, os estudos referentes ao abastecimento alimentar são razoavelmente realizados. Destacamos aqui algumas referências primordiais para a História da Alimentação e suas relações com os seres humanos compreendidos em seu tempo e espaço. Sob a direção dos historiadores Massimo Montanari e Jean Louis Flandrin⁷, o livro *História da Alimentação* (1998) é primordial para as pesquisas acerca dessa temática. A obra reúne pesquisadores de diferentes países que desenvolvem seus trabalhos no campo da alimentação. É dividida em sete partes que tratam da alimentação desde as primeiras civilizações na pré-história, até o período contemporâneo. O livro *Comida como Cultura* (2008), também da autoria de Massimo Montanari⁸, é essencial para análise acerca das múltiplas possibilidades de pesquisa que a História da Alimentação pode oferecer. Nesta obra, o autor busca compreender o indivíduo como ser social, cuja identidade resulta de intenso e complexo processo desenvolvido ao longo da história.

Apesar de estar na Europa e, de lá tecer suas análises, as teorias de Montanari podem ser aplicadas em estudos com diferentes marcos espaço-temporais. Para o pesquisador, o ato de transformar o alimento encontrado na natureza em comida diz da história de um povo. Nesse sentido, a junção da tradição no preparo de receitas do cotidiano com a inovação, que vem das técnicas

⁷ FLADRIN, J. L.; MONTANARI, M. *História da Alimentação*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

⁸ MONTANARI, Massimo. *Comida como cultura*. 2ª ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2013.

desenvolvidas pelas gerações no tempo, resulta no que denominamos “cultura” e que marca a identidade de determinadas sociedades. Ambas as obras citadas são referências clássicas para os estudos acerca da alimentação.

Outro historiador que trabalha com a História da Alimentação é o britânico Felipe Fernandez Armesto. Em seu livro *Comida: uma história* (2010),⁹ o autor segue a mesma perspectiva de Montanari no que se refere à alimentação e à comida como ponto de partida essencial para a compreensão das sociedades ao longo da história. Para o desenvolvimento deste trabalho, as análises que Armesto desenvolve ao relacionar a condição de vida das pessoas com a comida a partir da Revolução Industrial, são de grande relevância para nossa pesquisa. Pois, a partir da segunda metade do século XX, Belo Horizonte estava inserida no contexto das grandes cidades que sofreram transformações no modo preparar e comer. Ora, a vida acelerada na urbe fez com que a sociedade belorizontina incorporasse alimentos industrializados em sua rotina, o que, paulatinamente, influenciou a cultura alimentar local.

Com referência na realidade brasileira, destacamos pesquisadores como o historiador José Newton Coelho Meneses, que trabalha com a história de Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX, em uma perspectiva da História Cultural da Alimentação. Em sua obra *O Continente Rústico: abastecimento alimentar nas Minas Gerais Setecentistas* (2000),¹⁰ Meneses trata do olhar sociocultural sobre as questões que envolvem o abastecimento como atividade econômica. Destacamos também o historiador Flávio Marcos da Silva em *Subsistência e Poder: a política do abastecimento alimentar nas Minas setecentistas* (2008),¹¹ que analisa a temática a partir de uma perspectiva política. Ambos tratam do conceito de abastecimento alimentar, que embora estejam em contextos distintos de nossa pesquisa, são essenciais como referências teóricas, na medida em que trabalham com as funções e papéis desempenhados pelos poderes locais do Estado no apoio e controle do abastecimento alimentar das populações.

⁹ ARMNESTO, Felipe Fernandez. *Comida: uma história*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

¹⁰ MENESES, José Newton Coelho. *O continente rústico: abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas*. 1. ed. Diamantina, MG: Maria Fumaça ed., 2000.

¹¹ SILVA, Flávio Marcus. *Subsistência e Poder: a política do abastecimento alimentar nas Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

Com recorte temporal semelhante ao que se pretende estabelecer nesta pesquisa, destacamos os trabalhos de Marcela Martins Fogagnoli, em sua dissertação intitulada *Almoçar bem é no SAPS: os trabalhadores e o Serviço de Alimentação da Previdência Social (1940 - 1950)*, defendida em 2011, e o livro de Ana da Costa Evangelista, intitulado *Arroz, feijão, discos e livros: História do Serviço de Alimentação da Previdência Social, SAPS (1940 - 1967)*, publicado em 2014. Ambas as historiadoras analisam a atuação do SAPS como uma política pública instituída pelos Presidentes da República da época e que marcou uma tendência nacional para a alimentação a partir da criação de restaurantes populares nas grandes cidades do país. As abordagens e metodologias desses estudos são muito semelhantes e ambas as autoras enfatizam a influência das políticas públicas voltadas para a alimentação na transformação dos hábitos sócio-culturais dos trabalhadores. Estas pesquisas muito se assemelham com a metodologia aplicada nesta dissertação, por essa razão são referências no trato com as fontes produzidas pelo poder público local.

Sobre a relação entre as sociedades e suas culturas alimentares no período contemporâneo, citamos os historiadores Eduardo Frieiro e Luis Câmara Cascudo. Ambos são referências clássicas para a História da Alimentação em Minas Gerais e no Brasil, respectivamente. Seus trabalhos foram pioneiros na temática e devem ser analisados sem perder de vista os contextos de criação. Em sua obra *Feijão, Angu e Couve: ensaio sobre a comida dos mineiros*.¹² Eduardo Frieiro questiona o tradicional consenso da comida típica mineira inserida na rica variedade da alimentação brasileira. Já Luis Câmara Cascudo, em sua obra *Antologia da Alimentação no Brasil*¹³, condensou estudos sobre a vida e o cotidiano dos brasileiros e como suas culturas, nas diferentes regiões do país, foram construídas por meio da relação dos indivíduos com os alimentos que consomem. Essa perspectiva cultural acerca da alimentação é pertinente de ser observada em nossa pesquisa. Principalmente porque é um dos nossos objetivos compreender algumas mudanças na cultura alimentar da população belorizontina no decorrer dos anos.

¹² FRIEIRO, Eduardo,; UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS CENTRO DE ESTUDOS MINEIROS. *Feijão, angu e couve: ensaio sobre a comida dos mineiros*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Mineiros, 1966. 293 p.

¹³ CASCUDO, Luis da Câmara. *Antologia da alimentação no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Global, 2008. 304 p.

Nosso estudo dialoga com muitos trabalhos que têm sido produzidos em diferentes áreas do conhecimento. Destacamos uma recente publicação intitulada *Diálogos sobre Direito Humano à Alimentação Adequada*.¹⁴ A obra reúne dezoito artigos que têm a alimentação como tema central. A maioria dos autores são pesquisadores do Direito, mas também há artigos produzidos por profissionais da Economia, Sociologia, Engenharia Agrônômica, Nutrição e Saúde. Pensar a alimentação como direito humano é uma perspectiva imprescindível para nossa pesquisa, que é fruto da análise de documentos oficiais que foram produzidos ao longo da história administrativa da capital mineira como políticas públicas alimentares. Também nos é muito pertinente o auxílio do Direito, em especial, uma vez que temos como fonte leis e decretos municipais relacionados ao nosso tema de pesquisa. Ao lidar com a burocracia que envolve a criação, bem como a fiscalização de programas e projetos, buscamos embasamento teórico em outras áreas para além da História. Pois, a alimentação como objeto de estudo nos permite essa mobilidade que, aliás, acreditamos ser enriquecedora para a compreensão da dinâmica do abastecimento alimentar urbano na contemporaneidade.

Nesse sentido, citamos também o livro *Segurança Alimentar e Nutricional: perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas*¹⁵, a obra reúne artigos de pesquisadores provenientes de distintas áreas para tratar do processo de inserção do conceito de segurança alimentar. Para nossa pesquisa, ela é importante para compreender a trajetória internacional de tal conceito até sua chegada no contexto de Belo Horizonte. Tal diretriz para o abastecimento da capital mineira foi implantada somente a partir da década de 1990, quando emergiram políticas públicas tendo como base a cidadania, ou seja, o poder público agindo para que alimentos saudáveis pudessem estar acessíveis, principalmente, à população mais pobre. Essa questão será melhor explorada com o auxílio dos documentos oficiais produzidos pela Secretaria Municipal de Abastecimento ao longo da gestão do prefeito Patrus Ananias (1993-1997).

Sobre trabalhos acadêmicos referentes ao século XX, principalmente a partir da década de 1940, não foram encontradas pesquisas historiográficas específicas

¹⁴ *Diálogos sobre o Direito Humano à Alimentação Adequada* / Leonardo Corrêa [organizador]. – Juiz de Fora, MG: Faculdade de Direito da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2019.

¹⁵ BURLANDY, Luciene. MAGALHÃES, Rosana. ROCHA, Cecília. *Segurança Alimentar e Nutricional: perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013.

acerca do abastecimento alimentar na nova capital mineira. Com isso, a presente pesquisa pretende trazer uma temática já analisada pela historiografia, porém em um contexto pouco explorado. Nesse ínterim, pretendemos problematizar e compreender o desenvolvimento e a execução das políticas públicas de abastecimento destinadas aos agentes produtores e aos cidadãos consumidores de gêneros alimentícios em Belo Horizonte. Para tal, faz-se necessário recorrer às fontes oficiais sobre estratégias políticas definidoras do perfil das gestões municipais da capital mineira.

Trabalhar com fontes oficiais em pesquisas requer metodologia crítica. Para Marc Bloch, “uma experiência quase tão velha quanto a humanidade, nos ensinou que um texto pode se dizer de outra proveniência do que de fato é: nem todos os relatos são verídicos e os vestígios materiais, podem ser falsificados”.¹⁶ O historiador nos mostra que, desde a Idade Média, há falsificação de documentos oficiais e que a dúvida, quando estamos diante de tais fontes para o exercício da pesquisa histórica, é o que ele chama de reflexo natural de defesa. Nessa perspectiva, a administração pública em Belo Horizonte, por meio dos Relatórios Anuais da Prefeitura,¹⁷ bem como a legislação pertinente às questões que envolvem o abastecimento alimentar serão aqui analisadas a partir da observação e da construção de um pensamento crítico. Nosso objetivo é questionar os documentos oficiais, lidos, muitas vezes, como memória urbana “consolidada”.

A partir da década de 1940, o poder público municipal atuou no sentido de tentar sanar os problemas urbanos cada vez mais evidentes devido ao momento de metropolização. Os serviços considerados de primeira necessidade como o abastecimento alimentar precisavam ser impulsionados uma vez que os gêneros alimentícios produzidos e comercializados em Belo Horizonte já não eram suficientes para atender a demanda crescente da população.¹⁸ Tal contexto da nova capital mineira se inseria como um período de transição. Segundo o pesquisador Ulrich Beck (2012), quanto mais as sociedades são modernizadas, mais os agentes (sujeitos) adquirem a capacidade de refletir sobre as condições sociais de sua

¹⁶ BLOCH, 2001, p.89

¹⁷ A Coleção Relatórios Anuais de Atividades da Prefeitura de Belo Horizonte (1899-2005), é um acervo que se encontra sob guarda permanente do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte e está disponível para acesso físico na instituição e virtual, por meio do site da PBH.

¹⁸ PBH. Relatório do prefeito Juscelino Kubitschek Oliveira para o Governador Benedito Valladares Ribeiro, 1940-1941. Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1942. p. 05

existência e, assim, modificá-las. O momento de transição da segunda metade do século XX gerou consequências no cotidiano da sociedade belorizontina nos âmbitos cultural, econômico e político.

Os anos finais da década de 1940 foram marcados por mudanças significativas na administração pública da capital mineira. Até então, havia excessiva centralização dos serviços da Prefeitura, o que dificultava a resolução das demandas administrativas da municipalidade. No final de sua gestão, mais especificamente no ano de 1947, o prefeito João Franzen de Lima reorganizou os órgãos da Prefeitura de Belo Horizonte e suas competências. Com isso, por meio do Decreto-Lei n. 209 de 11 de novembro de 1947, foi criado o Departamento de Abastecimento subordinado diretamente ao Gabinete do Prefeito. Cabia a ele executar as medidas necessárias ao abastecimento da cidade, regular os preços da mercadoria de gêneros alimentícios, manter, administrar e fiscalizar os serviços do mercado municipal, matadouro e feiras-livres.

A reestruturação administrativa da Prefeitura foi a alternativa encontrada pelo prefeito do período para solucionar grande parte dos problemas sociais advindos do “boom” populacional em Belo Horizonte. No ano seguinte, 1948, os cidadãos belorizontinos vivenciaram um momento marcante para a história da cidade, pois Otacílio Negrão de Lima foi o primeiro prefeito eleito diretamente pela população. Até então os prefeitos eram nomeados pelo Governador de Estado. Em meio a esse período de transição administrativa da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, é possível perceber a preocupação da gestão pública vigente em relação aos problemas ocasionados pelo crescimento exacerbado e não previsto dos indivíduos residentes na cidade e seus arredores. No relatório de gestão referente ao ano de 1948, o prefeito Otacílio Negrão de Lima afirma:

Com decisão e firmeza procuramos enfrentar a situação financeira, promovendo, de um lado, o necessário saneamento e de outro impondo continência a despesas e melhoramento do aparelho arrecadador [...]. Na verdade, para esta cidade jovem não há problemas que não possam ser resolvidos [...]. Os obstáculos do momento não prevalecerão sobre as suas forças evolutivas desde que os poderes públicos se mantenham atentos às necessidades do presente e do futuro. Vale acentuar o alto grau da evolução industrial e comercial do município [...]. Os fatores de produção e os índices das transações comerciais são cada vez mais significativos do progresso da cidade.¹⁹

¹⁹ *Relatório*, 1948, p.04

Por meio do discurso de Otacílio Negrão de Lima é possível perceber que a capital mineira de fato vivia uma situação delicada em sua organização administrativa. Em contrapartida, também é nítida a disposição e o otimismo do prefeito para desenvolver ações que, em tese, atenderiam às necessidades da população. Contudo, nosso trabalho tem como desafio compreender sob quais interesses políticos ou econômicos os gestores municipais delinearão as políticas públicas alimentares que acabaram por interferir na cultura alimentar dos belo-horizontinos.

Os Relatórios Anuais de Gestão da Prefeitura são documentos imprescindíveis para os estudos acerca da gestão pública municipal. É uma fonte arquivística pouco explorada pela historiografia sobre Belo Horizonte. Citamos como exceção a dissertação de mestrado do historiador Yuri Mello Mesquita, intitulada “Jardim de Asfalto: água, meio ambiente, canalização e as políticas públicas de saneamento básico em Belo Horizonte (1948-1973)”. Neste trabalho, Mesquita analisou os volumes dos relatórios pertinentes ao recorte temporal por ele definido. Seu estudo é, para nós, referência como metodologia de análise dos discursos de cada um dos gestores públicos à frente da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Nesse sentido, os relatórios, como fontes de pesquisa, carecem de ser analisados a partir da noção de “progresso” para a época. Ou seja, considerar o contexto de cada gestão e pontuar suas especificidades problematizando a maneira que cada prefeito pôde lidar com o abastecimento alimentar como demanda da cidade e responsabilidade do poder público. Cabe ainda salientar a potencialidade dessa fonte para diferentes temáticas desenvolvidas por qualquer área do conhecimento, pois, esses relatórios contêm dados oficiais de todas as demandas do município, como: saúde; educação; meio ambiente; mobilidade urbana e transporte público; cultura; patrimônio; entre tantas outras.

Sobre a alimentação na história da cidade, após herdar a recente organização administrativa, conforme mencionamos, por meio do Decreto-Lei 209 de 11 de novembro de 1947, o prefeito Otacílio Negrão de Lima seguiu a tendência política de seu antecessor e estabeleceu as Zonas e Distritos de Fiscalização de Rendas por meio do Decreto n. 06, de 18 de fevereiro de 1948. Entendendo que uma das soluções para sanar os problemas da época seria investir na fiscalização dos setores já criados, o prefeito desenvolveu estratégias para aumentar a arrecadação de impostos e taxas. De acordo com o gestor municipal, o aumento progressivo da

população exigia nova distribuição de círculos fiscais para melhor delimitar os deveres e, assim, aprimorar a execução dos serviços.²⁰ Por meio dos Relatórios Anuais de Atividades dos Prefeitos de Belo Horizonte, identificou-se que a criação de um órgão para atender as demandas referentes ao abastecimento alimentar, desde a fiscalização do comércio para taxar os impostos até o controle de produtos em quantidade suficiente para acesso, foi uma medida que atendeu as expectativas do poder público naquele contexto.

Entre as décadas de 1950 e 1960, a fiscalização e controle do comércio de alimentos foi executada conforme o Decreto n. 06, de 18 de fevereiro de 1948, citado anteriormente, e demais legislações que foram criadas para regulamentar o Departamento de Abastecimento. Em 1970, o aumento populacional continuou a ser uma característica progressiva não somente na capital mineira, como também nas grandes cidades do Brasil. Com isso, a demanda de abastecimento alimentar cresceu a tal ponto que foi necessário a implantação do Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento (SINAC). Quando o sistema foi criado, era composto por “21 empresas de sociedade anônima, denominadas Centrais de Abastecimento S/A – Ceasa. Todas eram estaduais, à exceção da Ceasa do Distrito Federal e do município de Campinas/SP”.²¹ O SINAC tinha a finalidade de construir, implantar e operar as centrais de abastecimento nas cidades polo de todo o país. Em Belo Horizonte, a Central de Abastecimento de Minas Gerais S/A (CeasaMinas), iniciou o funcionamento em 28 de fevereiro de 1974. Segundo o site da Ceasa, quando criado, esse órgão reuniu o comércio atacadista de hortigranjeiros da Região Metropolitana e promoveu significativa melhoria, no sentido de ampliar o acesso, do abastecimento desses produtos.

Concomitante à instalação do CeasaMinas, o Departamento de Abastecimento desapareceu da estrutura organizacional da Prefeitura de Belo Horizonte deixando assim uma lacuna entre os anos de 1969 e 1983 no que se refere ao serviço de abastecimento municipal. Contudo, a partir desta pesquisa, foi possível identificar que as competências do Departamento de Abastecimento foram destinadas a outros órgãos da esfera municipal e serão melhor analisadas ao longo

²⁰ BELO HORIZONTE, Decreto n. 06 de 18 de fevereiro de 1948.

²¹ MOURÃO, Ivens Roberto de Araujo e COLOMBINI, Rogério. Manual 1: Breve história do sistema de Ceasas no Brasil (1960 a 2007). Brasília, 2008. Disponível em: <<http://www.ceasa.gov.br>>. Acesso em 12 set. 2016.

do processo de desenvolvimento dessa dissertação, mais especificamente no segundo capítulo.

Em 12 de setembro de 1983, por meio do Decreto n. 4.533, o prefeito Hélio Carvalho Garcia criou a Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Abastecimento, voltando a ter em sua estrutura o, até então extinto, Departamento de Abastecimento. Esse órgão permaneceu na estrutura organizacional da Prefeitura até o final da gestão do prefeito Eduardo Brandão de Azeredo, mais especificamente até 31 de dezembro de 1992. Na gestão seguinte, do prefeito Patrus Ananias, o Departamento de Abastecimento foi definitivamente extinto para a criação da Secretaria Municipal de Abastecimento. Ainda que nosso foco tenha sido analisar à fundo a trajetória do Departamento de Abastecimento, faz-se necessário destacar a relevância dessa transição tanto para a história administrativa, como para o avanço nas políticas públicas alimentares de Belo Horizonte.

Quando deixou de ser apenas um Departamento para se estruturar como Secretaria, o abastecimento ganhou maior destaque como demanda da cidade e, por consequência, sua atuação se expandiu. Como exemplo, a introdução do conceito de “segurança alimentar”²² que foi a base para o desenvolvimento de projetos voltados para as escolas públicas municipais e restaurantes populares. A partir da compreensão de sua trajetória, a atuação do Departamento de Abastecimento nos abre mais uma possibilidade de estudos sobre a administração pública. O processo de transformação urbana em Belo Horizonte também é marcante nas cidades da América Latina durante a segunda metade do século XX. Com isso, a articulação na estrutura organizacional do poder público foi necessária para atender às novas demandas daquela sociedade. A partir do contexto histórico que discorremos até então, nos propomos a analisar o processo de criação e a extinção definitiva do Departamento de Abastecimento na perspectiva da História Social da Cultura. Esta decisão se dá pela identificação da relevância significativa que possui a sociedade no processo contínuo da reestruturação da máquina pública.

Seja pelo bem-estar da população e/ou pelo controle e fiscalização dos serviços públicos, o olhar sobre a sociedade e sua cultura é determinante nas

²² De acordo com o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), o conceito de segurança alimentar está vinculado a uma ação do poder público com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, gerenciando as políticas públicas que garantem a todas as pessoas que vivem em território nacional estarem livres da fome e terem direito à comida de verdade. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/>>. Acesso em: 24 de maio de 2019.

tomadas de decisão dos indivíduos que assumem cargos públicos de administração de uma cidade. No que se refere às políticas públicas para o abastecimento alimentar na capital mineira, a relação intrínseca entre sociedade, comércio e administração pública pode ser identificada na fonte que norteará nossa pesquisa, os Relatórios de Prefeitos das gestões municipais de Belo Horizonte.

A possibilidade de utilização dos relatórios de gestão como fonte, conforme adiante acima, ocorreu por meio da organização dessa documentação arquivística e disponibilização para consulta pública no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH). O acervo encontra-se em formato físico e digital e a consulta é feita tanto pelo site da Prefeitura de Belo Horizonte, como fisicamente sem restrição de acesso.

Outra fonte que utilizaremos é a legislação municipal pertinente às políticas públicas alimentares em Belo Horizonte. O acesso às leis pode ser feito no site da Câmara Municipal de Belo Horizonte, por meio de sistema informatizado que permite a busca por assuntos, datas e números. O APCBH também possui sob sua guarda permanente o Fundo Câmara Municipal de Belo Horizonte, que é composto pelos projetos que foram transformados em lei e que transpõem as demandas da cidade, que estiveram em consonância com o poder legislativo.

Para o cientista político e antropólogo James C. Scott (2013), por detrás da “história oficial” existe sempre o discurso oculto. Por exemplo, além dos fatos consolidados pelo discurso oficial dos Prefeitos quando aprovaram legislações e mapearam o conjunto de ações no final de sua gestão, há elementos que não estão presentes nessa narrativa, mas que também fizeram parte da história do município. Para cada lei aprovada, muitos são os projetos de lei não aprovados e estes representam interesses de parte da sociedade não contemplados. O ponto desafiador e instigante dessa pesquisa passa pelo objetivo de tentar compreender o discurso oculto, representado pela disposição – geográfica e qualitativa - dos gêneros alimentícios na cidade para abastecer seus habitantes.

Outras fontes importantes para este estudo são os materiais que a PBH produziu com o objetivo de divulgar suas ações voltadas para o abastecimento alimentar. Portanto, analisamos as fotografias que foram produzidas pela Assessoria de Comunicação do Município (ASCOM) e as peças gráficas como folders, panfletos e cadernetas, elaboradas pela Secretaria Municipal de Abastecimento. Essas documentações estão sob a guarda permanente do Arquivo Público da Cidade de

Belo Horizonte e podem ser consultadas sem restrição de acesso. As fotografias são datadas de diferentes períodos na história da municipalidade. São aqui compreendidas como fontes oficiais e representam a narrativa do contexto político em que foram produzidas. Portanto, serão interpretadas com metodologia historiográfica específica para sua tipologia documental. Já as peças gráficas, são fontes referentes a última década do século XX. Sua existência coincide e se justifica pelo avanço dos recursos gráficos desta época e também como nova forma de comunicação entre o poder público e a sociedade civil no sentido de divulgar os programas e projetos desenvolvidos e executados pela Secretaria Municipal de Abastecimento. Ressaltamos que a utilização dessas fontes não perderá de vista as discussões metodológicas e historiográficas específicas a cada uma, fator fundamental para a produção do conhecimento histórico. Uma vez apresentadas as fontes e metodologias utilizadas, apresentaremos o plano de redação com os objetivos de cada capítulo.

No primeiro capítulo analisamos o processo de construção da nova capital considerando o projeto para uma “capital moderna”. Nesse contexto, buscamos identificar, nos anos iniciais da cidade, o lugar do abastecimento alimentar como demanda do poder público. Ou seja, descrever sobre os espaços físicos destinados ao abastecimento alimentar no projeto da Comissão Construtora para, posteriormente, mapear as mudanças e permanências no decorrer dos anos e como elas influenciaram a vida social e cultural dos habitantes. Também foi pertinente contextualizar Belo Horizonte no cenário das capitais da América Latina nos anos finais da década de 1940 a partir dos ideais desenvolvimentistas. A partir da segunda metade do século XX, a estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte passou por uma grande reforma, o que alterou a dinâmica do abastecimento alimentar como serviço. Para tal, além da bibliografia pertinente ao tema, as fontes analisadas serão: o primeiro volume dos relatórios anuais da Prefeitura datado de 1900 e escrito pelo prefeito Bernardo Pinto Monteiro; a documentação da Comissão Construtora da Nova Capital e a legislação municipal.

No segundo capítulo nosso interesse é compreender como se deu a organização do abastecimento como responsabilidade pública em Belo Horizonte. Para tal, foi necessário compreender como foi criado e de que modo funcionava o primeiro órgão da Prefeitura que cuidava do abastecimento alimentar. Analisamos a história do Executivo e suas relações com o Legislativo entre 1948 e 1992,

considerando: a primeira eleição para prefeito em 1948; a criação do Departamento de Abastecimento (DA) e as principais reformas administrativas nas quais o abastecimento alimentar migrou de subordinação. Para análise específica do órgão, foram identificadas suas competências desde a criação até a extinção. Aqui, a legislação municipal será nossa fonte principal para traçar a evolução da estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. No sentido de contextualizar o DA na gestão municipal, também foram analisados os Relatórios de Prefeito, que, na verdade, são as fontes que permeiam toda a pesquisa.

No terceiro e último capítulo buscaremos tecer análise crítica acerca das políticas públicas alimentares desenvolvidas na capital mineira. Primeiramente, identificamos as peculiaridades dos espaços físicos destinados ao abastecimento e a trajetória de cada um deles considerando suas transformações ou extinção no decorrer dos anos. Por fim, elencamos algumas das principais mudanças ocorridas a partir da criação da Secretaria Municipal de Abastecimento, em 1993. Uma das principais características foi a ampliação estrutural e administrativa do órgão responsável pela alimentação no município, o que gerou mais autonomia e mais desafios para criar e manter as políticas públicas alimentares.

CAPÍTULO 1: Do ideal à concretude no contexto de criação da cidade

“População nova, sem maus hábitos, parece ter toda ela feito entre si tácito convênio, tendo por fim o engrandecimento e o progresso desta encantadora cidade”. (Prefeito Bernardo Monteiro, 1900) ²³

1.1 Uma cidade para a República

Para pensar as cidades historicamente é preciso considerar a relação e os limites entre: urbano, rural, população, trabalho e cultura. A economia política entende que a cidade é o resultado do aprofundamento da divisão socioespacial do trabalho em uma determinada comunidade.²⁴ De acordo com o pesquisador Roberto Luis Monte-Mór (2006), “o que marcou a emergência do urbano foi a entrada da indústria na cidade. De fato, a urbanização tal como hoje a entendemos se iniciou na cidade industrial.” Nesse ínterim, os alimentos, como produto, fazem parte da estrutura econômica das cidades. Primeiramente, são necessidades básicas de qualquer ser vivo, sejam provenientes do espaço urbano ou rural, eles alimentam a população movimentando a economia da urbe. Em segunda análise, mas não menos relevante, o que a cidade come e o modo como a comida é preparada denota a cultura alimentar de uma determinada sociedade. De acordo com Jacques Le Goff (1998), “as funções essenciais de uma cidade são a troca, a informação, a vida cultural e o poder.” Nesta perspectiva, analisaremos Belo Horizonte como um lugar de experiência humana a partir da relação entre poder público e sociedade civil no acesso aos gêneros alimentícios.

Para o presente estudo, estabelecemos como abastecimento alimentar todas as ações que permeiam o ato de comer na cidade. As estruturas cotidianas que viabilizam a comensalidade, ou a partilha dos alimentos, constituem-se atividades relacionadas à vida material. Os processos envolvendo a alimentação são mais complexos do que uma necessidade elementar do corpo, sobretudo carregam forte conteúdo social.²⁵ Buscaremos aqui compreender o abastecimento para além de

²³ PBH. *Relatório de 1900 apresentado ao Conselho Deliberativo da Cidade de Minas pelo prefeito Bernardo Monteiro em 19 de setembro de 1900*. Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1900. P. 04.

²⁴ MONTE-MÓR, Roberto Luís. A Cidade e o Urbano. In: BRANDÃO, Carlos Antônio Leite (org.). *As Cidades da Cidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. P. 185 – 197.

²⁵ FLANDRIN e MONTANARI, 1998, P. 108.

simples fenômeno biológico ou de uma atividade econômica. Nosso objetivo é analisar a trajetória do abastecimento alimentar em Belo Horizonte sob a perspectiva da História Social. Isto é, nosso interesse é examinar a “dimensão de uma sociedade”²⁶ em interface com a História de sua economia, uma vez que os processos de urbanização e industrialização são pontos de partida para compreender o abastecimento alimentar em Belo Horizonte, pois, o padrão de consumo alimentar torna evidente um dado padrão de existência.²⁷ A alimentação revela organizações sociais desde o núcleo mais íntimo e se expande às relações políticas visando interesses econômicos estabelecidos ao longo da história.

Belo Horizonte é uma cidade planejada e não foi criada de forma espontânea. O poder público municipal se fez presente nos processos de produção, comércio e acesso dos gêneros alimentícios. Os Relatórios Anuais da Prefeitura de Belo Horizonte, bem como a legislação aprovada pertinente ao tema, são fontes históricas que nos permitem afirmar o papel importante da prefeitura na definição dos lugares da alimentação na cidade, bem como contribuiu para transformar, ao longo do tempo, a relação dos habitantes com os alimentos.

Contudo, antes de aprofundar nossa análise sobre o abastecimento, como conceito inserido na história da alimentação, faz-se necessário abordar algumas questões introdutórias no que se refere à passagem da cidade planejada à cidade realizada a partir da administração pública. Compreender o contexto histórico de criação da nova capital mineira auxilia-nos a entender como e porque o poder público municipal controlou seu abastecimento, sobretudo a partir de quais parâmetros os prefeitos do município realizaram reformas administrativas, as quais estabeleceram diretrizes para as políticas públicas alimentares. Para tal, classificamos aqui como reforma administrativa, todas as vezes que os órgãos da PBH foram alterados, seja para criação ou extinção de departamentos e secretarias específicas ou grandes reformas que alteraram mais de um órgão na estrutura organizacional da Prefeitura. O que nos interessa é compreender como o poder público se organizou, no decorrer das gestões, para sanar os múltiplos interesses da municipalidade, os quais envolvem questões de caráter econômico, político e social. No capítulo II, analisaremos a administração pública com o objetivo de compreender

²⁶ *BARROS*, 2008. P. 110.

²⁷ *CARRARA*, 2000, P. 133.

como tais reformas administrativas refletiram no abastecimento alimentar como demanda da sociedade sob responsabilidade do poder público de Belo Horizonte

Considerando a nova capital mineira como uma cidade-narrativa da República recém implantada no Brasil, nossa análise se apoia na busca pela compreensão do abastecimento alimentar como bem comum, como parte do discurso republicano. Isto é, de acordo com os valores republicanos, as ações políticas devem ser pautadas no interesse comum à sociedade que habita o mesmo território. Para pensar a alimentação como demanda da cidade, é preciso, ainda, associá-la à economia e, por consequência, considerar que ela está intimamente ligada aos interesses do mercado. Ou seja, por mais que o poder público intervenha na produção e circulação de gêneros alimentícios visando o acesso à toda população, não se pode desconsiderar, também, o poder do mercado que influenciou e influencia o perfil de consumo das diferentes camadas sociais.²⁸

Entendemos que a regulamentação da produção e comércio de gêneros alimentícios, feita pela administração pública, pode ser considerada uma ação em prol da ordem social. Tal afirmativa carrega muitas nuances e interesses, afinal é imprescindível questionarmos qual República foi essa e para quem se governava. Para uma reflexão teórica acerca das estruturas da cidade – econômicas, culturais, políticas, etc. – compreendemos a alimentação como necessidade social inerente à toda e qualquer sociedade²⁹. Nesse sentido, é pertinente identificar como as ideias republicanas inspiraram a experiência de organização do espaço urbano para receber os habitantes da primeira cidade planejada do Brasil republicano.

De acordo com a historiadora Julia Calvo, o planejamento da nova capital, pode ser caracterizado não só como uma necessidade latente para a administração estadual, mas principalmente como “o lugar do novo e da república na paisagem nacional e assim, a imagem da cidade republicana se assenta como uma tentativa da materialidade da Constituição Brasileira de 1891.”³⁰ O texto da primeira Constituição da República brasileira buscou concretizar os princípios republicanos através da garantia legal da liberdade e da igualdade entre os cidadãos.³¹ A partir de então, o sentimento de otimismo refletia o desejo pela modernização não só em

²⁸ HIRSCHMAN, 1992, P. 30.

²⁹ LE FEBVRE, 2001, P.105.

³⁰ CALVO, 2013, P.02.

³¹ Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/>. Acesso em: 25 de agosto de 2019.

âmbito estadual mineiro, mas no Brasil. Com isso, a nova sede do Estado foi criada com a possibilidade de materialização dos valores republicanos. O sonho da nova capital mineira foi concretizado pela elite política do Estado. Contudo, sua história teve início, a partir da negação de um sistema e de um território específicos que não mais representavam Minas Gerais no contexto nacional. De acordo com o geógrafo Claude Raffestin,

Se o nascimento de uma capital é a expressão de uma crise que aparece numa coletividade, significa que a capital é um conjunto de sistemas sêmicos que mediatizam as relações de poder. É, portanto, a passagem de um sistema sêmico para outro. A capital é a expressão, com duração mais ou menos estável, de uma representação política. A capital, ao simbolizar a centralidade de uma configuração política, ao mesmo tempo estabelece uma marginalidade, completa ou de parte daquilo que a contorna.³²

A partir do conceito que Raffestin estabeleceu para a “capital”, consideramos que ele traduz o contexto político referente ao processo de criação de Belo Horizonte. Com isso, a reacomodação das elites mineiras se deu no campo econômico, político e, por consequência, social e cultural. A cidade se constitui com ideias, mas também com pessoas, as quais trouxeram consigo sua cultura que precisou ser adequada às possibilidades que a nova capital oferecia. As demandas da cidade foram sentidas por quem a habitava. Para uma análise histórica, não há como pensar o projeto da capital moderna sem a influência da sociedade que se formava concomitante ao trabalho da Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC).

É importante destacar que havia um arraial antes do nascimento da capital, porém, os antigos moradores, seu modo vida, suas casas, nada disso foi inserido no projeto da nova cidade. A decisão política de romper com tudo que remetesse à estética rural inclui a cultura alimentar daquela sociedade. Essa questão é primordial para o entendimento de que o modo de comer estava em transformação concomitante ao processo de urbanização daquele território. De acordo com o *Dossiê de Tombamento do Acervo da Comissão Construtora da Nova Capital Mineira*,

³² RAFFESTIN, 1993, P.191.

A Proclamação da República, em 1889, vem trazer aos curralenses a esperança de transformações. Para entrar na era que então se anunciava, deixando para trás o passado monárquico, aos sócios do Clube Republicano do arraial propuseram a mudança de seu nome para Belo Horizonte. Foi nesse clima de euforia que os mineiros receberam a notícia da construção da nova capital. Durante três dias o arraial se pôs em festa, com missa solene, discursos, bandas de música e bailes. Seus habitantes já sonhavam com modernização e o progresso que a capital traria para a região. Nem imaginavam que, nos planos dos construtores, não havia espaço reservado para eles.³³

Seguindo fortes influências europeias, foi o engenheiro e urbanista paraense Aarão Leal de Carvalho Reis quem chefiou a equipe da CCNC. Uma cidade planejada aos moldes republicanos resultou na elaboração de um plano que, em tese, organizava um roteiro de execução, mapeando estratégias para garantir aos habitantes da cidade recursos básicos como, por exemplo, o abastecimento de água e gêneros alimentícios. A própria escolha da região do Arraial do Curral Del Rei,³⁴ para sediar a nova capital mineira, se deu, principalmente, pela presença de volume considerável de rios, córregos e ribeirões com água potável. De acordo com o historiador Yuri Mello Mesquita,

Eles serviriam para o abastecimento de água, controle da umidade do ar, além de contribuir, junto com a vegetação local e a Serra do Curral, para a manutenção de uma temperatura estável e amena. Acreditava-se também que eles seriam capazes de receber os dejetos produzidos pela cidade, mesmo sem tratamento prévio. Isso mostra que os mesmos córregos indesejados e canalizados nos anos 1960 e 1970 e esquecidos nas décadas seguintes, foram protagonistas nos relatórios técnicos e nas discussões políticas para a escolha da região emoldurada pela Serra do Curral para abrigar a nova capital.³⁵

Os estudos de Mesquita versam sobre o processo de canalização de rios na capital mineira e política para distribuição de água na cidade. Esse tema vai de encontro ao nosso estudo na medida em que compreendemos os recursos naturais existentes no território destinado à nova capital e consideramos a presença dos rios imprescindível para a produção de gêneros alimentícios nos subúrbios da cidade. De acordo com o planejamento inicial, Belo Horizonte seria então o espaço ideal para

³³ *Dossiê de Tombamento do Acervo da Comissão Construtora da Nova Capital Mineira*. 2014, P. 06

³⁴ Nome do arraial que existia no mesmo território onde Belo Horizonte foi construída. São consideráveis os números de trabalhos acadêmicos, de diferentes áreas do conhecimento, que analisam sob perspectivas distintas, a transformação do “Arraial” para a nova capital mineira. Contudo, como referência de trabalho, no campo da geografia histórica, citamos as pesquisas de Alessandro Borsagli que se encontram disponíveis em: <<http://www.curraldelrey.com/>>. Acesso em: 31 de agosto de 2019.

³⁵ MESQUITA, 2013, P.19.

abrigar a nova sede administrativa do Estado, uma vez que seus elementos naturais eram propícios para a construção da estrutura que a cidade moderna necessitava.

No âmbito do planejamento, como nos lembra Ciro Flávio Bandeira de Mello, “a cidade é o local privilegiado do domínio da natureza pelo homem, local da construção das condições artificiais da vida. É nela, via Belo Horizonte, que a República em Minas Gerais iria configurar o espaço por excelência de sua prática realizadora, compatibilidade plena com o lema *ordem e progresso*.”³⁶ Bandeira de Mello coloca ainda, que para além da transformação estética – a partir da ampliação de ruas e avenidas -, a modernização em Belo Horizonte estava na prática do construir de novo como reflexo de avanço para o século XX. Nesse sentido, higienizar a cidade e organizar o lugar do operário separado do lugar do funcionário público, bem como construir um discurso civilizatório, representam uma diretriz republicana adotada pelos gestores públicos que tinham como objetivo colocar a nova capital mineira como “corolário do progresso”.³⁷

1.2 O modelo higienista importado

Belo Horizonte foi planejada e construída como símbolo da modernidade. Inaugurada em 1897, a nova capital mineira carrega como marca de nascimento o contexto republicano o qual rompe com sistema monárquico representado pela antiga capital de Minas Gerais, Ouro Preto. Não só a estética da urbe foi planejada para seguir os ideais republicanos, mas o perfil que se almejava para os cidadãos também deveria estar alinhado ao estilo de vida apropriado para a cidade moderna. Segundo a historiadora Letícia Julião,

Desde 1870, uma geração de literatos, profissionais liberais, políticos e republicanos de todos os estratos partilhavam a expectativa de superação da herança colonial, animados por utopias sustentadas pela noção de progresso. Consolidou-se, por conseguinte, entre a elite nacional, uma “cultura de reforma”, comprometida com a ideia de que a ciência e a técnica seriam fiadoras de um novo modelo de sociedade. Em particular, a cidade se tornou o foco das atenções reformistas; em seu espaço reorganizado

³⁶ MELLO, C. F. B. A noiva do trabalho – uma capital para a República. In: DUTRA, E. F. (Org.)

BH: horizontes históricos. Belo Horizonte: C/Arte, 1996, P. 39.

³⁷ Mello, 1996, P. 39.

projetava-se a emergência de uma nova ordem, enraizada em um padrão civilizatório moderno.³⁸

De acordo com o pensamento dos gestores públicos à frente da criação da nova capital, a única maneira de atingir o progresso, seria por meio de um novo território para abrigar a sede administrativa do Estado, o qual deveria ser habitado por indivíduos com os mesmos princípios. Segundo Bernardo Monteiro, primeiro prefeito de Belo Horizonte,

o pensamento do legislador mineiro, quando decretou a mudança da capital, foi criar uma cidade que não primasse somente pela beleza topográfica, pela sua arquitetura, pela sua higiene e por tudo quanto constitui o ideal moderno de um núcleo populoso. A cidade imaginada devia servir também de espelho onde refletisse as grandezas do Estado. Ver a capital de Minas deve ser também conhecer as riquezas deste vasto território que ela é sede, riquezas tão variáveis como várias são as qualidades do solo, várias são a sua conformação física e a sua produção.³⁹

A narrativa de Monteiro, em seu primeiro relatório anual à frente da Prefeitura, traduz o imaginário da cidade ideal. O desejo do prefeito era que Belo Horizonte correspondesse às expectativas e também ao investimento que o Estado mineiro havia apostado como gatilho para retomar o crescimento econômico. Contudo, desde a aprovação da nova capital até sua ocupação, é possível perceber a transformação de uma cidade idealizada, com promessas, para a cidade da concretude. A partir da leitura dos primeiros relatórios anuais de gestão da PBH nota-se a busca pelo ordenamento dos espaços e a construção de uma estrutura pública dotada de funcionamento eficiente. Tal característica relaciona-se com a influência que Belo Horizonte sofreu das grandes cidades europeias que vivenciaram, no século XIX, seus processos de reurbanização acompanhados das inovações técnicas refletidas nos âmbitos econômico, social e político do período. Essa influência é enfática nos dizeres de Monteiro quando citou que “é preciso que o europeu, senhor do capital, conheça onde está a riqueza, que para se desenvolver e frutificar precisa apenas ser dele conhecida.”⁴⁰ Para o campo estrutural da cidade, o ideal de progresso naquele período baseava-se na transformação urbana em seus

³⁸ JULIÃO, Letícia. *Sensibilidades e representações urbanas na transferência da Capital de Minas Gerais*. In: *História* (São Paulo) v.30, n.1, jan/jun 2011, , P.114-147.

³⁹ *Relatório*, 1900. P. 04

⁴⁰ *Relatório*, 1900, P. 04

múltiplos sentidos, tendo as cidades em processo de industrialização mais avançados, a referência para a nova capital mineira.

No final do XIX e início do XX, a política higienista se caracterizava como um conjunto amplo de ideias sociais. Para esta pesquisa, direcionamos nossa análise às políticas higienistas referentes ao abastecimento, entretanto, tal diretriz não se restringia ao processo de alimentação na cidade. Elementos da política higienista podem ser identificados nos espaços públicos e privados,⁴¹ os quais produziam e comercializavam alimentos na cidade. Esta foi uma característica presente nos ideais republicanos adotada pela nova capital mineira em seus primeiros anos de existência. Com isso, tanto as residências quanto os espaços destinados à produção e comércio de alimentos, deveriam ser inspecionados regularmente pela prefeitura. Como modelo a ser seguido, o prefeito citava Buenos Aires e Washington como exemplos de cidades que tinham a higiene urbana quase que como religião.⁴² Era justamente esse exemplo de higienismo que se almejava para a composição e dinâmica estética sob a ótica da arquitetura e da vivência cotidiana na sociabilidade belorizontina.

Nesse contexto, identificamos o abastecimento alimentar regulamentado pela gestão pública na denominada *Seção de Higiene*, que foi criada no ano de 1900.⁴³ Esse órgão tinha como competência zelar pela “limpeza pública e particular da cidade, mercado, matadouro, fazenda do Barreiro, cemitério e saúde pública em geral.”⁴⁴ Para nossa pesquisa, destacamos o mercado, o matadouro e a fazenda do Barreiro como os primeiros espaços de produção e comércio de gêneros alimentícios para Belo Horizonte. No mercado eram comercializados os produtos oriundos da produção local e também do interior do Estado. No matadouro, os animais – bovinos e suínos - eram abatidos para consumo. Por fim, a fazenda do Barreiro foi o primeiro lugar destinado para a produção agrícola com vistas a abastecer a população local. O documento abaixo, imagem (1) é um ofício do Secretário da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado, Francisco Sá, ao

⁴¹ Nos primeiros anos após a criação de Belo Horizonte, delimitamos como pontos de abastecimento públicos o matadouro e o mercado municipal, e privados as residências e estabelecimentos comerciais de propriedade privada.

⁴² *Relatório*, 1900, P.37

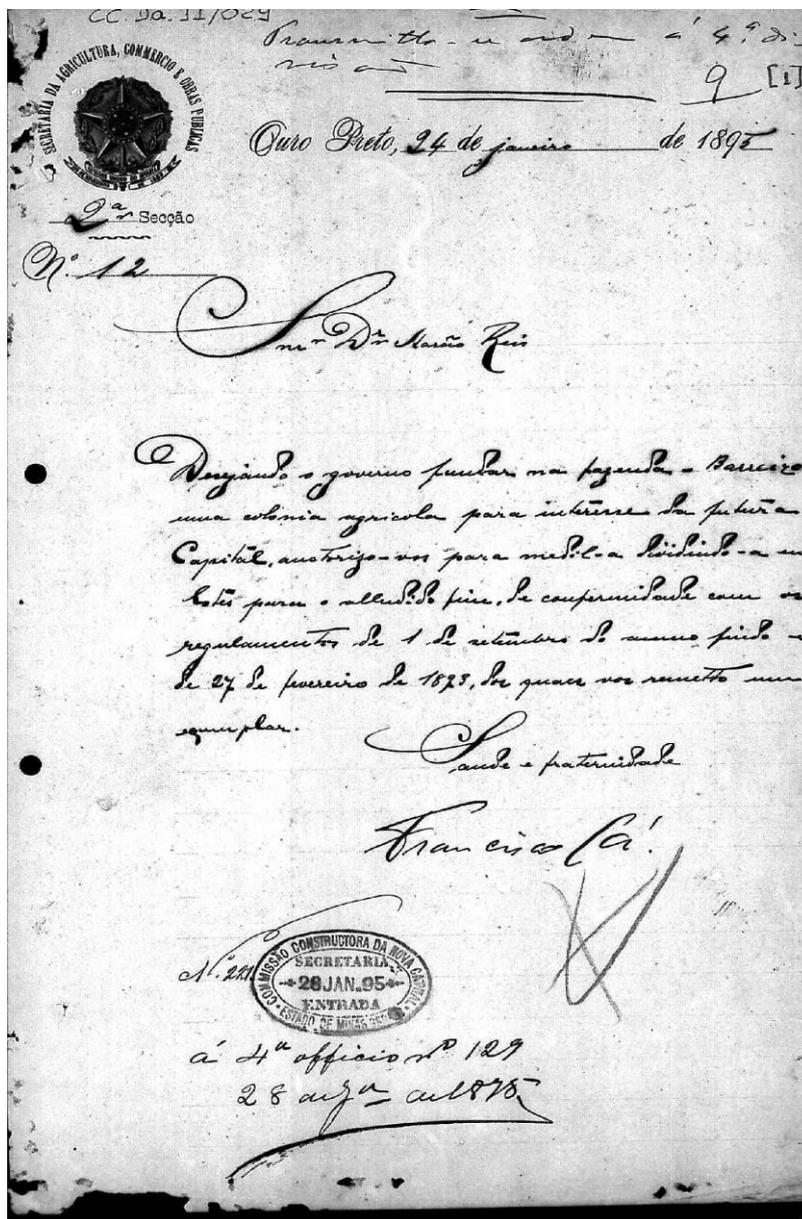
⁴³ Decreto n. 1.358, de 6 de fevereiro de 1900. Aprova o regulamento que cria uma Seção de Higiene na Prefeitura da Cidade de Minas.

⁴⁴ *Relatório*, 1900, P.37. Neste tempo, Belo Horizonte se chamava “Cidade de Minas”.

engenheiro-chefe da CCNC, Aarão Reis, autorizando a medição da fazenda do Barreiro para ser dividida e transformada em colônia agrícola. Diz o documento,

Sr. Dr. Aarão Reis, desejando o governo fundar na fazenda do Barreiro uma colônia agrícola para interesse da futura capital autorizo-vos para medida dividindo-a em lotes para o aludido fim de conformidade com os regulamentos de 1 de setembro do ano findo e de 27 de fevereiro de 1893, dos quais vos remeto um exemplar. Saúde e fraternidade, Francisco Sá.⁴⁵

Figura 1 - Ofício do secretário da Agricultura ao engenheiro-chefe: autoriza a medição da Fazenda do Barreiro para ser dividida e transformada em colônia agrícola (1895)



⁴⁵ Transcrição do documento disponível em: Museu Histórico Abílio Barreto, 119 - CC Da 11/029

Fonte: Museu Histórico Abílio Barreto, 119 - CC Da 11/029.

Esse documento é probatório e relevante para nossa pesquisa, pois, antes mesmo de ser criada a nova capital mineira, o poder público do Estado havia decidido onde seria o local específico para a produção de gêneros alimentícios. Entretanto, cabe pontuar que a decisão oficial só foi possível por causa da população que habitava o Arraial do Curral Del Rei. Aqueles antigos moradores já haviam percebido que o Barreiro possuía o melhor solo para o cultivo. Seu primeiro nome foi Colônia do Barreiro, depois Colônia Vargem Grande e, por fim, Cidade Satélite do Barreiro, configurando assim os grandes marcos oficiais dessa história alicerçada no potencial agrícola dessa região.⁴⁶ Os regulamentos que o Secretário menciona no documento, referem-se às disponibilidades de recurso financeiro e pessoal para a realização dos trabalhos da CCNC.

Quando Belo Horizonte foi inaugurada, em 12 de dezembro de 1897, o abastecimento como demanda da cidade e sob a fiscalização pública, estava vinculado ao serviço de higiene da prefeitura. Ou seja, durante as primeiras décadas após a criação da nova capital mineira, o abastecimento era regulamentado sob a perspectiva da higiene pública. Somente ao final da década de 1940 foi criado um órgão específico que passou a atuar no sentido de ampliar o acesso de gêneros alimentícios para a população local.⁴⁷

Nesse ínterim, apesar de estar presente no projeto da cidade, nem todos os elementos estruturais da República, como conceito histórico, podem ser identificados em Belo Horizonte durante suas primeiras décadas. Para compreender a influência dos ideais republicanos na concepção e durante os anos iniciais da capital mineira, faz-se necessário questionar: que República era aquela; por quem era idealizada e quem se beneficiava com a execução daquelas políticas. De acordo com o pesquisador Cícero Araújo, o maior risco da república é a ausência do civismo.⁴⁸ Araújo coloca que, “o direito de participar, embora se aplique a indivíduos,

⁴⁶ Disponível em: <https://issuu.com/apcbh/docs/totem_barreiro>. Acesso em: 27 de janeiro de 2020.

⁴⁷ O histórico da regulamentação do abastecimento alimentar pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte será analisada no segundo capítulo desta pesquisa.

⁴⁸ Em seu texto *República e Democracia*, o pesquisador Cícero Araújo considera que a cidadania democrática a partir do advento da República, consiste em três ideais normativos: o civismo, garantia dos direitos de todo e qualquer cidadão, que é o pilar da cidadania e, portanto sua ausência é o maior risco para a república; o plebeísmo, que está no ideal de extensão da cidadania e que caracteriza a democracia propriamente dita e o

não é um direito individual. Ele só tem sentido porque um grupo de pessoas o exercem coletivamente.”⁴⁹ Ou seja, os cidadãos aptos – os que compõem a “comunidade política” - precisam, necessariamente, representar os demais cidadãos, caso contrário o exercício da cidadania fica comprometido.

Percebemos então que o planejamento de Belo Horizonte pautado na organização estética do espaço urbano e na busca de recursos naturais básicos traduz uma cidade – pelo menos em teoria - ideal para receber seus habitantes. Porém, na prática, Belo Horizonte foi pensada para atender o coletivo que a comunidade política do Estado de Minas Gerais desejou e delimitou. Como estratégia política e econômica a cidade precisava ser moderna para ser civilizada e caminhar para o progresso. Com isso, os elementos que representavam o passado, sejam através do comportamento dos cidadãos, na gestão política ou na estética da urbe, tiveram que ser substituídos e/ou readequados.

Compreendemos que o modelo higienista importado serviu como uma estratégia do poder público para moldar a sociedade que estava se formando a um determinado padrão que não era genuíno daqueles indivíduos. Burocraticamente, o serviço de abastecimento alimentar quando Belo Horizonte foi criada, estava vinculado à ideia de higiene. Supomos que naquele contexto, em que a máquina pública estava se formando, a justificativa de inserir o abastecimento alimentar na denominada *Seção de Higiene*, associa-se a duas razões. A primeira delas, conforme demonstramos a partir do Relatório Anual da Prefeitura referente ao ano de 1900, está na tentativa de buscar nos modelos estrangeiros um padrão de cidade desenvolvida. A segunda está na perspectiva de que os processos de produção de gêneros alimentícios precisavam se distanciar dos cidadãos que habitavam a cidade. Essa diretriz política para o abastecimento alimentar tem início concomitante à criação da capital mineira e é enfatizada em gestões posteriores conforme indicaremos no decorrer do presente estudo. Mais do que um critério técnico para produzir, manipular e comercializar gêneros alimentícios, as políticas higienistas em Belo Horizonte no início do século XX, visavam uma mudança de comportamento social e cultural.

pluralismo, que significa a tolerância para com os diferentes estilos de vida dos indivíduos, que inclui as crenças religiosas e/ou correntes filosóficas.

⁴⁹ ARAÚJO, 2000; P. 06

1.3 Lugares e modos de comer em transformação

A não espontaneidade no processo de construção de Belo Horizonte fez com que a cidade sofresse a síndrome do novo. Para a historiadora Thaís Veloso Cougo Pimentel “desde os primeiros tempos, tudo que em Belo Horizonte foi construído ficou logo velho.”⁵⁰ Ou seja, muitas vezes, não foi necessário nem terminar uma construção para destruí-la, como se a cidade tivesse que produzir alguma inovação a todo o tempo. Na medida em que o “novo” era construído, rompia-se com a presença do que havia naquele lugar e isso inclui o modo de vida dos antigos habitantes, a disposição geográfica de suas residências e o estilo do comércio local.

O que nos propomos, ainda neste capítulo, é analisar as transformações que a nova capital mineira passou em suas primeiras décadas de existência para compreender os lugares do abastecimento alimentar nessa cidade. Para tal, nosso olhar parte do campo da História da Alimentação, o que nos permite afirmar que o processo de crescimento da cidade é um dos fatores que contribuiu para modificar a relação dos indivíduos com os alimentos no decorrer do século XX, pois, na medida em que a cidade cresceu o abastecimento alimentar, como demanda do poder público, precisou ser um serviço melhor estruturado para dar conta do fluxo de produção de gêneros alimentícios, comércio e fiscalização para o consumo de forma acessível a toda população.

⁵⁰ PIMENTEL, Thaís Veloso Cougo. Belo Horizonte ou o estigma da cidade moderna. *Vária História*. Belo Horizonte, n. 18, P. 61-66, setembro, 1997.

Figura 2 - Primeira instalação do Mercado Municipal de Belo Horizonte (1900)



Fonte: APM/NCS-011.

A imagem acima (02) é um registro da fachada do primeiro Mercado Central Municipal que foi planejado e construído pela CCNC. Entendemos que para trabalhar com fotografia faz-se necessário utilizar de metodologia específica. Nesta pesquisa, o documento iconográfico é uma fonte importante para analisar o abastecimento alimentar na cidade. Para a historiadora Ana Maria Mauad, as imagens atuam como "mediadores entre tempo e fazem diferença quando a experiência passada se torna um objeto de estudo. Cabe identificar em que momento essa diferença foi considerada um problema historiográfico a ser enfrentado."⁵¹ Corroborando com a perspectiva de Mauad, nos propomos a compreender os lugares do abastecimento alimentar em Belo Horizonte com o auxílio das fotografias produzidas pelo poder público. Todas as imagens que citaremos ao longo de todo o trabalho são documentos oficiais que estão sob guarda permanente de instituições arquivísticas de âmbito estadual e municipal. Aliás, gostaríamos de enfatizar que, para o exercício da pesquisa histórica acerca das cidades, os arquivos públicos são instituições riquíssimas de fontes - em seus

⁵¹ MAUAD, Ana Maria. Sobre as imagens na História: um balanço de conceitos e perspectivas. In: *Revista Maracanan*. Vol. 12, N. 14, Rio de Janeiro. Jan/junho 2016, P. 33 a 48. Disponível em: file:///D:/Mestrado/bibliografia/Sobre_Imagens_na_Hist.pdf. Acesso em 31 de outubro de 2019.

diversos gêneros e suportes - as quais consideramos primordiais para o desenvolvimento de análises com qualquer temática que tenha como objetivo a compreensão da municipalidade.

Retomando à imagem (02), aquele ponto de abastecimento, gerenciado pela Prefeitura, se localizava próximo ao que é, hoje, a Praça da Rodoviária, na região central da cidade. Localizar-se no centro da urbe significa estar em um itinerário de conexão. Ou seja, um lugar de passagem em que habitantes das diferentes regiões da cidade se cruzavam e/ou se encontravam. As diferenças daqueles indivíduos estavam em distintos âmbitos como: o poder econômico, a origem - uma vez que a capital mineira recebeu imigrantes de outros estados e até de outros países -, e, dentre outros, certamente havia diferença na cultura alimentar das famílias. Entretanto, naquela cidade tão jovem, o lugar onde as pessoas poderiam valer-se dos gêneros alimentícios disponíveis na região era no Mercado Central Municipal. De acordo com os Relatórios de Prefeitos, presumimos que este primeiro local destinado ao comércio de alimentos funcionava como uma espécie de feira aberta para que comerciantes vindos de distintas localidades, no entorno da capital, pudessem vender seus produtos.

Em sua tese de doutorado, o pesquisador Tito Flávio Aguiar analisou, o que ele mesmo chama de processo de “modernização agrária” e formação da zona colonial da nova capital mineira. Segundo Aguiar, nos primeiros anos após a inauguração da cidade, somente na colônia do Barreiro, “estavam assentados 198 colonos, sendo 91 italianos, 59 brasileiros, 16 austríacos, 14 espanhóis, 12 alemães e seis franceses, formando 45 famílias.”⁵². Em sua pesquisa, Aguiar nos mostra, de forma detalhada, como aconteceu a ocupação das zonas suburbanas e coloniais, por meio de incentivos do poder público local que tinha como objetivo impulsionar a produção agrícola não só de Belo Horizonte, mas do Estado de Minas Gerais.

Para o desenvolvimento deste trabalho, a sociedade belorizontina precisa ser pensada a partir de sua formação múltipla e da troca entre culturas migrantes, pois essas relações impactam nas escolhas alimentares. Nessa perspectiva, aqueles indivíduos – que vieram de diferentes localidades para viver na capital mineira - trouxeram consigo características próprias de suas origens no que se refere ao modo de cultivo dos alimentos para o acesso à população. Aqueles colonos eram os

⁵² AGUIAR, 2006, P. 256.

produtores de hortifrutigranjeiros que por sua vez também comercializavam seus produtos no Mercado Central Municipal.

Para o comércio, como atividade econômica no Mercado, não foi possível precisar como se dava a relação daqueles produtores/comerciantes com o poder público municipal. Isto é, se havia uma espécie de cadastro e até mesmo fiscalização por parte da prefeitura. Entretanto, a importância das imagens (01 e 02), como “evidências históricas,”⁵³ está no fato de que desde o início da criação de Belo Horizonte o poder público se preocupou em destinar um local específico e de localização estratégica para que a população pudesse valer-se dos gêneros alimentícios, além dos produtos que os próprios indivíduos produziam em suas residências.

No início do século XX, as residências na capital mineira possuíam um espaço aberto destinado ao plantio que servia tanto para consumo da própria família como para compor a estética da casa, o quintal. De acordo com o historiador José Newton Coelho Meneses,

Nos aglomerados urbanos ou nas fazendas, os quintais são extensões das casas. Talvez, melhor dizendo, são parte delas. Tomando-as com suas diversas funções - proteção, acolhimento, trabalho, relações familiares - as casas têm nos quintais o instrumental de boa parte dos papéis culturais a elas destinados nesse tempo. Os quintais não possuem apenas função laboriosa, mas encarnam aspectos fundamentais da construção do cotidiano familiar e das relações da família com a sociedade. Falar deles, então, implica em historiar essa ligação íntima do quintal com o edifício da casa. No entanto, ainda, ele se liga à rua, mesmo que, ao contrário, não seja dela extensão ou parte. Sua relação com o espaço público é de ordem distinta: é sim, de intermediação.⁵⁴

Em seus estudos sobre os quintais, Meneses trata das vilas e arraiais de Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX. Contudo, a presença desses espaços pode ser encontrada nas residências da capital mineira em seus primeiros anos de existência e, embora cada vez mais raro, até os dias atuais.⁵⁵ A imagem abaixo (03)

⁵³ De acordo com Peter Burke (2017), a apreensão da fotografia como “evidência histórica” e como representação do real, não traduz a reprodução do real, mas desarticula a ideia que predomina no campo da pesquisa histórica de que as imagens fotográficas estariam mais próximas da “realidade” ou “ilustram” um processo histórico.

⁵⁴ MENESES, José Newton Coelho. Pátio cercado por árvores de espinho e outras frutas, sem ordem e sem simetria: o quintal em vilas e arraiais de Minas Gerais (séculos XVIII e XIX). In: *Estudos de Cultura Material. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*. Vol. 23, N. 2, São Paulo. Julho/Dez. 2015.

⁵⁵ Citamos o AUÊ! Grupo de Pesquisa em Agricultura Urbana, criado no início de 2013 e sediado no Instituto de Geociências da UFMG (IGC), como referência para estudos recentes acerca da temática da agricultura urbana na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Disponível em:

é uma fotografia datada de 1897, ou seja, do ano de inauguração da nova capital mineira. De acordo com a descrição desse documento, a residência fotografada existia desde os tempos do Arraial do Curral Del Rey. A leitura que fazemos a partir dessa imagem está na compreensão da estrutura da casa como um espaço fundamental que representa a vivência naquele período. No plano central da imagem, a porta da cozinha se abre para o quintal, onde identificamos uma galinha solta caminhando em direção ao canto inferior esquerdo. A imagem nos evidencia que as residências em Belo Horizonte, naquele período, possuíam estrutura física que possibilitava aos indivíduos uma pequena produção de gêneros para o próprio abastecimento alimentar.

Figura 3 - Casa que pertenceu aos herdeiros de Francisco José da Silva Reis (1897)



Fonte: Museu Histórico Abílio Barreto/ CCFot1896 011.

Apesar de não ser nossa intenção nesta pesquisa aprofundar questões acerca dos quintais urbanos, é importante pontuar sua existência não só como um lugar de produção de alimentos, mas, sobretudo de conformações sociais. Neste trabalho, nos propomos analisar os pontos de abastecimento gerenciados pelo poder público e os quintais são, por natureza, espaços privados e carregam a complexidade do seio familiar em que estão inseridos. É importante mencionar que os órgãos municipais, entretanto, chegaram indiretamente no interior das residências familiares. No decorrer do século XX, a fiscalização do modo de produzir alimentos, tanto em equipamentos públicos como em ambientes privados, fez com que a produção dos quintais diminuísse e, por consequência, esse espaço de sociabilidade tornou-se cada vez menos produtivo do ponto de vista do abastecimento alimentar em pequena escala. Paulatinamente tornou-se diminuta a produção que supria algumas das necessidades da cultura alimentar do núcleo familiar em suas propriedades privadas.

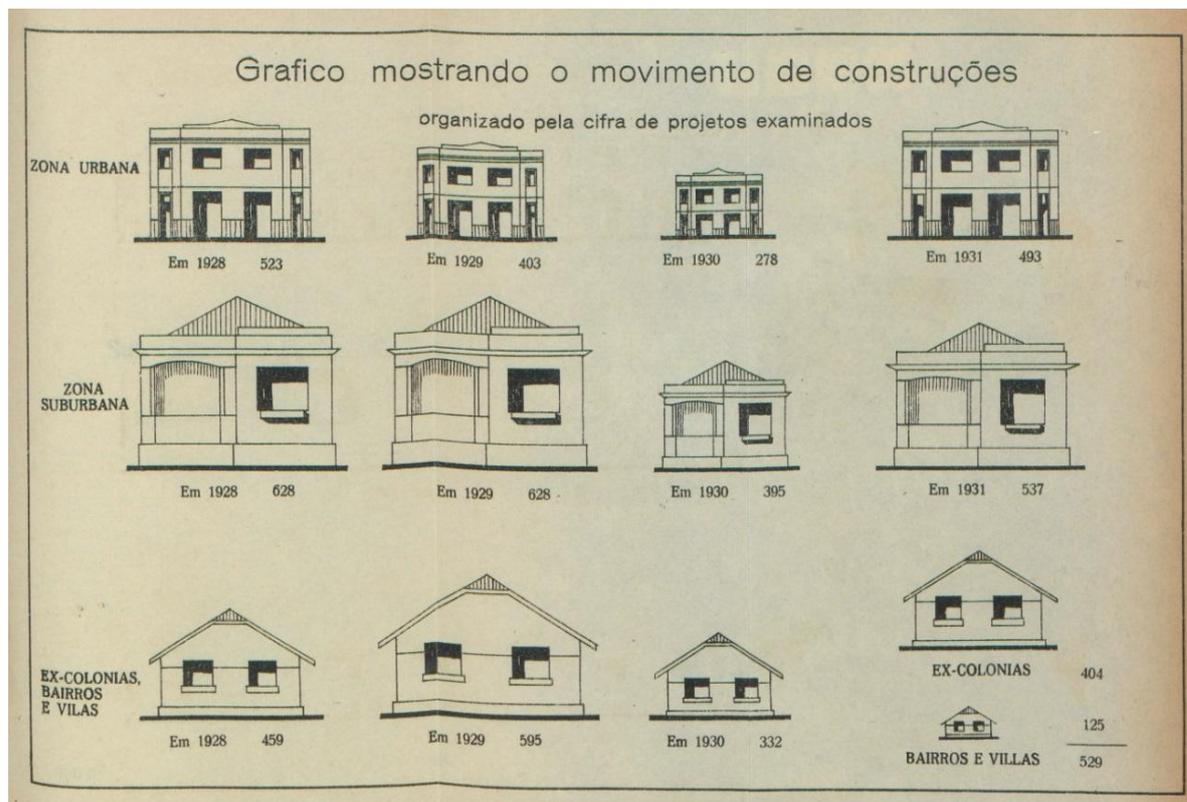
De Arraial do Curral Del Rei à nova capital mineira muita mudança ocorreu naquele local. O mesmo território sofreu transformações até que fosse consolidado o sonho de construção da nova capital mineira. Não só o espaço físico se modificou, também a forma dos indivíduos se relacionarem com o espaço habitado e sua sociabilidade foram modificadas. Segundo o geógrafo Milton Santos, “o fenômeno humano é dinâmico, e uma das formas de revelação desse dinamismo está, exatamente, na transformação qualitativa e quantitativa do espaço habitado.”⁵⁶ No caso de Belo Horizonte, as transformações urbanas passaram pela relação entre os interesses da gestão pública, do comércio e da sociedade que se adequa, rompendo os contornos e limites determinados como urbanos e suburbanos pelas gestões municipais. Isto é, nem sempre o poder público via seu projeto de cidade executado à rigor. Todavia, não é possível definir a cidade desconectada da experiência humana e isso inclui os indivíduos não envolvidos no planejamento oficial, mas que também atuaram na construção de novos lugares se inseriram na composição histórica e espacial da capital mineira.

Três décadas após a criação de Belo Horizonte, o prefeito Cristiano Monteiro Machado elaborou um gráfico, imagem 04, referente ao aumento de residências nas zonas urbanas, suburbanas e ex-colônias da capital mineira. É interessante notar

⁵⁶ SANTOS, 2012, P. 42.

que a partir do ano de 1931, último ano contemplado no gráfico, aumentou o número de residências nas zonas urbanas e suburbanas, quase se igualando ao ano de 1928. Já as ex-colônias, bairros e vilas estavam reduzindo sua população.

Figura 4 - Gráfico referente ao movimento de construção em Belo Horizonte (1930)



Fonte: APCBH/Coleção Relatório Anual da Prefeitura de Belo Horizonte.

Tal dado nos faz pensar que estava havendo uma migração das regiões mais afastadas para o perímetro urbano e seu entorno, representado no gráfico acima pela zona suburbana. De acordo com o pesquisador Tito Flávio Aguiar,

A transformação urbana de Belo Horizonte nos anos 1920 deve ser entendida como um dos passos iniciais de um processo acelerado de crescimento da cidade, tanto físico e populacional, quanto econômico. Esse crescimento da cidade se estendeu pelas décadas de 1930 e 1940, ainda que com abalos momentâneos decorrentes da nova crise cafeeira em 1929 – 1930, e fez da capital o principal centro industrial e comercial do estado.

57

A partir do processo de crescimento populacional em que Belo Horizonte se encontrava no decorrer do século XX, as demandas da cidade, compreendidas como responsabilidade do poder público, também cresceram. Dentre elas, o acesso a gêneros alimentícios é, talvez, uma das mais importantes ao considerarmos a alimentação como necessidade básica do indivíduo. Se pensarmos nos lugares de abastecimento alimentar, essa característica de ânsia pela mudança e pela novidade se torna evidente no processo de distanciamento da população da produção de seus próprios alimentos. Isto é, ao passo que mais indivíduos passaram a dividir o mesmo espaço que foi delimitado como zona urbana, menos pessoas conseguiram manter, sem transformações intensas, seu estilo de vida no que se refere aos vários processos da alimentação na cidade.

Como mencionado anteriormente, até fins década de 1950 muitas residências em perímetro urbano possuíam quintais possibilitando a criação de animais para consumo, principalmente porcos e galinhas. Embora essa prática não representasse o interesse do poder público, uma vez que a nova capital havia sido criada para ser uma cidade moderna, romper definitivamente com a cultura alimentar daquela sociedade foi um longo processo. Não podemos afirmar que era padrão as casas cultivassem apenas árvores ornamentais e frutíferas, também não é possível negar que em algumas residências, a criação de galinhas para consumo e pequeno comércio perdurou. Segundo a legislação municipal, somente em 1958, por meio da lei n. 721, de 13 de junho, os lugares de matadouro de animais de pequeno porte e os procedimentos de higiene foram regulamentados pelo poder público local. De acordo com os primeiros artigos da dita lei,

Art. 1º - Fica o Prefeito de Belo Horizonte, autorizado a promover e a facilitar, nos termos desta lei, a construção, a instalação e o funcionamento de Matadouros de Aves e Pequenos Animais, Entrepostos de Alimentos Feiras Permanentes, Mercados e Supermercados, visando à racionalização do abastecimento da Capital.

Art. 2º - Os estabelecimentos acima citados funcionarão em edifício autônomo, ou em parte integrante de edifício em que se exerçam outras atividades, podendo ocupar mais de um pavimento.

Art. 3º - Em todo e qualquer desses estabelecimentos haverá, obrigatoriamente, uma área útil, distinta, nunca inferior a 15 (quinze) metros quadrados, destinada, exclusivamente aos serviços da Prefeitura, desobrigada esta de qualquer pagamento ou ônus, em qualquer tempo. ⁵⁸

⁵⁸ LEI N. 721, 1958

Além de regulamentar o abate, especificando uma série de requisitos que os matadouros localizados em espaço urbano da capital deveriam possuir para poder funcionar, a lei n. 721 institui a *Carteira de Produtor Rural*. Esse documento era uma autorização legal para que os produtores rurais autênticos e as suas cooperativas ou entidades representativas, fossem asseguradas como matadouros de aves e pequenos animais. A legislação também estabeleceu multa aos que não cumprissem com os requisitos de higiene, bem como os estruturais das edificações destinadas ao abate.

Após a regulamentação para criação e abate de animais para consumo humano, a prefeitura passou a fiscalizar os matadouros e multar os que não acataram os requisitos estabelecidos. Com isso, podemos concluir que muitas famílias foram diretamente afetadas, uma vez que foram impedidas de atuar em todos os processos para o abastecimento alimentar de forma artesanal e caseira para consumo próprio. Ora, a desruralização da cidade faz a vida se tornar mais cara quando se habita o perímetro urbano.⁵⁹ Além de impactar o orçamento, uma vez que comprar a carne, os ovos, o leite e seus derivados em supermercados ficaram mais caros, aquelas famílias romperam com uma cultura alimentar ancestral e tiveram que se submeter a consumir a partir das prateleiras dos mercados e armazéns da nova capital mineira.

Destacamos aqui duas razões para essa proibição, a primeira delas por questão estética, uma vez que essa prática artesanal de se alimentar, de acordo com o poder público da época, não condizia com o perfil de uma cidade moderna, como era o caso da “sonhada” Belo Horizonte. A prática de criar animais em residências para o consumo remetia ao perfil sociocultural da antiga capital que passou a ser considerado rústico demais para uma cidade republicana. A segunda razão relaciona-se com o argumento higienista, que na verdade sempre foi uma preocupação do poder público local. Porém, foi a partir da publicação da Lei n. 721, de 1958, que a produção doméstica de carnes, leite e ovos passou a ser caracterizada insegura do ponto de vista da saúde dos consumidores.

A partir dessa mudança, proposta pelo poder público, podemos questionar em que medida essa legislação foi elaborada em prol do bem comum, ou ainda, sob quais influências o poder público se deixou levar para que tais interesses vingassem

⁵⁹ LE GOFF, 1998, P. 40.

e mudassem, por consequência, de forma drástica o modo de se alimentar daqueles indivíduos. Pelo menos por lei, já não era permitido que os habitantes da cidade criassem eles mesmos seus animais de consumo.

Para compreender a cultura alimentar em Belo Horizonte nas primeiras décadas do século XX, citamos uma passagem do livro “O menino no Espelho”, do escritor Fernando Sabino. Trata-se de um romance, em que o autor conta sua própria infância vivida em Belo Horizonte em fins da década de 1920 e início de 1930. Em específico o primeiro conto da obra intitulado: “Galinha ao Molho Pardo”, faz referência à cultura alimentar belorizontina naquele período, que para nossa pesquisa é referência interessante. Nos primeiros parágrafos o autor descreve o quintal de sua casa:

Ao chegar da escola, dei com a novidade: uma galinha no quintal. O quintal de nossa casa era grande, mas não tinha galinheiro, como quase toda casa de Belo Horizonte naquele tempo. Tinha era uma porção de árvores: um pé de manga sapatinho, outro de manga coração-de-boi, um pé de gabirola, um de goiaba branca, outro de goiaba vermelha, um pé de abacate e um pé de fruta-de-conde. No fundo, junto ao muro, um bambuzal.⁶⁰

Como um menino de classe média, nascido em 1923 e criado na zona urbana da capital mineira, percebemos no texto de Fernando Sabino algumas semelhanças na construção do imaginário e da realidade sobre as casas e seus quintais no início do século XX. Para nossa pesquisa, além de encontrar documentos oficiais que comprovam a existência de um espaço na residência destinado à produção de alimentos para consumo próprio, recorrer ao conto “Galinha ao Molho Pardo”, nos remete ao processo de transformação da relação de uma determinada geração com os alimentos, neste caso em específico com a galinha. Isso nos faz pensar que a geração nascida em Belo Horizonte, a partir da década de 1930 já não tinha como natural o processo de criar, matar e comer animais. Desde antes da legislação, publicada somente em 1958, proibindo definitivamente a criação de animais para consumo nas residências, essa prática já não era tão comum em perímetro urbano, dando crédito ao texto citado.

Com isso, podemos afirmar que embora houvesse – e até hoje ainda há - espaço para o cultivo de frutas e hortaliças, em Belo Horizonte, o ambiente doméstico não foi o lugar principal do abastecimento alimentar. É pertinente reforçar

⁶⁰ SABINO, 1993, P.19

que a nova capital mineira nasceu com a missão de ser uma cidade moderna. Ainda que nos anos iniciais muitas casas da zona urbana tinham espaço interno livre além da edificação, para criar animais para abate caseiro, tal prática já era considerada rústica e ultrapassada para a época. Entretanto, cabe salientar que no que se refere a vivência daquelas pessoas, vindas do interior para tentar a vida na capital, estava bastante associada a práticas culturais de suas origens. A cidade se encontrava em pleno processo de expansão. No entanto, as fronteiras entre o rural e o urbano ainda não eram muito bem delimitadas naquela sociedade.

O lugar do abastecimento em Belo Horizonte, desde muito cedo, foi pensado no conjunto da perspectiva política da organização estética da cidade. Nesse sentido, percebemos que até os anos 1940, embora não houvesse um órgão específico na Prefeitura para cuidar das questões que envolviam o abastecimento alimentar, o poder público sempre regulamentou essa demanda. Seja criando um ponto específico como o Mercado Central Municipal, ou fiscalizando a produção e consumo de carne, por meio de legislação, a alimentação dos cidadãos foi tida como responsabilidade pública em Belo Horizonte. A historiadora Eliana de Freitas Dutra classifica Belo Horizonte como

um espaço de história e de cultura edificado não só pela vontade política de seus governantes, mas também pelas escolhas de seus moradores, pela diversidade das experiências e das práticas sociais dos que nela habitam, pelos atos cotidianos de seus cidadãos, pelas tradições e valores históricos sedimentados em meio a vivências urbanas de longa maturação.⁶¹

Pensando no lugar do abastecimento no contexto das primeiras décadas da nova capital mineira, devemos considerar mais do que os espaços físicos que a Prefeitura destinou para tal. A partir das mudanças de uso do território urbano e das diretrizes políticas no decorrer da história da cidade também foram modificadas as relações dos indivíduos com os alimentos. Para compreender o funcionamento de um dado território, é preciso captar seu movimento inserido em um processo histórico. Ou seja, a partir da segunda metade do século XX, momento em que Belo Horizonte estava se reconfigurando para receber fluxo maior de habitantes, o fenômeno da metropolização fez com que a população tivesse novas necessidades

⁶¹ DUTRA, 1996, P. 06

de consumo que partiam tanto da sociedade civil, do poder público e, inclusive, da atividade agrícola.

A metropolização é um fenômeno que muitas cidades da América Latina vivenciaram no decorrer do século XX. Principalmente após a Segunda Guerra Mundial, as grandes cidades receberam considerável número de novos habitantes.⁶² Nesse sentido, o processo de crescimento urbano aumentou de tal forma que aos poucos foi sendo constituída a região metropolitana da cidade. Ou seja, as pequenas cidades ao redor da metrópole quase que se confundiram com bairros devido à congregação da mesma dinâmica espaço-temporal. Na realidade belorizontina, o historiador Yuri Mello Mesquita nos explica que

todas as consequências negativas do processo de massificação e metropolização podem ser percebidas em Belo Horizonte, timidamente nos anos 1930 e 40, escancaradas na década de 1950 e chegando ao ápice na década de 1960-70, período de maior crescimento relativo da cidade.⁶³

Ora, a cidade de Belo Horizonte não foi pensada para receber tamanho fluxo de habitantes e isso, certamente acarretou graves problemas urbanos. O acesso aos gêneros alimentícios, por exemplo, foi umas das questões que o poder público precisou intervir diretamente inclusive para manter a ordem social. O quadro abaixo, imagem (5), é um estudo do Índice Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que apresenta o crescimento demográfico de Belo Horizonte entre os anos de 1940 e 1980.

⁶² ROMERO, *América Latina*, 2006.

⁶³ MESQUITA, 2013, P. 45.

Figura 5 - Média de crescimento populacional de Belo Horizonte entre os anos de 1940 e 1980 (1986)

EVOLUÇÃO POPULACIONAL PERÍODO: 1940 80		
Ano	População	Incremento
1940	211.377	—
1950	352.724	141.347
1960	639.328	286.604
1970	1.235.030	595.702
1980	1.758.855	523.825

Fonte: IBGE — Censo Demográfico — 1980

Fonte: APCBH/ BH: Novos Horizontes – Secretaria Municipal de Planejamento.

Por meio deste estudo podemos identificar que a população estava, de fato em um processo acelerado de crescimento demográfico, intensificando a partir da década de 1950. O prefeito Otacílio Negrão de Lima, em seu relatório referente ao ano de 1948 reconheceu que

O crescimento das cidades além dos limites previstos impõe pesado tributo à população, por força do desequilíbrio que surge entre a capacidade dos serviços públicos e as exigências dos habitantes. É o nosso caso. Projetaram a cidade de Belo Horizonte para cifras conhecidas de habitantes. Os serviços de água e esgoto e os meios de abastecimento, como eram naturais, limitaram-se à população prevista. Em consequência, o crescimento demográfico se faz a expensas da comodidade e da felicidade da população normal.⁶⁴

A partir de então, Belo Horizonte iniciou uma fase de reestruturação nos âmbitos público e privado para atender suas novas demandas. Tais necessidades surgiram por duas razões, a primeira delas porque o fluxo maior de pessoas dividindo o mesmo espaço gerou, automaticamente, maior consumo de produtos alimentícios. Outra razão, acreditamos que foi a partir da segunda metade do século XX que a capital mineira intensificou sua produção industrial com vistas ao aquecimento da economia em nível estadual. Isso significa que, os alimentos começaram a ser cada vez mais produzidos em fábricas, o que gerou comida

⁶⁴ RELATÓRIO, 1948, P. 63.

produzida em grande quantidade – para atender a demanda crescente -, contudo os aditivos químicos como conservantes, corantes artificiais e essências saborizantes afetaram a qualidade dos alimentos acessíveis à população, bem como a cultura alimentar daquela sociedade.

Para a continuidade de nosso estudo acerca do abastecimento alimentar em Belo Horizonte, cabe, a partir de agora, compreender como os prefeitos ao longo dos anos mediaram essa demanda com seus próprios interesses políticos e com as necessidades de caráter cultural e econômico da sociedade belorizontina. Também faz-se necessário compreender o histórico do primeiro órgão da PBH que foi criado para atender às demandas relativas ao abastecimento alimentar na capital mineira, o Departamento de Abastecimento. Nessa perspectiva, a administração pública no decorrer do século XX nos mostra uma possibilidade de compreensão da vivência na cidade e dos processos da construção das estruturas econômicas, sociais e culturais em espaço urbano.

CAPÍTULO 2: A alimentação como demanda da cidade

“Encontramos dificuldades e deixamos dificuldades. Não há cidade pronta. A administração é um fato essencialmente dinâmico. A aspiração humana não tem limites. O atendimento de uma delas desperta o surgimento de várias outras numa proporção que os recursos disponíveis não conseguem acompanhar”.
(Prefeito Oswaldo Pierucetti, 1974) ⁶⁵

2.1 Administrações públicas na municipalidade

Em sentido amplo, a administração pública refere-se ao conjunto de órgãos e agentes vinculados aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, encarregados de efetuar atos necessários à realização do interesse público. O conceito de administração pública, em sentido restrito, refere-se ainda às ações cotidianas do Poder Executivo.⁶⁶ As reformas políticas e as transformações econômicas e sociais na capital mineira na segunda metade do século XX foram aqui analisadas para compreender o abastecimento alimentar na estrutura organizacional da PBH.

O ano de 1948 é um marco para a história de Belo Horizonte. Naquele momento a Prefeitura vivenciou sua primeira grande reforma administrativa.⁶⁷ A ampliação da máquina pública municipal ocorreu tanto na atuação do poder executivo, como no âmbito do poder legislativo. No ano anterior, mais especificamente no dia 08 de dezembro de 1947, foi eleita a Mesa Diretora da Câmara Municipal de Belo Horizonte. Com isso, a cidade adquiriu autonomia administrativa e suas instituições políticas passaram a ter “características da democracia: uma prefeitura e assembleia de representantes eleitas por voto secreto dos cidadãos alfabetizados maiores de idade.”⁶⁸

Tais mudanças foram bastante significativas para a municipalidade se considerarmos que até então o prefeito era nomeado pelo Chefe de Estado, que,

⁶⁵ PBH. *Relatório de 1974 apresentado à Câmara Municipal pelo prefeito Oswaldo Pierucetti em março de 1975*. Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1975. P. 02

⁶⁶ BARROS, Lúcio Alves de; GARCIA, Gisela Resende; GONÇALVES, José Neto et al.. *Glossário de Administração Pública, Belo Horizonte*: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 2000. p.10.

⁶⁷ A reforma administrativa ocorreu por meio do Decreto-Lei n. 209, de 11 de novembro de 1947, na gestão do prefeito João Franzen de Lima. Contudo, a estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, foi alterada no ano seguinte, já na gestão de Otacílio Negrão de Lima.

⁶⁸ SILVA, Regina Helena Alves (Ccord.)...et al. *O Legislativo e a Cidade domínios de construção do espaço público*. Belo Horizonte: CMBH, 1998. P. 49

supomos, baseava sua escolha em interesses políticos não necessariamente pautados pelas demandas provenientes da sociedade civil. Em tese, a partir do advento da eleição, os gestores municipais adequaram a diretriz político administrativa com as questões que emanavam dos habitantes da capital mineira e que, ao fim e ao cabo, compunham o eleitorado.

Sobre o legislativo municipal, sua instalação ganhou especial significado, uma vez que “sua existência anterior foi interrompida por um ato de força de um golpe de Estado. Os processos de reconstitucionalização e de redemocratização nacionais, iniciados com o fim do Estado Novo, chegaram, claro, ao município.”⁶⁹ A atuação da Câmara, com capacidade técnica para interferir e ponderar os projetos provenientes do Executivo, revelou preocupações do poder público com as demandas da cidade, que se encontravam em acelerada transformação.

A partir da segunda metade do século XX, em um contexto pós Segunda Guerra Mundial, as grandes cidades da América Latina passaram por significativo aumento populacional.⁷⁰ Esse fenômeno foi um desafio para as gestões públicas municipais, tanto que foram necessárias uma série de mudanças para adequar a administração pública às novas realidades dessas cidades em expansão. Essas estruturas se encontravam em processo de transformação social, urbana e econômica.

Belo Horizonte insere-se nesse contexto e passou por uma readequação do poder público municipal. Por meio do Decreto-Lei n. 209, de 11 de novembro de 1947, a administração pública municipal passou a contar com número maior de órgãos em sua estrutura organizacional.⁷¹ Com isso, o abastecimento alimentar foi melhor estruturado como uma das demandas ao poder público e ganhou um departamento específico no organograma da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, denominado Departamento de Abastecimento.

A partir de 1948, por meio de legislação, de programas e projetos, o poder público - executivo e legislativo - regulamentou os processos de produção e comercialização de alimentos em Belo Horizonte. Isso nos faz pensar que o

⁶⁹ SILVA, Regina Helena Alves (Ccord.)...*et al.* *O Legislativo e a Cidade domínios de construção do espaço público*. Belo Horizonte: CMBH, 1998. P. 49

⁷⁰ ROMERO, José Luis. *América Latina, as cidades e as idéias*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

⁷¹ A evolução da estrutura organizacional da Prefeitura de Belo Horizonte encontra-se disponível em: http://www.pbh.gov.br/evolucaodaestrutura/organogramas.htm#pbh_II_20 Acesso em 23 de maio de 2019.

abastecimento alimentar, demanda primária à existência humana, se oficializou tardiamente na estrutura administrativa. Nesse sentido, um questionamento nos parece pertinente: quais as razões do poder público municipal em regulamentar o abastecimento? No desejo pela compreensão dessa questão, buscamos elencar os momentos em que o abastecimento sofreu alterações no âmbito de sua organização administrativa, seja para ampliar ou diminuir sua autonomia na estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH).

Neste capítulo, em específico, pretendemos realizar um histórico da atuação pública no que se refere ao abastecimento alimentar na cidade entre os anos de 1948 e 1992. Embora o recorte temporal seja extenso, o que nos propomos a fazer é nos restringir às políticas públicas voltadas, exclusivamente, ao acesso de gêneros alimentícios. Nesse sentido, analisamos todas as gestões públicas municipais e identificamos os momentos mais relevantes para o abastecimento alimentar.⁷² A partir de então, foi possível compreender essa demanda com maior preocupação do poder municipal. Contudo, cada gestor público possuía suas peculiaridades e seu contexto de atuação estava vinculado a interesses políticos e econômicos que não necessariamente atendiam às necessidades da sociedade civil.

O conceito de política pública é complexo e utilizado em diversas áreas do conhecimento. Para nossa pesquisa definimos que políticas públicas são conjuntos de programas, projetos, ações e atividades desenvolvidas pelo poder público. As políticas públicas podem contar com a participação de entes públicos ou privados, que visam assegurar determinado direito de cidadania, para atender os indivíduos de forma difusa em suas peculiaridades.⁷³ No contexto do Brasil republicano, na segunda metade do século XX, entendemos as ações desenvolvidas pelo Estado acerca do abastecimento alimentar da sociedade civil como políticas públicas. Restringindo nosso objeto de pesquisa a Belo Horizonte, as políticas públicas alimentares podem ser identificadas por meio de legislação e de relatórios de gestão que foram elaborados anualmente pelos prefeitos que estiveram à frente da PBH.

⁷² Consideramos relevantes todos os momentos em que: o Departamento de Abastecimento passou por reforma administrativa na estrutura organizacional da PBH; a gestão vigente publicou legislação pertinente ao tema e quando o abastecimento alimentar teve destaque nos Relatórios Anuais de Prefeito por meio de projetos e programas caracterizados como políticas públicas alimentares.

⁷³ O conceito de política pública será analisado no terceiro capítulo desta pesquisa, considerando o contexto de Belo Horizonte a partir da criação do Departamento de Abastecimento, que se deu em 1948.

Desde a criação da cidade até os dias atuais, a Prefeitura de Belo Horizonte gera relatórios anuais de gestão. Esses documentos oficiais são arquivísticos e de guarda permanente sob a responsabilidade, tanto dos processos de acondicionamento como de acesso, do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH).⁷⁴ A documentação está organizada em coleção,⁷⁵ denominada *Coleção Relatório Anual de Atividades da Prefeitura de Belo Horizonte (1899-2005)* e conta com 89 volumes. Apesar de apresentar algumas lacunas, essa fonte documental permite diversas possibilidades de análise histórica, uma vez que os textos foram elaborados pelos gestores municipais e retratam a trajetória da cidade sob o olhar da Administração Pública.

A coleção está organizada em quatro séries: relatórios apresentados ao Conselho Deliberativo da Capital (1899-1929), Relatórios Apresentados por Funcionários aos Prefeitos (1930 -1967), Relatórios Apresentados pelos Prefeitos aos Governadores (1935-1941) e os Relatórios Apresentados pelos Prefeitos à Câmara Municipal (1936-2005). Para análise historiográfica dessa fonte, faz-se pertinente pontuar que esses documentos foram produzidos e destinados para apreciação do poder público. Apesar da razão primeira de sua elaboração estar pautada no princípio da transparência da máquina pública, os relatórios estabeleciam maior relação entre os poderes executivo e legislativo, não envolvendo a sociedade civil no processo de elaboração dos mesmos até a publicação.

Para essa pesquisa, analisamos 42 volumes dos relatórios que compreendem os 44 anos do recorte temporal aqui estabelecido. A numeração entre os volumes e os anos não é correspondente por duas razões, a primeira porque não foram gerados relatórios nos anos de 1984 e 1985, referente às gestões de Antônio Carlos Flores Carone e Rui José Viana Lage, respectivamente. A segunda pelo fato de que alguns prefeitos não seguiram a periodicidade anual e elaboraram somente um volume referente a todo o período de sua gestão.

Os Relatórios de Prefeito não seguem um único padrão em seus vários volumes, mas possuem características em comum. Além de todos serem

⁷⁴ O Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH), foi criado por meio da Lei n. 5.900, de 20 de maio de 1991, como “instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elemento de prova e informação.” O APCBH possui sob guarda permanente acervo documental público - dos poderes executivo e legislativo - e privado de interesse público.

⁷⁵ De acordo com a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), caracteriza-se como coleção os conjuntos de documentos, com características comuns, reunidos intencionalmente.

documentos oficiais, eles apontam a atuação de cada uma das Secretarias da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e respectivos Departamentos. Faz-se necessário ressaltar que esses documentos foram produzidos no calor dos acontecimentos. Isto é, como fonte de pesquisa, os relatórios devem ser analisados considerando o contexto histórico em que cada um deles se insere. Os volumes que compreendem o recorte temporal de nossa pesquisa são compostos por textos bastante descritivos. Já os volumes produzidos a partir da década de 1990 apresentam, basicamente, estatísticas de receitas e despesas seguindo um padrão técnico para o levantamento de dados da atuação pública na municipalidade. Esses dados não interferem na qualidade das informações que cada volume apresenta, mas são características que denotam mudança de perfil na produção de documentos oficiais.

Como ponto de partida para análise histórica da gestão pública, é primordial identificar os problemas que propiciaram o desenvolvimento de técnicas para a governamentabilidade. Segundo Foucault,

as táticas de governo é que permitem definir a cada instante o que deve ou não competir ao Estado, o que é público ou privado, o que é ou não estatal, etc.; portanto o Estado, em sua sobrevivência e em seus limites, deve ser compreendido a partir das táticas gerais da governamentabilidade⁷⁶.

As táticas empreendidas pelo Estado, na forma como descritas por Foucault, podem ser compreendidas neste estudo como os atos do poder público em âmbito municipal para garantir a sustentabilidade de sua gestão. Isto quer dizer que as políticas públicas para o abastecimento alimentar devem ser analisadas não somente como ações voltadas para o atendimento das necessidades da sociedade, mas também e, principalmente, como técnicas de governamentabilidade ditadas pelos gestores públicos.

A capital mineira, no período que se pretende aqui analisar, passou por intensas mudanças em sua estrutura organizacional e não era exceção comparada às demais metrópoles do Brasil e do exterior. Em nossa pesquisa, identificamos que o abastecimento alimentar era, de fato, uma preocupação pública. Contudo, houve momentos em que a PBH diminuiu sua atuação no abastecimento da cidade, concedendo à iniciativa privada a oportunidade de gerir o comércio de produtos

⁷⁶ FOUCAULT, 2012, P 292

alimentícios. Entendemos essas escolhas como diretriz da gestão vigente que, por sua vez, envolvia interesses políticos e econômicos e que recaíam diretamente nos habitantes da capital mineira.

2.2 O Departamento de Abastecimento: estrutura e competência

Como responsabilidade pública oficial, o primeiro órgão criado para gerenciar as questões pertinentes ao abastecimento alimentar em Belo Horizonte foi o Departamento de Abastecimento (DA). Na hierarquia organizacional, o DA era vinculado ao Gabinete do Prefeito. Isso significa que sua atuação era autônoma perante as outras seções administrativas da municipalidade e que, para deliberar acerca de suas frentes de trabalho, tratava diretamente com a instância máxima do município, o prefeito. Essa posição do DA justifica-se pelo contexto da administração pública na capital mineira. Por meio do Decreto-Lei n. 209, de 11 de novembro de 1947, ocorreu a primeira grande reforma administrativa da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. A máquina pública estava se organizando para conseguir abarcar todas as necessidades da cidade em pleno processo de expansão. Por isso, não só o abastecimento, mas também outras responsabilidades da municipalidade foram regulamentadas.

Quando criado, o Departamento de Abastecimento era composto pela Seção de Coordenação do Abastecimento; Armazém Regulador; Matadouro Municipal; Mercado Municipal Central e Turma da Administração. Cada uma dessas frentes de trabalho tinha suas especificidades e autonomia individual para exercer os processos de trato dos produtos alimentícios até o acesso à população. Legalmente, cabia ao Departamento de Abastecimento: executar as medidas necessárias ao abastecimento normal da Cidade; manter entrepostos ou armazéns reguladores de preços das mercadorias de procura rígida e manter, administrar e fiscalizar os serviços do Mercado, Matadouro e Feiras-Livres⁷⁷.

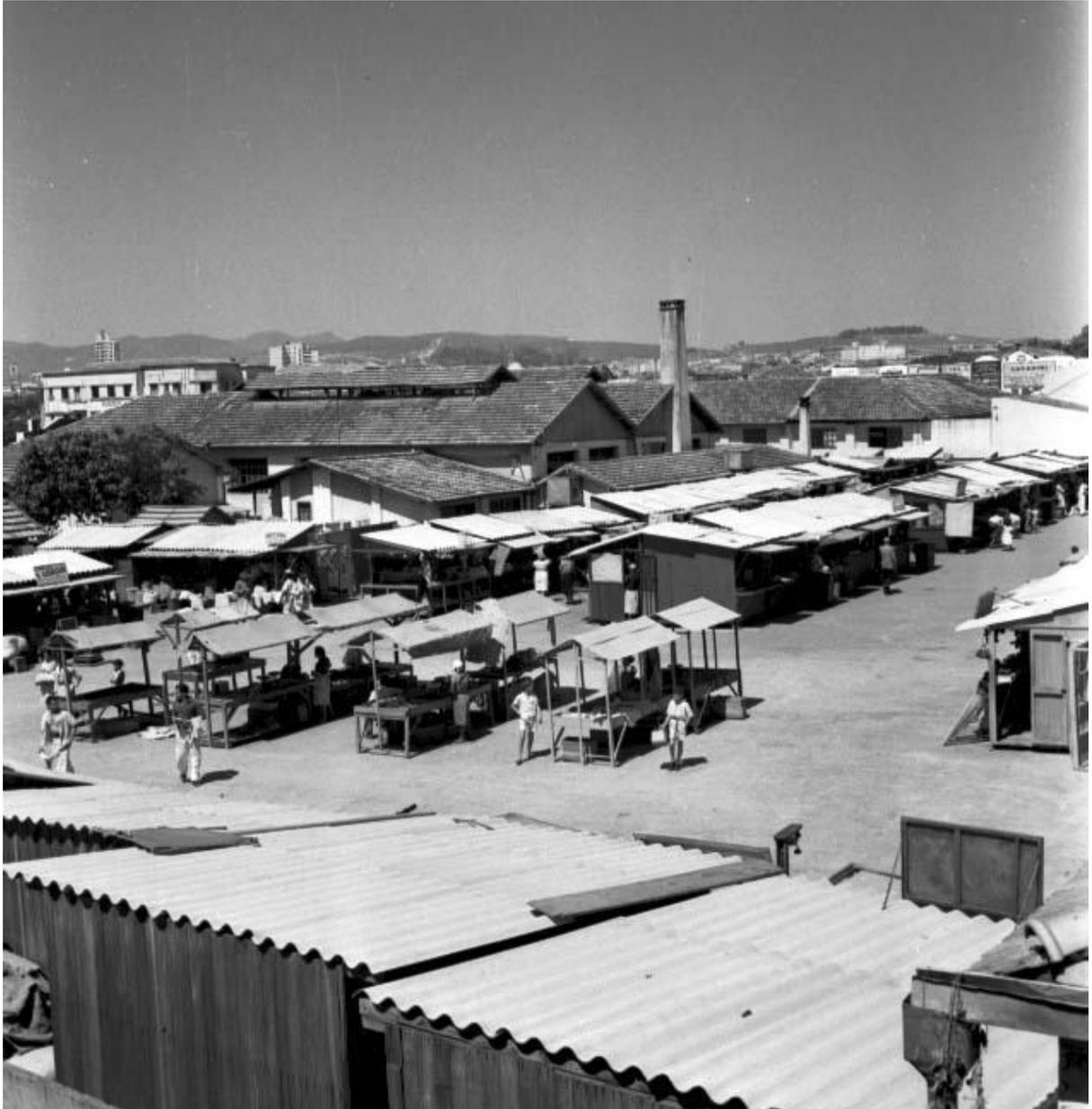
No ano seguinte, por meio da Lei n. 51, de 21 de novembro de 1948, a estrutura do DA foi alterada. Além das funções anteriores, passaram a fazer parte do órgão a Seção de Arborização e a Seção de Serviços Agrônômicos. A alteração da estrutura refletiu em sua competência. A partir de então, era responsabilidade do DA

⁷⁷ Decreto-Lei n. 209, de 11 de novembro de 1947.

o incentivo à pequena lavoura no âmbito do município, promover a coleta e o tratamento de lixo residencial, distribuindo o adubo restante e também proceder a apreensão de animais soltos nos logradouros públicos.⁷⁸

A primeira alteração do DA nos mostra uma necessidade do poder público em adequar esse órgão à realidade social e cultural daquela sociedade. O incentivo à pequena lavoura pode ser compreendido como alternativa econômica para o aumento da produção local. Com isso, a produção dos gêneros alimentícios passou a crescer considerando a soma do volume final que se originou de procedências distintas. Outra alteração na estrutura do DA se deu por meio do Decreto 127, de 02 de outubro de 1951, quando a Feira dos Produtores foi transformada no Mercado de Emergência. Esse ponto de abastecimento foi compreendido como desdobramento do Mercado Municipal e era imediatamente subordinado ao Departamento de Abastecimento. A imagem abaixo (6) é uma fotografia ainda da Feira dos Produtores, que, não possui data de registro. Pelo posicionamento do fotógrafo, é possível notar que ele priorizou registrar a parte do espaço destinado à feira não coberto onde não havia edificação de alvenaria para abrigar todos os comerciantes. Neste plano, os produtos eram expostos em barracas com estrutura bastante semelhante à das feiras livres. Entretanto, identificamos também galpões de alvenaria, com telhados típicos para ventilação, anexos às barracas, em um deles, inclusive, há uma grande chaminé. Como não há registro do interior desses galpões, supomos que eles serviam como áreas de recebimento e acondicionamento dos produtos. Também poderia haver pontos de comércio dentro dos galpões. Percebemos ainda que sua localização estava próxima ao centro da urbe, uma vez que é possível visualizar vários edifícios ao redor desse ponto de abastecimento.

⁷⁸ Lei n. 51 de 21 de novembro de 1948.

Figura 6 - Feira dos produtores (s/d)

Fonte: APCBH/ ASCOM.

Em 1953 houve outra reforma administrativa na PBH⁷⁹. Com ela, o DA assumiu também a manutenção e administração dos restaurantes populares mantidos pela Prefeitura. Esses restaurantes exigiam considerável investimento do poder público para sanar uma carência do período, a falta de acesso da população à alimentação básica. Ficava a cargo do DA todos os trâmites dos restaurantes como: recebimento de alimentos, higienização, elaboração de cardápio, preparação da comida e elaboração de estudos para fixação dos preços das refeições condizentes

⁷⁹ Artigo 99 da Lei n. 333, de 23 de maio de 1953.

ao poder de compra da população mais necessitada. A imagem abaixo (7), refere-se à uma reportagem do Diário Oficial do Município de Belo Horizonte que foi publicada em 16 de abril de 2008. Apesar dos restaurantes populares estarem previstos como demanda oficial do município a partir de 1953, segundo a reportagem, há registros de restaurantes populares na capital mineira desde 1917.⁸⁰ Entretanto, faz-se pertinente apresentar fontes distintas que apresentam esses restaurantes como iniciativa pública, aplicada em diferentes momentos, para disponibilizar refeições à preços acessíveis às camadas mais pobres da população.

Figura 7 - Clipping Restaurante Popular - Diário Oficial do Município (16/04/2008)



Fonte: APCBH/ Sala de consultas.

⁸⁰ Neste trabalho, não é nossa intenção aprofundar o estudo sobre a história dos restaurantes populares na capital mineira. Deixaremos então para pesquisas futuras, uma vez que consideramos esse tema atraente e consistente para compreender a história da alimentação na cidade. Contudo, voltaremos a citar os restaurantes populares no capítulo III enquanto política pública alimentar que foi empreendida pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

No ano de 1967, por meio do Decreto n. 1565, foi dado início a uma nova reforma administrativa que colocou os Departamentos de Abastecimento; Limpeza e Parques e Jardins juntos para compor a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos. Essa mudança foi impactante para o DA. Ele foi rebaixado na hierarquia municipal, por passar a ser subordinado a uma Secretaria e não mais diretamente ao prefeito. Além disso, sua estrutura ficou reduzida à Divisão de Armazéns Reguladores e Divisão de Feiras e Mercados.⁸¹ Suas frentes de trabalho diminuíram consideravelmente. Vale pontuar que para um órgão administrativo, diminuir frentes de trabalho não necessariamente é uma mudança negativa. Historicamente, a máquina pública sempre contou com equipe técnica reduzida. Logo, diminuir a estrutura burocrática pode ser interpretado como uma medida estratégica para dinamizar o funcionamento do serviço público naquele contexto.

Entre 23 de dezembro de 1968 e 16 de junho de 1983 o Departamento de Abastecimento esteve fora da estrutura organizacional da PBH. Durante esse tempo, a demanda do abastecimento esteve presente no poder público municipal distribuída em órgãos distintos. Subordinado à Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, o Setor de Fiscalização de Feiras e Mercados era responsável pela fiscalização do comércio. Também identificamos a Seção de Inspeção de Alimentos, subordinado à Secretaria Municipal de Saúde e Bem-Estar Social, na fiscalização da qualidade e higiene dos gêneros alimentícios comercializados nos pontos de abastecimento regulamentados pelo poder público.⁸²

É importante destacar que em 1974, ainda durante a ausência do órgão específico para cuidar do abastecimento no âmbito municipal, foi implantada em Belo Horizonte a Central de Abastecimento de Minas Gerais S/A (CeasaMinas). A relação dessa empresa de economia mista do governo federal, sob a supervisão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) com a PBH será analisada no terceiro capítulo de nosso trabalho. Contudo, é pertinente pontuar aqui esse acontecimento, pois na ausência do DA, o abastecimento não deixou de ser uma responsabilidade da municipalidade e foi contemplado, em partes, por meio de uma política pública de âmbito federal.

⁸¹ Decreto n. 1598, de 29 de dezembro de 1967.

⁸² O levantamento dessas informações está disponível em <http://www.pbh.gov.br/evolucaodaestrutura/organogramas.htm#pbh_II_20>. Acesso em 12 de junho de 2019.

O Departamento de Abastecimento voltou para a estrutura organizacional da Prefeitura com a criação da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Abastecimento.⁸³ A atuação da secretaria estava vinculada a programas e projetos relacionados ao fomento da indústria na capital mineira, bem como à fiscalização do comércio e da prestação de serviços em endereços fixos ou ambulantes. Cabia ao DA, por meio da Seção de Programas Especiais de Abastecimento e Seção de Credenciamento, executar programas e projetos de abastecimento à população, principalmente aos segmentos sociais de baixa renda. Também tinha como função administrar e licenciar o funcionamento de mercado, feiras livres, comércio ambulante, e outras formas de abastecimento ao público. Por fim, cabia ainda ao DA autorizar o horário especial de funcionamento do comércio na forma da legislação aplicável.⁸⁴

Por meio da Lei n. 6352, de 16 de julho de 1993, foi criada a Secretaria Municipal de Abastecimento. A partir de então, o abastecimento passou a ser tratado como responsabilidade pública de maneira mais complexa. Sua competência vinculou-se ao planejamento e execução de ações e projetos voltados para a segurança alimentar da população. Com isso o Departamento de Abastecimento foi definitivamente excluído da estrutura organizacional da PBH.

Ao longo de sua existência, o Departamento de Abastecimento agregou muitas funções. Em alguns momentos também perdeu parte da atuação, diluída em outros órgãos da Prefeitura. Contudo, esse órgão nunca deixou de ter como competência a preocupação com o acesso aos produtos alimentícios em quantidade adequada para a população. Quando o abastecimento não coube mais em um Departamento e passou a ser representado por uma Secretaria, essa demanda ganhou maior proporção na municipalidade. É necessário pontuar que a transformação do órgão a partir de 1990 não se deu por meio de mero ato administrativo. Foi um longo processo de negociação entre entidades independentes como Organizações Não Governamentais (ONGS), em comunhão com parcela da sociedade civil e alguns políticos cuja prioridade era proporcionar o acesso à alimentação de boa qualidade à toda população. Com isso, várias frentes de trabalho passaram a ser agregadas ao órgão. Consideramos que esse foi um divisor

⁸³ Decreto n. 4533, de 12 de setembro de 1983

⁸⁴ Artigo 7. Decreto n. 4533, de 12 de setembro de 1983

de águas para a compreensão do abastecimento alimentar como responsabilidade pública.

Para melhor compreender as várias mudanças que o serviço de abastecimento alimentar sofreu entre os anos de 1948 e 1993, selecionamos na evolução da estrutura administrativa da PBH, os organogramas referentes às principais alterações pertinentes ao tema.⁸⁵ Nas diferentes estruturas, é possível identificar o caminho da alimentação como responsabilidade do poder público municipal. Cada modificação no organograma reflete a diretriz política do período de referência.

2.3 O abastecimento nas gestões municipais

O abastecimento alimentar em Belo Horizonte foi legalmente reconhecido como responsabilidade do poder público municipal a partir da criação do Departamento de Abastecimento.⁸⁶ Foi através desse órgão que os prefeitos, junto à Câmara Municipal de Belo Horizonte, criaram e extinguiram políticas públicas alimentares. Neste estudo, elaboramos um banco de dados⁸⁷ com a legislação aprovada acerca do abastecimento alimentar na capital mineira. Levantamos também os dados referente ao DA nos Relatórios Anuais da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Destacamos, a partir de então, as gestões municipais em que foi possível perceber mudanças que se caracterizaram como marco para o abastecimento alimentar ao longo da existência do DA.

Iniciamos nossa análise pela gestão do prefeito Otacílio Negrão de Lima (1948-1950), decisiva para a questão. Além de ter possibilitado a atuação do primeiro órgão dedicado ao setor na Prefeitura, regulamentou, por meio de legislação, a produção e o comércio de gêneros alimentícios. A capital mineira passava por período de notável expansão, “da cidade de vida oficial e artificial, Belo Horizonte transformou-se em um poderoso centro urbano de vida própria”.⁸⁸ A diretriz dessa gestão estava voltada para o apoio à produção em larga escala e visava o desenvolvimento econômico da cidade. Essa política estava em

⁸⁵ Os organogramas estão no Anexo I.

⁸⁶ O Departamento de Abastecimento foi criado por meio do Decreto-Lei n. 209, de 11 de novembro de 1947.

⁸⁷ O banco de dados, na íntegra, encontra-se anexo.

⁸⁸ *Relatório*, 1948, P.03

consonância com o Estado de Minas Gerais e com o Governo Federal. De acordo com a historiadora Vânia Maria Losada Moreira (2008),

o perfil desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek configurou-se bem cedo, quando ainda era prefeito de Belo Horizonte e, depois, governador de Minas Gerais. Mas foi em sua campanha à presidência da República e, sobretudo, durante sua administração que o desenvolvimentismo, ou o o nacional-desenvolvimentismo se consolidou como um estilo de governo e como um projeto social e político para o Brasil, cujos traços essenciais eram o compromisso com a democracia e com a intensificação do desenvolvimento industrial de tipo capitalista.⁸⁹

A gestão do prefeito Otacílio Negrão de Lima recebeu influência das diretrizes políticas preconizadas por Juscelino Kubitschek. Com isso, a ânsia desenvolvimentista conforme colocou Moreira, fez sentir-se também na capital mineira. No famoso “Plano de Metas”⁹⁰ de Juscelino Kubitschek, a alimentação foi identificada como um dos setores que seriam contemplados pela onda desenvolvimentista. A partir de então, em Belo Horizonte foi estimulada a produção alimentícia em nível industrial. Além de atender a demanda interna da cidade, o objetivo estava também em promover a exportação de gêneros alimentícios, o que contribuiria para o desenvolvimento econômico previsto como estratégia da União.

Dentre os projetos executados no decorrer da gestão de Otacílio Negrão de Lima, destacamos a criação das Granjas Leiteiras.⁹¹ Esse empreendimento visava o aumento da produção de leite, especialmente destinado à infância, e sua distribuição *in natura*. De acordo com as bases para o estabelecimento das Granjas,⁹² elas eram constituídas de propriedades rurais situadas nos arredores da cidade e deveriam seguir os devidos critérios de higiene para produção, armazenamento e distribuição do leite, sob a fiscalização do poder público municipal. A imagem abaixo (8) é um

⁸⁹ MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Orgs.) *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática*. 2 ed - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. P. 159

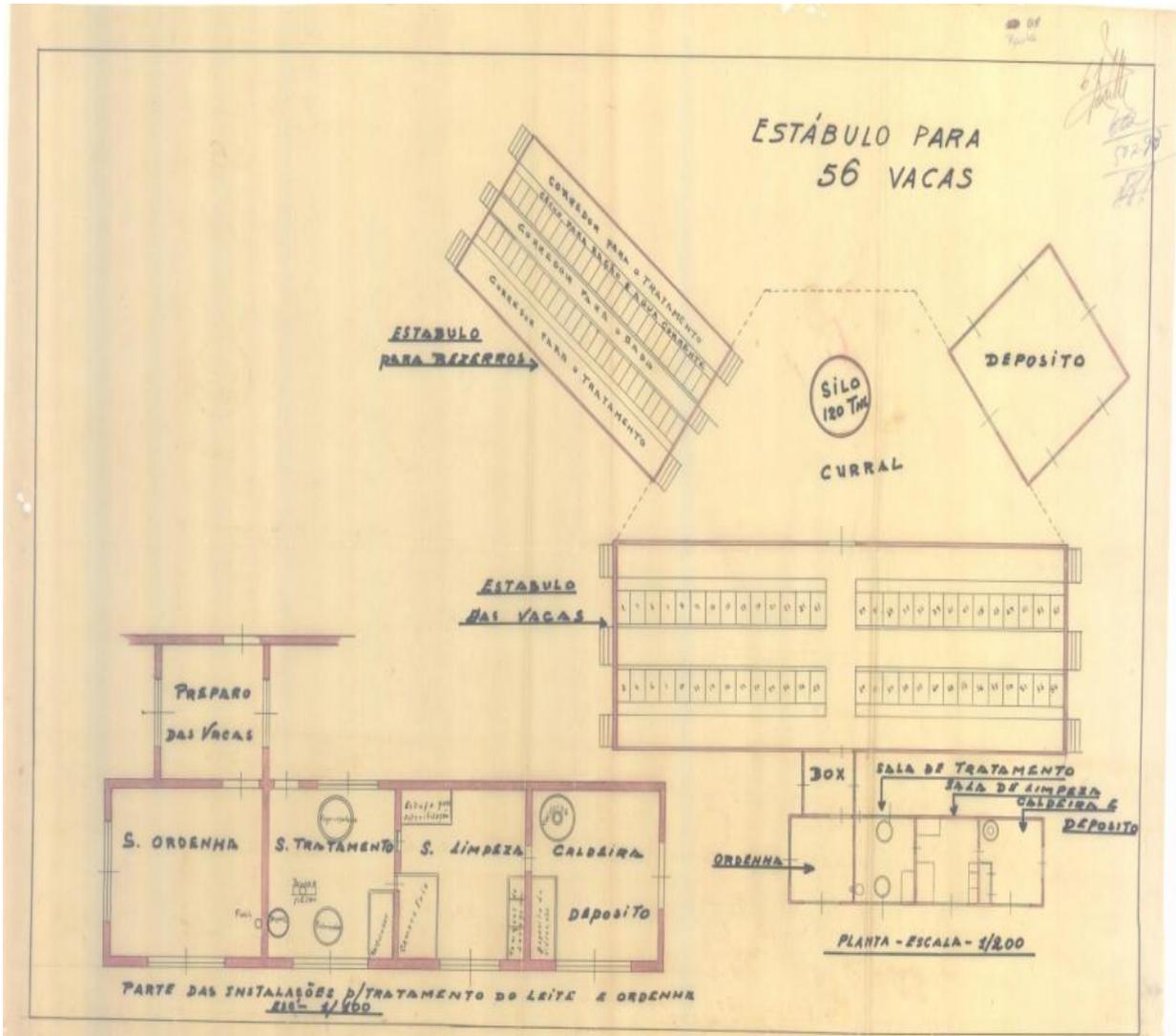
⁹⁰ Tanto o plano de governo mineiro quanto o Plano de Metas de Juscelino foram elaborados com base em estudos e diagnósticos realizados desde o início da década de 1940 por diversas comissões e missões econômicas [...] A premissa do Plano de Metas, esboçado pouco antes da posse de JK por uma equipe do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), era, assim, a superação de obstáculos estruturais. As metas deveriam ser definidas e implementadas em estreita harmonia entre si, para que os investimentos em determinados setores pudessem refletir-se positivamente na dinâmica de outros. O objetivo era que o crescimento econômico ocorresse em cadeia. A meta de mecanização da agricultura, por exemplo, indicava a necessidade de fabricação de tratores, prevista na meta da indústria automobilística. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/PlanodeMetas> Acesso em: 10 de junho de 2019.

⁹¹ Lei n. 54, de 22 de novembro de 1948. Dispõe sobre a criação das Granjas Leiteiras.

⁹² Projeto de lei n. 54, de 22 de novembro de 1948. CMBH/APCBH

fragmento do projeto de lei para a criação das Granjas, uma planta de parte de suas instalações.

Figura 8 - Parte das instalações para tratamento do leite e ordenha (1948)



Fonte: APCBH/ CMBH.

A regulamentação da produção leiteira, parte de um projeto para fomentar a produção local e foi uma estratégia para ampliar o acesso a gêneros alimentícios. O prefeito Otacílio de Lima debruçou-se na elaboração de um plano de “reorganização política tributária que levasse em consideração o alto grau de expansão industrial e comercial do município”.⁹³ Seguindo essa diretriz, destacamos outras duas medidas,

⁹³ FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Gestão municipal e o processo de organização do espaço urbano da cidade de Belo Horizonte (1894-1960). Belo Horizonte, 2007, P. 211.

a primeira foi a criação de um concurso para incentivar a cultura de frutas, hortaliças e flores no município, mas exclusivamente para o comércio e não para consumo próprio.⁹⁴ A segunda refere-se à regularização da produção da carne vermelha como produto alimentício. De acordo com o artigo 4, da Lei n. 33, de 27 de julho de 1948, os serviços de distribuição de carne em Belo Horizonte deveriam ser preferencialmente executados pelo Estado e pelo Município, podendo, porém, ser admitidas atividades de particulares, desde que atendessem as condições de preço e higienização das organizações oficiais.

Embora tenham sido identificadas outras ações relacionadas com a demanda do abastecimento durante a gestão de Otacílio Negrão de Lima, acreditamos que as medidas supracitadas colocaram o poder público municipal no lugar de mediador entre a produção e o acesso aos gêneros alimentícios.⁹⁵ Elas caracterizam incentivo à produção em maior escala, o que mostra estratégia de governamentabilidade e uma tendência para a época, vinculada à preocupação do poder público em organizar os serviços de primeira necessidade. Ou seja, as demandas intrínsecas à existência humana e ao abastecimento alimentar é uma delas, sobretudo em uma década em que a população belorizontinha cresceu consideravelmente.

O crescimento populacional de Belo Horizonte chegou a tal ponto que os preços dos terrenos em perímetro urbano ficaram fora do alcance aquisitivo de grande parte da população. Como estratégia para sanar o problema da construção de moradia, o prefeito planejou as cidades satélites. Ou seja, ficou estabelecido que a Prefeitura teria como competência o planejamento e a construção das cidades satélite, onde os lotes passariam a ser vendidos por preços acessíveis às classes menos favorecidas.⁹⁶ Desde antes desse planejamento, a região do Barreiro já era conhecida como produtora de gêneros alimentícios. A partir da criação desses novos espaços habitacionais, Otacílio Negrão de Lima declarou, oficialmente, que o Barreiro era a cidade satélite agrícola para abastecer a capital mineira.⁹⁷

A imagem abaixo (09), é um projeto de mercado que seria construído no Barreiro para atender a população local. Contudo, não foi executado. É curioso

⁹⁴ Lei n. 25, de 04 de junho de 1948. Dispõe sobre a cultura de frutas, hortaliças e flores no município de Belo Horizonte.

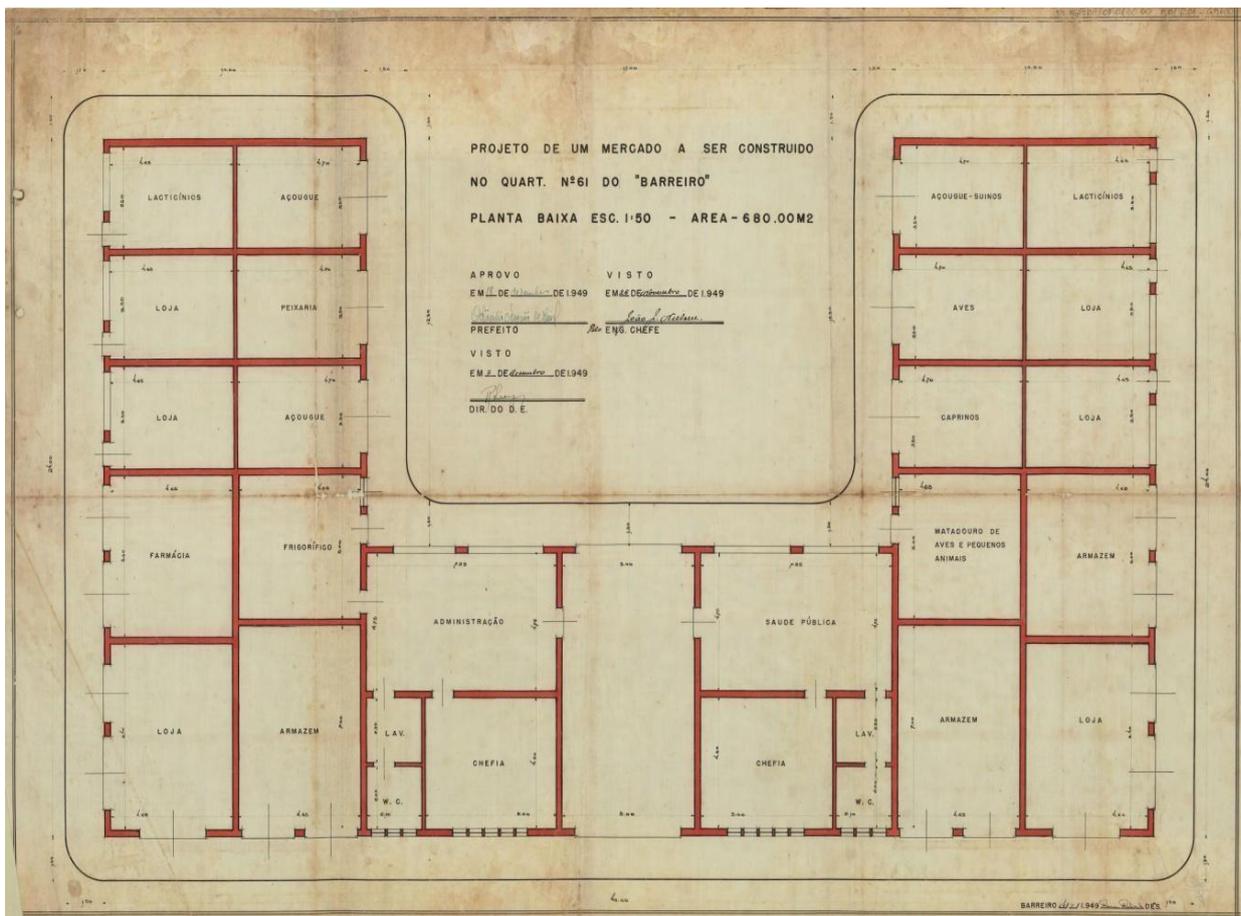
⁹⁵ Para mais informações acerca da publicação de Leis voltadas para o abastecimento alimentar entre os anos 1948 - 1951, ver nosso Banco de Dados em anexo.

⁹⁶ Decreto n. 03, de 09 de janeiro de 1948. Cria o serviço de planejamento das cidades satélites.

⁹⁷ *Relatório*, 1949. P. 63

identificar que o prefeito incentivou o crescimento populacional na região do Barreiro, a partir da criação da cidade satélite, contudo não foi viabilizado o projeto de infraestrutura de abastecimento para aqueles habitantes. Faz-se necessário ressaltar que o Barreiro se localiza distante do centro da cidade, logo, distante do Mercado Municipal Central onde se concentravam maior variedade de produtos alimentícios ofertados para o consumo naquele período. Uma vez que o poder público municipal tinha como competência gerir o abastecimento alimentar da população, a construção desse mercado era de suma importância para aqueles indivíduos que ali fixavam residência. O fato do projeto desse mercado não ter saído do papel culminou no agravamento do acesso aos gêneros de primeira necessidade a uma população que crescia vigorosamente.

Figura 9 - Projeto de um mercado a ser construído no Barreiro (1949)



Fonte: APCBH/ SUDECAP.

De acordo com o relatório anual de gestão, referente ao ano de 1949, Otacílio Negrão de Lima pontuou que o contexto nacional era de crise mundial e em Belo

Horizonte isso não era diferente. Com isso, o prefeito encerrou sua gestão deixando o Departamento de Abastecimento com o desafio de corresponder às crescentes exigências da população no que se referia à quantidade e qualidade de produtos alimentícios. Negrão de Lima teve algumas peculiaridades em sua gestão importantes para uma análise da administração pública municipal. Esteve à frente da Prefeitura Municipal no início do intervalo democrático no Brasil entre os anos de 1945 e 1965, sendo o primeiro prefeito eleito da capital mineira.⁹⁸ Foi, portanto, o primeiro a ter que lidar de forma direta com as demandas da cidade por meio dos interesses de seus eleitores. Além da pressão política estadual e federal para que o plano de desenvolvimento industrial fosse cumprido.

A gestão subsequente foi do prefeito Américo René Gianetti (1951-1954), que também desenvolveu projetos relacionados ao abastecimento alimentar em Belo Horizonte. De acordo com nossa percepção acerca de seus relatórios de gestão e também pelo levantamento da legislação publicada no período, foi possível identificar que o prefeito priorizou a infraestrutura de alguns dos equipamentos que estavam subordinados ao DA.

Uma das primeiras ações de Américo René Gianetti, foi reformar o Matadouro Municipal. Em 1952 foram concluídos os serviços do elevador para facilitar o escoamento das rezes abatidas e para diminuir os acidentes pessoais. De acordo com o prefeito, muitos melhoramentos foram feitos no Matadouro, porém a substituição de seu maquinário necessitava ser progressiva.⁹⁹ O argumento presente no relatório de gestão, para tal reforma, pautava-se na higiene do local, no aperfeiçoamento, na produção e na segurança dos trabalhadores que estavam à frente do abate dos animais. Contudo, é pertinente considerar que, ao identificar a reforma do Matadouro como prioridade, percebemos que na medida em que o prefeito ampliou o acesso da população à carne, seguiu a tendência de seu antecessor em apoiar a produção a nível industrial dos alimentos.

⁹⁸ Para compreender o período do intervalo democrático no Brasil, ver: FAUSTO, Boris. A vida política. In: GOMES, Ângela de Castro (Direção). *História do Brasil Nação: 1808 - 2010*. Objetiva: Rio de Janeiro. 2013. v. 4. p. 91-141. Também indicamos: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática*. 2 ed - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

⁹⁹ *Relatório*, 1952. P. 35

A imagem abaixo (10) é um registro oficial e significativo para o período¹⁰⁰. Naquela época, meados da década de 1950, a fotografia era um elemento novo na Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Não foi possível precisar o momento em que o serviço de imprensa municipal passou a utilizar esse recurso. Contudo, a partir da gestão de Américo René Gianetti os registros fotográficos de eventos considerados importantes passaram a ser incorporados nos trâmites de registros da administração. Ao relacionarmos a visita do prefeito ao Matadouro com o relato de que esse equipamento público necessitava de reforma, presumimos que as responsabilidades do Departamento de Abastecimento eram uma das prioridades daquela gestão. Ampliar o acesso de produtos alimentícios e regulamentar cada equipamento vinculado ao DA era, certamente, um dos objetivos da gestão vigente. Nesta imagem (10), nos chama a atenção os olhares de quase todos os homens direcionados para o pedaço enorme de carne exposto, sem nenhuma proteção ao seu redor e em um lugar, aparentemente, não apropriado para o acondicionamento de um alimento tão perecível. Esses fatores e a posição central do prefeito Américo Rene Gianetti, personalidade de maior importância no recinto, indicam que a carne estaria exposta para compor um cenário fotográfico oficial.

¹⁰⁰ Essa imagem, bem como as demais citadas na presente pesquisa que são referenciadas como APCBH/ASCOM, pertencem ao Fundo da Assessoria de Comunicação do Município e encontram-se sob guarda permanente do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. Todas estão disponíveis para consulta física sem restrição de acesso.

Figura 10 - Visita do prefeito Américo René Gianetti ao Matadouro Municipal



Fonte: (S/D) APCBH/ASCOM

Até fins da década de 1950, o Mercado Municipal Central era o espaço de abastecimento principal da cidade. Nele concentrava-se grande parte do comércio de hortifrutigranjeiros de Belo Horizonte. Lá, a população se “abastecia desde pequenas mercearias até os supermercados existentes na época. Para o Mercado, convergiam, também, pequenos e médios produtores rurais”¹⁰¹. Entretanto, com a população crescendo cada vez mais, foi identificada nos relatórios desse período a recorrente afirmativa de que o Mercado já não atendia todos os habitantes da capital mineira. Essa demanda foi outro desafio que René Gianetti precisou enfrentar em sua gestão.

¹⁰¹ Belo Horizonte: histórias de uma cidade centenária/ Eduardo França Paiva, org - Belo Horizonte: Faculdades Integradas Newton Paiva, 1997, P. 105.

Figura 11 - Vista panorâmica do Mercado Central de Belo Horizonte (1947)



Fonte: APCBH/GÓES

Por meio da imagem acima (11), que é um registro do Mercado Central Municipal de Belo Horizonte, podemos elencar alguns elementos econômicos e sociais do período. Primeiramente, a estrutura física do Mercado possuía grande parte de sua área aberta e as partes cobertas possuíam somente um andar. Apesar da extensa área, que ocupava um quarteirão da região central da cidade, ela não era suficiente para acomodar todos os vendedores que desejavam estabelecer seu ponto de comércio. Esses, tiveram que se adequar em outros pontos de abastecimento em um formato e dinâmica diferentes, como as feiras livres e os armazéns reguladores. É possível identificar também-que, apesar de estar localizado na região central da cidade, na década de 1940 parcela significativa dos habitantes não morava no centro da urbe e não possuíam meios de locomoção particular para transportar as compras. Com isso, os moradores dos bairros mais afastados não conseguiam valer-se das possibilidades do maior ponto de abastecimento da cidade, uma vez que, de acordo com prefeito Otacílio Negrão de Lima, naquela época “o transporte público não chegava ao Mercado Municipal Central.”¹⁰² Isso não significa

¹⁰² *Relatório*, 1948. p. 95

que quem não morava próximo do Mercado não consumia os produtos lá ofertados, mas pode-se concluir que ele não era acessível para as necessidades do abastecimento cotidiano de todos os cidadãos.

Em 1951, primeiro ano da gestão do prefeito Américo René Gianetti, encontramos o registro de que estava sendo cogitada a construção de seis novos mercados. O planejamento desses novos pontos de abastecimento foi uma tentativa do poder público municipal, para desafogar o fluxo do Mercado Central. A construção dos novos mercados na capital mineira estava prevista no denominado Plano Programa, criado pelo prefeito, que, segundo ele, foi elaborado para corrigir as “deficiências” administrativas e dar continuidade ao planejamento estabelecido pela Comissão Construtora da Nova Capital¹⁰³.

Apesar de ter sido apresentada como uma alternativa eficiente para ampliar o acesso aos gêneros alimentícios, os novos mercados não foram construídos. De acordo com o prefeito, a Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH) não autorizou o empréstimo público.¹⁰⁴ A partir da negativa da CMBH para a construção dos novos mercados, a situação do Mercado Central se agravou. O Departamento de Abastecimento se viu incapaz de continuar administrando o Mercado Central, o que culminou na sua privatização no início da década de 1960.¹⁰⁵ Os desafios para a administração pública municipal eram ainda maiores no contexto do final da década de quarenta e no início dos anos cinquenta. Belo Horizonte, assim como o estado de Minas Gerais, passava por crise financeira em período muito delicado, quando a cidade estava em processo de crescimento acelerado e os serviços urbanos defasados.¹⁰⁶

Durante a gestão de Américo René Gianetti destacamos ainda a atuação do Departamento de Abastecimento no que se refere à ampliação das unidades dos Armazéns Reguladores,¹⁰⁷ pontos de distribuição de gêneros alimentícios voltados para o atendimento da classe operária. Esses armazéns localizavam-se em bairros

¹⁰³ *Relatório*, 1952. P. 35

¹⁰⁴ *Relatório*, 1955. P. 110

¹⁰⁵ Trataremos da venda do Mercado Central ainda nesse capítulo quando analisarmos a gestão dos prefeitos Jorge Carone e Oswaldo Pieruccetti que se deu entre os anos 1964 e 1967.

¹⁰⁶ MESQUITA, Yuri Mello. *Jardim de asfalto: água, meio ambiente, canalização e as políticas públicas de saneamento básico em Belo Horizonte, 1948-1973*. 2013. 177 f. Dissertação (mestrado), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013, p. 41.

¹⁰⁷ Os Armazéns Reguladores eram subordinados ao Departamento de Abastecimento, conforme o Artigo 103, do Decreto Lei n. 209, de 11 de novembro de 1947.

afastados da região central da cidade e vendiam alimentos a preços módicos. A imagem abaixo (12) refere-se a uma das unidades dos Armazéns Reguladores localizado no bairro Carlos Prates. Apesar do registro fotográfico não ser contemporâneo à gestão de Gianetti, a função e estrutura física desses postos de abastecimento continuou inalterada. O que foi se modificando desde a criação dessa política pública é a qualidade/variedade dos produtos alimentícios disponíveis.

Figura 12 - Armazém Municipal n. 9 (12 de maio de 1960)



Fonte: APCBH/ ASCOM.

Para o período, foi importante também a atuação do DA na administração dos restaurantes populares, por meio da compra de novos vasilhames e utensílios de cozinha em geral. Esses restaurantes, segundo o DA, foram criados para atender a população de baixa renda e no decorrer de sua gestão, o número de refeições servidas nesses restaurantes aumentou significativamente. René Gianetti também incentivou a criação de novas feiras livres, pontos de venda de alimentos espalhados pela cidade. Nesse sentido, percebemos que o poder público municipal atuou de maneira a descentralizar os serviços com a intenção de amenizar o problema do acesso aos gêneros alimentícios.

Figura 13 - Visita do prefeito América René Gianetti ao Restaurante Popular de Belo Horizonte (s/d)



Fonte: APCBH/ASCOM

Na imagem acima (13), temos o prefeito Américo René Gianetti em um dos Restaurantes Populares de Belo Horizonte. Esses pontos de abastecimento eram parte das políticas públicas alimentares da época e atendiam principalmente os trabalhadores de baixa renda. É importante pontuar que a imagem denota um viés popularesco do político. Na medida em que a autoridade máxima da municipalidade consome uma de suas refeições em um restaurante popular. Contudo, o registro desse momento carrega também uma espécie de recado social quando o prefeito afirma, no Relatório Anual referente ao ano de 1952, que o restaurante é “para todos” e deve, portanto, ser uma frente de trabalho importante do Departamento de Abastecimento.¹⁰⁸ Apesar de ter elaborado um relatório que citou incentivos ao DA, o prefeito terminou seu mandato deixando o abastecimento na capital ainda deficitário. De acordo com o relatório de gestão, referente ao ano de 1952, Gianetti destaca o aumento de produtividade dos restaurantes populares em relação aos

¹⁰⁸ *Relatório*, 1952. p. 36

anos anteriores. Todavia, isso nos mostra mais uma incapacidade da população de baixa renda comprar gêneros alimentícios e prepará-los em suas residências, do que um dado positivo de política pública.

As gestões posteriores, de Sebastião de Brito (1954) e de Celso Mello de Azevedo (1955- 1958) possuíam diretrizes semelhantes entre si para o Departamento de Abastecimento. Ambas atuaram, basicamente, na fiscalização de higiene da produção dos alimentos. A estrutura do DA foi mantida, mas, o órgão foi reduzido à manutenção dos projetos já existentes. A participação da municipalidade na intervenção do abastecimento local fazia-se através dos mercados, matadouros, feiras livres, restaurantes populares e armazéns reguladores.¹⁰⁹

O prefeito Sebastião de Brito, em seu único relatório, registrou elogio à gestão anterior e classificou o ano como positivo para a economia e progresso social do município baseando-se, exclusivamente, nos índices de crescimento demográfico. De fato, naquele período a população de Belo Horizonte crescia de forma acelerada e inesperada. Entretanto, a produção e o comércio de alimentos não foram incentivados por parte do poder público para atender a essa crescente demanda. Pelo contrário, em seu relatório de gestão, Sebastião de Brito deixou claro que com a chegada da usina “Mannesmann”¹¹⁰ na capital mineira, as indústrias de produtos alimentares e têxteis, cederam lugar à usina metalúrgica.¹¹¹ Com isso, os problemas que o DA enfrentava acerca do acesso aos gêneros de primeira necessidade, agravaram-se ainda mais. Os esforços para ampliar o campo industrial de Belo Horizonte no cenário Estadual, uma tendência desde o início da década de 1940, foi prioridade que se estendeu até o final da década de 1950. Nas gestões de Sebastião de Brito e de Celso Mello de Azevedo, as políticas públicas alimentares não acompanharam o ritmo do avanço demográfico da capital mineira. Para o prefeito Celso Mello de Azevedo,

¹⁰⁹ *Relatório*, 1955. p. 25

¹¹⁰ Fundada em 1952 pela Mannesmannröhren-Werke, a Vallourec (Mannesmann S.A.) instalou-se no Brasil para atender à recém-criada indústria petrolífera nacional. Em agosto de 1954, a unidade “Usina Barreiro” deu início a suas atividades e o evento de inauguração contou com a presença do presidente Getúlio Vargas e do governador de Minas Juscelino Kubitschek. Para nossa pesquisa, faz-se necessário pontuar que o Barreiro era, até então, a “cidade satélite” com produção voltada para o abastecimento alimentar. A partir da chegada da Mannesmann, a diretriz da gestão municipal, com o apoio do Estado e da União, foi de apoiar a indústria metalúrgica em detrimento dos produtos alimentares. Disponível em: shorturl.at/hmpKX. Acesso em: 23 maio de 2019.

¹¹¹ *Relatório*, 1954, Vol. I, p. 10

qualquer consideração a respeito do abastecimento da cidade deve estar condicionada a compreensão de que falta aos poderes municipais competência para interferir em delicados e importantes aspectos desse problema. As consequências desse impedimento traduzem-se numa absoluta falta de meios para solucionar certas questões, como o controle dos preços. (...) O Executivo fez, a rigor, mais do que permitiam suas insuperáveis limitações, concluindo seu esforço com a inauguração do primeiro supermercado, que vai reforçar nosso sistema de abastecimento.¹¹²

Em seu último relatório de gestão, o prefeito anotou sobre o abastecimento, isentou a responsabilidade do executivo sobre essa demanda que se encontrava em plena insuficiência. A palavra “crise” foi utilizada de forma recorrente nos relatórios para tratar do abastecimento na capital mineira. A partir de década de 1960, ainda que com a estrutura do DA inalterada, as gestões subsequentes foram obrigadas a tomar medidas urgentes para sanar a falta de alguns produtos alimentares essenciais para a população naquele período.

Em outubro de 1958, Amintas de Barros foi eleito prefeito de Belo Horizonte. De seus feitos para o abastecimento na municipalidade, destacamos a reforma do Mercado Central Municipal,

Cujas condições eram piores possíveis, removeram-se de início os inconvenientes que competiam a higiene, recuperando as instalações sanitárias e elétricas. A rua Goitacazes foi colocada novamente a disposição do tráfego desempenhando-se a parte ocupada da rua Curitiba e Santa Catarina. Afastamos os intermediários das proximidades do Mercado, ao mesmo tempo que identificávamos todos os produtores, trazendo assim grande benefício à população. Padronizamos, com condições de higiene, as barracas daquele próprio, o que fez aumentar a frequência de clientes. Calçamos os canteiros da Avenida Augusto de Lima. Exigimos que as mercadorias viessem embaladas e regulamentamos o horário de descarga.¹¹³

Na citação acima, o prefeito descreveu seus feitos em relação ao Mercado como positivos para a população, principalmente no que se refere à higienização do local e à padronização das barracas. O que nos chamou mais atenção na descrição de Amintas de Barros foi quando ele mencionou que “afastou os intermediários das proximidades do Mercado”. Ora, essa afirmativa nos faz constatar que existia um comércio paralelo ao institucionalizado pelo poder público municipal. A imagem

¹¹² *Relatório*, 1958. p. 37

¹¹³ *Relatório*, 1959. p. 173

abaixo (14), datada de maio de 1961, é um registro dos arredores do Mercado Central Municipal. Por meio dela é possível identificar o curto espaço de circulação para pedestres entre as barracas e a rua. Isso significa que, apesar das medidas tomadas pelo prefeito nos meses iniciais de sua gestão, o comércio no entorno do Mercado Central foi resistente.

Figura 14 - Arredores do Mercado Central Municipal de Belo Horizonte (maio de 1961)



Fonte: APCBH/ ASCOM.

O Mercado Central era, desde gestões anteriores, caracterizado como insuficiente para a população. Questionamos então, qual teria sido a razão para que

os prefeitos não possibilitassem a expansão de seu espaço físico. A partir da leitura dos relatórios anuais de gestão, interpretamos que o principal modelo pensado para o abastecimento, até então, era em formato de mercado, ou seja, um tipo de edificação que comportasse, em um só lugar, diferentes produtos, não somente os alimentícios. Era no mercado em que produtores, comerciantes e sociedade se relacionavam sob a autorização do poder público municipal.

Nesse sentido, o que Amintas de Barros fez foi uma tentativa de retirar os comerciantes do entorno do mercado que não estavam sob a fiscalização do Departamento de Abastecimento, portanto não trabalhavam legalmente. Em contrapartida, supomos, a oferta de gêneros para que a população pudesse valer-se, diminuiu ainda mais após a “reforma” de Amintas de Barros. A partir disso, podemos concluir que essa reforma teve como diretriz a preocupação com a higiene dos produtos comercializados e com a organização estética, tanto do Mercado quanto do seu entorno. Não foi priorizada a ampliação do acesso de produtos em quantidade suficiente para atender a demanda crescente. Ainda que o Mercado Central não fosse o único ponto de abastecimento da cidade, ele era considerado referência por reunir diferentes produtos de primeira necessidade em um só local. Na gestão de Amintas de Barros o Mercado foi uma de suas prioridades, se considerarmos que a reforma gerou despesas no orçamento municipal. Entretanto, a execução do projeto desenvolvido nada contribuiu para ampliar o acesso de produtos alimentícios e outros insumos correlatos no principal ponto de abastecimento da capital mineira.

Ao longo da gestão de Amintas de Barros, alguns produtos que eram a base da alimentação belorizontina, estiveram em falta no mercado. Não só no Mercado Central Municipal, como também nos demais pontos de abastecimento alimentar de Belo Horizonte. No final do ano de 1959 um dos produtos que faltou na mesa da população local foi a carne vermelha.¹¹⁴ Como estratégia paliativa para sanar o problema, por intermédio dos Armazéns Reguladores que também eram pontos de abastecimento subordinados ao DA, foram fornecidos peixes provenientes do Rio de

¹¹⁴ De acordo com o Relatório Anual de Gestão referente ao ano de 1959, a carestia de carne vermelha à população justifica-se pela queda do abate no Matadouro Municipal a partir da saída da “Empresa Mineira de Carnes” (FRIMISA), que se transferiu para o matadouro de Santa Luzia. Essa transferência se deu pelo governo de Estado, que por meio da lei n. 833, de 17 de dezembro de 1951, promoveu sociedades de economia mista para construção e exploração de uma rede de matadouros frigoríficos no Estado. Essa medida do então governador Juscelino Kubistschek era parte de seu projeto desenvolvimentista que consistia na industrialização dos produtos alimentícios com o objetivo de promover a economia de Minas Gerais.

Janeiro.¹¹⁵ Na imagem abaixo (15), temos o registro de funcionários do Matadouro Municipal posando com um atum inteiro. Os peixes chegavam do Rio de Janeiro e iam direto para o Matadouro onde recebiam o tratamento de higiene e eram fracionados para comercialização nos armazéns reguladores da capital mineira. A partir do consumo dessas proteínas, chamamos atenção para um momento de mudança. A incorporação do peixe de água salgada possibilitou o início de novos hábitos na cultura alimentar daquela sociedade. A comercialização e consumo de peixes de água doce já era frequente em Belo Horizonte devido à presença dos rios na cidade e no seu entorno. Entretanto, a inserção de peixes de água salgada foi, sem dúvida, uma novidade para a época proporcionada pelo executivo municipal.

Figura 15 - Funcionários posando com atum no Matadouro Municipal (1959)



Fonte: APCBH/ ASCOM.

Por fim, ainda na gestão de Amintas de Barros identificamos a autorização para desapropriação de terrenos na Vila Padre Eustáquio que visava à criação de

¹¹⁵ *Relatório*, 1959, p. 174.

mais um Mercado.¹¹⁶ Destacamos essa ação por ser o ponto de partida para a construção da Feira Coberta do bairro Padre Eustáquio que foi inaugurada somente em março de 1976, na gestão do prefeito Luiz Verano, conforme pode ser verificado na imagem abaixo (16). Amintas de Barros terminou seu mandato reconhecendo que o Departamento de Abastecimento estava envolto em problemas graves pela falta de gêneros alimentícios. De acordo com o prefeito, esse “problema” estava sendo enfrentado não somente em Belo Horizonte, mas em todo o país.¹¹⁷

Figura 16 - Inauguração da Feira Coberta do Padre Eustáquio (1976)



Fonte: APCBH/ ASCOM.

Seguido de Amintas de Barros, quem geriu a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte foi Jorge Carone Filho. Ainda que tenha sido por curto espaço de tempo, durante o ano de 1963, o prefeito tomou decisões que mudaram radicalmente o

¹¹⁶ Lei n. 896 de 04 de abril de 1961.

¹¹⁷ *Relatório*, 1962. P. 46

Departamento de Abastecimento. Tendo em vista a impossibilidade do poder público municipal continuar gerindo o Mercado Central Municipal, Jorge Carone Filho decidiu vender o terreno onde ele se localizava. Com isso, “para impedir o fechamento do Mercado, os comerciantes que já possuíam barracas no local se organizaram, criaram uma cooperativa e compraram o imóvel da Prefeitura.”¹¹⁸ Esses comerciantes tinham interesse em continuar no mesmo local porque já estavam fisicamente estabelecidos e também porque a região central já estava consolidada como principal referência para o abastecimento na cidade. Ainda que conseguissem vender seus produtos, se migrassem para outros bairros certamente não teriam a mesma troca social e cultural que o Mercado Central Municipal proporcionava. Esse lugar já havia se configurado como tradicional para o abastecimento dos belorizontinos.

A venda do Mercado foi realizada com a condição de que os compradores teriam que construir um galpão coberto na área total do loteamento. O acordo foi cumprido e essa condição contratual contribuiu para o aumento de lojas no Mercado. Com a decisão de Jorge Carone Filho, a reforma que o poder público até então não havia conseguido executar, no sentido de ampliar o mercado e sanar os problemas provenientes da falta de gêneros, foi realizada a partir de investimento privado. Com isso, o Departamento de Abastecimento deixou de ter sob sua subordinação o Mercado Central Municipal. É importante destacar que a privatização do Mercado não excluiu, por completo, os problemas que eram enfrentados pelo DA. A elaboração de políticas públicas voltadas para o acesso de gêneros foi necessária durante toda a existência do Departamento de Abastecimento.

Outra política pública executada durante a gestão de Jorge Carone Filho, foi a criação do denominado Caminhão Feira ou Caminhão do Povo. Essa ação consistia na distribuição de gêneros pela cidade. O formato ambulante foi possível por meio de parceria da Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB)¹¹⁹ com a

¹¹⁸ Disponível em: <http://mercadocentral.com.br/sobre/> Acesso em: 30 de maio de 2019.

¹¹⁹ Autarquia federal vinculada ao Ministério da Agricultura, com sede e foro no Distrito Federal, criada pela Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962, alterada pelo Decreto nº 56.452, de 9 de junho de 1965, e reestruturada pelo Decreto nº 75.730, de 14 de maio de 1975. Foi extinta em julho de 1997. Era dirigida por um superintendente nomeado pelo presidente da República que gozava de autonomia técnica, administrativa e financeira, a Sunab tinha por finalidade dar execução à política nacional de abastecimento formulada pelo Conselho Nacional do Abastecimento (Conab) no que se refere aos alimentos *in natura* e industrializados, aos produtos vegetais e animais, assim como aos bens e serviços ligados às atividades da agropecuária e da pesca. Suas atribuições específicas são promover, coordenar e executar atividades de pesquisa com o objetivo de dimensionar o crescimento dos mercados consumidores; analisar o comportamento desses mercados a fim de

Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. A imagem abaixo (17) mostra um dos caminhões adquiridos para esse projeto com a frase “Prefeitura de Belo Horizonte e SUNAB juntas para abastecer a cidade.” Em nossa pesquisa não foi possível identificar até quando esse projeto durou. A partir de 1964 já não foi encontrada nenhuma fonte documental, de caráter oficial, que tratasse dos Caminhões Feira/ Caminhão do Povo. Os caminhões eram uma alternativa que percorriam bairros e vilas na capital mineira, vendendo cereais e hortaliças na porta dos consumidores.¹²⁰

Figura 17 - Caminhão de gêneros PBH/ SUNAB



Fonte: APCBH/ ASCOM.

aplicar tecnologias de consumo capazes de corrigir suas distorções e promover seu crescimento; estabelecer normas para disciplinar a industrialização, a comercialização e a distribuição dos alimentos, produtos, bens e serviços visando melhorar as condições do abastecimento; examinar os estoques; fixar os preços, disciplinando o sistema de controle com base nas resoluções do Conab; e, finalmente, aplicar e executar as resoluções do Conab e a legislação relativa à intervenção no domínio econômico. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/superintendencia-nacional-de-abastecimento-sunab> Acesso em: 01 de junho de 2019.

¹²⁰ FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Belo Horizonte e o Comércio: 100 anos de História*, 1997. P. 125

A dificuldade de acesso aos produtos de primeira necessidade não era um problema específico da capital mineira. A criação da SUNAB e sua atuação nas grandes cidades do Brasil foi justamente no sentido de desenvolver estratégias para tentar garantir quantidade e qualidade dos alimentos com preço acessível à população. Os caminhões eram carregados com produtos provenientes de pequenos produtores locais que estavam cadastrados na Prefeitura. A produção era fiscalizada pela Seção de Orientação e Controle do Departamento de Abastecimento e os produtos deveriam estar de acordo com as regras de higiene e qualidade exigidas na época. Nas imagens abaixo (18 e 19), temos registros de um desses caminhões estacionados na região central da capital mineira. Possivelmente, entre as ruas Saturino de Brito e Rua Vinte e Um de Abril. Os registros abaixo foram feitos no mesmo dia e mostram dois ângulos do momento de venda dos gêneros alimentícios.

Além da SUNAB, outras políticas públicas de abastecimento vinculadas a organismos estatais eram: Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), responsável por uma rede de 11 postos de “subsistência” espalhados por diferentes bairros e a Companhia de Abastecimento e Preço (COAP). Esses entrepostos eram mantidos pela Secretaria de Agricultura, Serviço de Subsistência da Polícia Militar e os reembolsáveis da Rede Mineira de Viação, da Central do Brasil e do Exército.¹²¹ Ainda que nosso objetivo seja identificar as políticas públicas municipais desenvolvidas pelo Departamento de Abastecimento, é importante ressaltar que tanto o Estado quanto a União também executava projetos em Belo Horizonte.

¹²¹ FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Belo Horizonte e o Comércio: 100 anos de História*, 1997. 126p.

Figura 18 - Caminhão do Povo (1963)



Fonte: APCBH/ ASCOM.

Figura 19 - Caminhão do Povo (1963)



Fonte: APCBH/ ASCOM.

É importante considerar o significado social e cultural de adquirir gêneros de primeira necessidade por meio de políticas públicas alimentares. As ações executadas pelo poder público identificadas em nossa pesquisa, foram paliativos para o que os prefeitos denominaram “problemas de abastecimento”¹²². Seja por meio de parceria com o Estado ou com a União, as políticas públicas alimentares em Belo Horizonte, com o tempo, modificaram a relação dos indivíduos com o alimento. Independentemente do poder aquisitivo de compra havia produtos que a população deixou de ter acesso por determinados períodos. E, ao mesmo tempo, outros produtos foram introduzidos.

Na imagem abaixo (20), vemos o interior de um dos Armazéns Reguladores da PBH que era subordinado ao Departamento de Abastecimento. O que mais

¹²² Nos Relatórios Anuais da Prefeitura de Belo Horizonte, entre 1948 e 1970 principalmente, era recorrente o uso do termo “problemas de abastecimento” quando os prefeitos tratavam das ações desenvolvidas para e pelo Departamento de Abastecimento.

chama atenção é a quantidade de produtos enlatados que compõe esse posto de abastecimento. Os Armazéns Reguladores eram uma política pública para acesso de gêneros alimentícios. Contudo, os alimentos que chegavam a esses postos não estavam *in natura*. Já haviam passado por processos industriais e muitos deles vinham com adição de conservantes, para que fossem produzidos em maior escala e durassem mais tempo nas prateleiras. Ou seja, o consumo de alimentos em sua forma natural, paulatinamente, estava deixando de ser uma realidade para a população belorizontina a partir da década de 1960. Esse dado nos remete ao sentido das políticas públicas alimentares para aquele período, que estava vinculada à disponibilização em quantidade.

Figura 20 - Armazém Regulador/ Departamento de Abastecimento/ PBH (1963)



Fonte: APCBH/ASCOM

Isso se justifica pelo rápido aumento demográfico em perímetro urbano a partir da segunda metade do século XX e pela falta de incentivo à produção local que acompanhasse a demanda crescente. Naquele contexto, os habitantes da

capital mineira perderam parte da capacidade de escolha de produtos alimentícios parte de sua cultura alimentar e ficaram reféns dos produtos selecionados pelo poder público que chegavam à população por meio das políticas públicas que eram executadas pelo Departamento de Abastecimento.

O prefeito seguinte que realizou mudanças no DA foi Oswaldo Peruccetti. Ele teve dois mandatos, o primeiro entre os anos 1964 e 1967 e o segundo entre 1971 e 1974. Os relatórios referentes à sua primeira gestão são pouco explicativos, se comparados aos das gestões anteriores e possuem muitas planilhas para levantamento de dados econômicos. Já os volumes referentes à segunda gestão, possuem textos mais descritivos e também apresentam gráficos e planilhas assim como os da sua gestão anterior. Tais dados são interessantes porque refletem o modo como o prefeito direcionou sua gestão. Através de um olhar técnico, Pieruccetti deliberou sobre o abastecimento na cidade seguindo a tendência das privatizações de mais equipamentos subordinados ao DA, principalmente em sua segunda gestão.

A venda do Mercado Central Municipal aconteceu pouco antes do primeiro ano da gestão de Oswaldo Pieruccetti. Com isso, o Departamento de Abastecimento ficou reduzido aos setores de Feiras Livres, Matadouro Municipal e Armazéns Reguladores. De acordo com o prefeito, isso viabilizou o incentivo ao aumento de novas unidades de abastecimento. As Feiras livres, por exemplo, foram ampliadas em sua quantidade e para esse setor foi adquirido um veículo para o serviço de entrega a domicílio.¹²³ De acordo com Pieruccetti, no início de sua primeira administração, foi comprovada a regularização da vida econômica e financeira dos postos de abastecimento da cidade.¹²⁴

Em 28 de setembro de 1967, o Departamento de Abastecimento passou pela primeira reforma administrativa que vinculou o órgão a uma Secretaria complexa. Por meio do Decreto n. 1598, de 29 de dezembro de 1967, o Departamento de Abastecimento passou a ser subordinado à Secretaria Municipal de Serviços Urbanos. Naquele momento, quem estava à frente da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte era Luiz Gonzaga Sousa Lima. Sua gestão (1968 – 1971) foi marcada por algumas alterações na estrutura administrativa da PBH que modificaram o

¹²³ *Relatório*, 1965. P. 56

¹²⁴ *Relatório*, 1966. P. 58

Departamento de Abastecimento. No primeiro relatório anual, o prefeito justificou a nova estrutura da PBH pelo argumento de que “veio reunir em uma só entidade os Departamentos de Limpeza – Parques Jardins e Arborização e Abastecimento, cujas finalidades são bastante afins.”¹²⁵ Faz-se necessário pontuar que a afinidade entre as funções em questão não foi identificada em nossa pesquisa. A competência de cada um desses órgãos se manteve específica, o que não configurou nenhuma atividade correlata entre eles. Com a nova estrutura administrativa o Departamento de Abastecimento teve o quadro de pessoal reduzido com vistas a diminuir custos operacionais.

Ao final da gestão de Souza Lima, o Departamento de Abastecimento já havia saído da estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Com essa mesma nomenclatura, o órgão responsável pelo abastecimento alimentar voltou para o organograma do município somente em 1983. Durante esse período, as responsabilidades vinculadas ao abastecimento migraram para outros órgãos. As políticas públicas para acesso aos produtos alimentícios, que até então eram desenvolvidas no decorrer das gestões municipais, deixaram de existir nesses anos. Quando terminou seu mandato, Souza Lima deixou o serviço de abastecimento vinculado à Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social. O que configurou na redução da competência do abastecimento para a fiscalização da higiene dos gêneros alimentícios comercializados.

A partir da mudança de competência do abastecimento, sob a gerência da administração pública municipal, identificamos um período de ruptura com o entendimento dessa função na PBH. Ou seja, as alterações no organograma refletem uma cidade em constante transformação. O poder público municipal, para dar conta de gerenciar as necessidades básicas da população, teve que modificar sua estrutura administrativa. Articular as questões de caráter social é responsabilidade pública, mas as ações do poder executivo sempre vêm acompanhadas de diretrizes políticas que também passam por interesses econômicos. Em Belo Horizonte, a partir da década de 1970, o abastecimento alimentar passou a ser, cada vez menos, entendida como uma responsabilidade do poder público municipal.

¹²⁵ *Relatório*, 1967. P. 79

Na segunda gestão de Oswaldo Pieruccetti, o abastecimento estava representado por um órgão hierarquicamente rebaixado atuando na fiscalização de higiene dos alimentos comercializados em Belo Horizonte. Ao longo de seu mandato Pieruccetti destacou, várias vezes, que pretendia construir outros Mercados Distritais pela cidade. De acordo com o prefeito, “foi programada a construção de quatro mercados distritais, os quais se incumbirão do abastecimento da cidade ao nível de varejo. Serão instalados em regiões estratégicas, escolhidas criteriosamente, para servirem toda a população¹²⁶”.

É interessante identificar que, ao vincular as demandas do abastecimento a outros órgãos e criar mais mercados para o comércio varejista, Pieruccetti consolidou a ideia de fiscalização como frente de trabalho para o abastecimento na Prefeitura. O controle de todas as etapas de produção dos gêneros alimentícios até a mesa dos belo-orientinos já não era possível de ser exercido pelo poder público municipal. A realização de obras na municipalidade foi prioridade na gestão de Pieruccetti, objetivando o desenvolvimento e o progresso na capital mineira. Segundo o prefeito, no momento em que o Brasil cresceu e se desenvolveu em ritmo nunca antes observado pelo povo brasileiro, foi justamente no campo do desenvolvimento urbano que se fez notar esse crescimento de maneira mais acentuada.¹²⁷

Nesse sentido, os pontos de abastecimento precisaram continuar se expandindo para acompanhar o crescimento da cidade. Contudo, de acordo com a diretriz da gestão vigente, a expansão do comércio de gêneros alimentícios teve que seguir um padrão de organização e higiene. O ano de 1974 foi um marco para o abastecimento na capital mineira. Foram inaugurados os quatro Mercados Distritais, que até então não passavam de ideias que os prefeitos anteriores teciam, mas nunca haviam executado. Além de expandir o acesso de produtos alimentícios, os mercados foram criados com o propósito de retirar o comércio do meio das ruas. Isto é, as feiras livres, que atendiam grande parte da população no formato de comércio de rua, foram deslocadas para os mercados porque, segundo a PBH, elas

¹²⁶ *Relatório*, 1971. P. 04

¹²⁷ *Relatório*, 1973. P. 208

atrapalhavam o trânsito de veículos e de pedestres, além de deixar as vias públicas com quantidade enorme de sujeira que restava após a realização de cada feira.¹²⁸

As mudanças estruturais do comércio de alimentos em Belo Horizonte provocadas pela nova organização econômica e o crescimento da cidade, provocaram alterações no contexto das relações sociais. O trato do comerciante com o cliente/consumidor, gradativamente, deixou de ter caráter personalista para ceder lugar às relações profissionais impessoais.¹²⁹ Aos poucos, o lugar do abastecimento deixou de ter como referência o produtor/comerciante para encontrar no mercado e nos supermercados a referência de lugar de compra. O distanciamento do poder público como mediador entre produtores e consumidores proporcionou também o distanciamento da sociedade com o processo de produção de alimentos.

Em 1983, na gestão do prefeito Julio Arnaldo Leander, o Departamento de Abastecimento voltou para a estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Comparado às gestões anteriores, o retorno desse órgão aconteceu de forma mais consolidada na municipalidade, pois estava vinculado à Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Abastecimento (SMICA). Isto é, o poder público voltou a ser responsável pelo abastecimento como uma demanda econômica, dada a competência da SMICA. Entretanto, o DA ficou responsável pela criação e gerência de políticas públicas alimentares. Em 1982 foi criado o Programa do Abastecimento a Baixo Custo (ABC), que se estendeu até o final da década de 1980. Essa ação tinha como objetivo da administração pública, assegurar ao povo em geral, mas principalmente às classes menos favorecidas uma cesta de gêneros alimentícios a preços módicos.¹³⁰

Em 1986, na gestão de Sérgio Mário Ferrara, verificou-se a ampliação do Programa ABC, tanto em número de postos, como na quantidade, qualidade e variedade de produtos.¹³¹ Nesse ano também foi implantado o Sistema Sacolão, que consistia no comércio de verduras, legumes e frutas vendidos a preço único, por quilo. A acessibilidade desses produtos era garantida por meio do controle de preços exercido pelo poder público municipal. O prefeito Sérgio Mário Ferrara estabeleceu

¹²⁸ *Relatório*, 1974. P. 267

¹²⁹ FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Belo Horizonte e o Comércio: 100 anos de História*, 1997. P. 121

¹³⁰ *Relatório*, 1982. P. 02

¹³¹ *Relatório*, 1986. P. 127

nova concepção da política e do sistema municipal de abastecimento. Segundo ele, a partir de 1988, em meados de sua gestão, o abastecimento alimentar “desenvolver-se-á por meio de fomento à iniciativa privada, através de concessões de estímulos, proposições de sugestões, elaboração de estudos, programa e projetos e sua implantação quando de interesse público.”¹³² Por meio dessa diretriz, o município passou a lidar com as questões que envolvem o abastecimento enquanto fiscal dos programas, projetos e também do comércio de gêneros alimentícios. Nesse período, estavam sob a gestão pública as feiras livres, o Mercado Distrital do Cruzeiro e os postos do Programa ABC.

Em finais da década de 1980 para o início da década 1990 o discurso público, presente nos relatórios anuais de gestão, tinha como direcionamento a modernização administrativa por meio da descentralização do poder do prefeito. A SMICA desenvolveu um estudo sobre o preço de 2.400 produtos de primeira necessidade, que visava acompanhar o comportamento do comércio e controlar os preços exercidos pelo Programa ABC. Esse controle era justificado pelo viés social, na medida em que, teoricamente, a população como um todo deveria ter acesso aos gêneros.

Por meio da Lei n. 5282, de 3 de outubro de 1988, a Secretaria Municipal de Assuntos Especiais foi transformada em Secretaria Municipal de Bem Estar Social. Esse órgão passou a contar com administrações regionais na cidade, por meio da Seção de Saúde e Assistência Social, que beneficiava as famílias necessitadas com gêneros alimentícios como: macarrão, arroz, tempero, açúcar, óleo de soja, pão, fécula de milho e feijão¹³³. O abastecimento estava presente em duas secretarias pautado por políticas públicas alimentares com viés social. A responsabilidade do poder público municipal estava vinculada à disponibilização de alimentos básicos para atender a camada da população mais desprovida de capacidade de compra e, por consequência, de escolha de quais produtos gostaria de consumir.

A última vez que DA sofreu alteração foi em 1989, quando passou a ser vinculado à recém-criada Secretaria Municipal de Atividades Urbanas. De acordo com o prefeito vigente, João Pimenta da Veiga,

¹³² *Relatório*, 1987. P. 123

¹³³ *Relatório*, 1987. p. 188

O início do ano de 1989 pode ser caracterizado por um cenário de escassez de recursos e legislação desatualizada, omissa e inexistente em alguns casos. A este quadro foi acrescentado mais um complicador, representado pela fusão de três Secretarias (Indústria, Comércio e Abastecimento, Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas) em uma única, que recebeu a denominação de Secretaria Municipal de Atividades Urbanas - SMAU.¹³⁴

Por meio da citação acima, percebemos que o abastecimento - como demanda da cidade que precisava ser fortalecida - entre os anos 1989 e 1992, ficou subordinado a uma secretaria que não conseguia atender as diferentes frentes de trabalho que englobava. Ou seja, o DA passou os últimos anos de sua existência na PBH como insuficiente para atuar de acordo com sua competência legal.

Em 16 de julho de 1993, o prefeito Patrus Ananias de Sousa aprovou a Lei n. 6352 que criou a Secretaria Municipal de Abastecimento. A partir de então, o Departamento de Abastecimento foi definitivamente extinto da estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Entretanto, foi criada uma secretaria destinada a tratar exclusivamente do abastecimento alimentar na municipalidade. Com essa reforma administrativa, as múltiplas questões que envolvem os processos de produção, comércio e acesso de gêneros alimentícios foram contempladas no novo organograma. Atendendo assim, o anseio da sociedade civil e ONGS que já, há algum tempo reivindicavam a reformulação do abastecimento alimentar como responsabilidade pública.

Nosso recorte temporal finaliza justamente no período em que o abastecimento voltou à PBH em formato mais consolidado e fortalecido. Entretanto, o objetivo dessa pesquisa é analisar o Departamento de Abastecimento como primeiro órgão que cuidou dessa demanda na capital mineira. Buscamos neste capítulo compreender a fundo a estrutura desse órgão, sua competência e como cada gestão deliberou sua atuação no decorrer de sua existência. Por meio dos dados levantados, percebemos que o melhor momento que o abastecimento alimentar pôde experienciar, foi a partir de 1993. Quando recebeu autonomia e recursos para desenvolver projetos e programas que contemplassem a complexa demanda do abastecimento na municipalidade. Essa nova proposta para o abastecimento, a partir da criação da Secretaria Municipal de Abastecimento, poderá ser realizada em futuras pesquisas. Por enquanto, nossos esforços se concentram

¹³⁴Relatório, 1989. p. 105

na compreensão de como a política e a economia podem interferir na cultura alimentar da sociedade belorizontina entre os anos 1948 e 1992.

Apesar de longo, nosso recorte temporal justifica-se pela escolha da pesquisa em levantar a maior quantidade de documentos oficiais, que nos foi possível, acerca do abastecimento alimentar em Belo Horizonte. A trajetória do Departamento de Abastecimento na estrutura organizacional da PBH nos remete à quantidade significativa de reformas administrativas que ocorreram entre os anos 1948 e 1992. Compreendemos as várias alterações como necessidade que cada prefeito tinha de colocar sua “marca” na história do município. No que se refere ao abastecimento alimentar, nem sempre as reformas contribuíram para sanar problemas recorrentes que o DA enfrentou ao longo de sua existência. Entretanto, a partir de então, cabe analisar a alimentação como uma demanda da cidade que acarretou o desenvolvimento de políticas públicas que extrapolaram o período de uma única gestão. Ou seja, nosso estudo pretende pontuar e compreender quais foram as ações criadas pelo poder público municipal que garantiram o acesso aos alimentos à todas as camadas econômicas dos habitantes de Belo Horizonte.

CAPÍTULO 3: Lugares públicos do abastecimento, contextos das políticas alimentares

“Por que o Governo não cuida?!
Ah, eu sei que não é possível. Não me assente o senhor por beócio.
Uma coisa é pôr ideias arranjadas, outra é lidar com país de pessoas, de carne e sangue, de mil e tantas misérias... Tanta gente – dá susto se saber – e nenhum se sossega: todos nascendo, crescendo, se casando, querendo colocação de emprego, comida, saúde, riqueza, ser importante, querendo chuva e negócios bons...”¹³⁵

O abastecimento de alimentos nas grandes cidades, a partir da segunda metade do século XX, envolve um amplo conjunto de significados que extrapolam a relação de produção, comércio e consumo de gêneros. A transformação da cultura alimentar de uma sociedade está diretamente vinculada aos interesses e ações do poder público local junto à indústria alimentícia. No decorrer das últimas décadas, essas duas instâncias, públicas e privadas, respectivamente, influenciaram o modo de comer e os lugares do abastecimento da grande maioria das pessoas que habitam as metrópoles.

O que buscamos a partir de agora é compreender as iniciativas públicas empregadas pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte para o ordenamento do abastecimento urbano. Para tal, é preciso compreender o surgimento dos Mercados Municipais como referência para o comércio de alimentos. Estabelecimentos que comercializam gêneros de primeira necessidade – e isso não inclui somente os alimentos em si, mas os elementos materiais que auxiliam o preparo e o consumo da comida como panelas, refratários, talheres, etc - são tão antigos quanto à existência das cidades e centros urbanos, são os denominados “Mercados da Primeira Geração”.¹³⁶ Nesses espaços coexistem utensílios e produtos que caracterizam a cultura e a identidade alimentar da sociedade em que se inserem.

O pesquisador Raul Green (2003), aponta que os mercados, enquanto ponto de referência para o acesso à diversidade de produtos alimentícios nas cidades, desde sempre, foram institucionalmente controlados e regulamentados por

¹³⁵ ROSA, João Guimarães. Grande Sertão: Veredas. 21 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015, p. 25.

¹³⁶ GREEN, R. (2003) *Mercados mayoristas: el inicio de una nueva era?* Distribución y consumo. Mercasa. Nov. dec. 2003. Madrid. ES.

autoridades públicas, sejam elas municipais ou federais. A partir da segunda metade do século XX, alguns fatores influenciaram a relação entre mercado, sociedade e poder público transformando-a. Primeiramente, o aumento populacional nas grandes cidades fez com que novos estilos de comércio de alimentos surgissem para atender a demanda crescente, como os supermercados.¹³⁷ É preciso considerar, ainda, que a vida na cidade grande, em pleno processo de expansão industrial, fez com que os indivíduos reduzissem o tempo dedicado à compra, preparo e consumo de comida. Frente à ampliação da concorrência no mercado da indústria alimentícia, aliás sempre atenta às mudanças de comportamento no consumo, coube ao poder público exercer o papel de apoio aos consumidores, à sociedade civil, e se posicionar como vigilante da saúde pública, fiscalizando os processos de produção e comercialização dos alimentos.

No caso de Belo Horizonte, identificamos diferentes formatos de pontos públicos para o comércio destinado ao abastecimento alimentar ao longo do século XX. O Mercado Central Municipal, bem como os Mercados Distritais são referências em vários bairros da cidade e que se assemelham estruturalmente. Destacam-se também as feiras, que trouxeram uma proposta informal e aconteciam em logradouros públicos com a fiscalização da prefeitura e realizadas pelos próprios comerciantes por meio de cadastro prévio. Não podemos deixar de citar os armazéns reguladores como importantes estabelecimentos que tinham por lei a competência de identificar, adquirir dos próprios produtores e distribuir diretamente para os consumidores as mercadorias que estavam em escassez momentânea.¹³⁸

A imagem abaixo (21), é um registro do interior de uma das unidades desses armazéns em pleno funcionamento. O posicionamento deste registro fotográfico capta o movimento intenso do estabelecimento, as prateleiras cheias de produtos e, ao fundo, uma espécie de depósito de gêneros ensacados em grande quantidade. Interpretamos que a fotografia transmite uma mensagem oficial de que o armazém

¹³⁷ Na capital mineira o supermercado, como nova proposta para o comércio de gêneros surgiu na segunda metade da década de 1950, por meio da Lei n. 721, de 13 de junho de 1958. Por definição legal estabelecido na dita lei “supermercado é o estabelecimento destinado à venda, a varejo de todos os gêneros alimentícios, e, subsidiariamente de objetos de uso doméstico, explorado por um operador único, pessoa física ou jurídica, sob o sistema de auto-serviço. Auto-serviço: sistema de vendas que proporciona ao comprador a identificação, a escolha e a apanha dos alimentos ou mercadorias, sem necessidade de concurso de operador ou empregado. O comprador terá, à entrada, ao seu dispor, recipiente próprio do estabelecimento, destinada a coleta de mercadorias, e que serão pagas à saída.”

¹³⁸ Artigo 103 do decreto-lei n. 209, de 11 de novembro de 1947.

registrado se encontrava devidamente abastecido e mantinha bom fluxo de consumidores. Destacamos, ainda, que o tipo de alimento que estava disponível para compra era, pelo menos os que a imagem capta, não perecíveis. Tanto os ensacados ao fundo, quanto os enlatados e empacotados da prateleira não são alimentos frescos, o que demonstra um universo de gêneros alimentícios adquiridos pela prefeitura que não necessitam de consumo rápido nem de acondicionamento específico com refrigeradores, por exemplo. Não deixa de ser uma estratégia para evitar perda dos produtos que necessitam de rápido consumo, mas também uma tendência da época em consumir, cada vez mais produtos industrializados.

Figura 21 - Armazém Municipal (s/d)



Fonte: APCBH/ ASCOM.

Por fim, faz-se necessário compreender as Centrais de Abastecimento, mais especificamente a CEASA/MG como políticas públicas para dinamizar a distribuição de hortifrutigranjeiros nas grandes cidades do Brasil incluindo a capital mineira. Cada um desses equipamentos foi criado pelo poder público e, por essa razão, são aqui analisados como referências para o abastecimento alimentar na cidade. Nesse sentido, faz-se necessário compreender também a alimentação como direito social. A partir de sua trajetória como responsabilidade da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, pretendemos elencar e analisar as ações do poder público para garantir a alimentação aos cidadãos. A partir desta perspectiva, é imprescindível contextualizar o surgimento e implementação do conceito da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) como uma diretriz não só da capital mineira mas como um tema presente na agenda pública nacional a partir da década de 1990.

3.1 Os Mercados e as Feiras Municipais, criação e novos usos

“O poema da feira
é o grito.
Na feira se dá o encontro, das cores
sabores, dos cheiros.
Energia pura.
Brasileiros
que madrugam, que se escutam.
Feira livre
dos pre-conceitos, branco, negro, amarelo,
o mesmo tom, mesma bandeira.
Frutos da terra, frutos da mão,
tudo se encontra,
do céu ao chão.
Feira maneira, menina brejeira,
garapa e pão.
Meu passeio favorito,
feirinha do bairro, feira grande
dos quadros.
Tem coisas em casa, da
feira compradas,
verduras, flores, vassouras,
panos de pratos.”¹³⁹

Conforme mencionamos no capítulo I desta pesquisa, o Mercado Central Municipal, inaugurado no dia 7 de setembro de 1929, foi a primeira referência para o abastecimento da capital mineira. O documento abaixo, imagem (22), é um quadro

¹³⁹ Autor (a) não identificado (a). Disponível em: <<https://fasilvaelumy.blogspot.com/2010/11/poema-da-feira>>. Acesso em 14 de abril de 2020.

do Relatório Anual da Prefeitura de Belo Horizonte de 1948 referente aos produtos comercializados no Mercado Central Municipal e seus valores de venda. Tal fonte nos permite algumas considerações. A primeira é que o poder público municipal acompanhava a oscilação do custo dos produtos no Mercado com a finalidade de controlar sua acessibilidade. Tal registro, apesar de parecer uma das frentes de trabalho padrão para controle econômico e financeiro é também um registro do histórico de entrada e saída dos gêneros mais consumidos naquela sociedade, mantendo os preços dentro dos limites da capacidade aquisitiva da população. Isso se dá, acreditamos, justamente pelo interesse do poder público local em manter sob seu controle o fluxo econômico de receita e despesa de um importante equipamento público. Além de assegurar que a população tivesse acesso aos produtos necessários para seu abastecimento.

Figura 22 - Tabela de quantidade e valor de venda de gêneros no Mercado Central Municipal (1948)

[96 - a]

MERCADO MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Quantidade e valor das vendas realizadas em primeira mão e respectivas oscilações de preços por mercadorias durante os meses de janeiro a novembro de 1948.

MERCADORIAS	UNIDADE	QUANTIDADE	VENDAS REALIZADAS			Importância
			PREÇOS			
			Máximo	Médio	Mínimo	
Aguardente de cana	Duzia	2.118	75,00	49,50	24,00	72.765,50
Arroz beneficiado 1.ª	Saca de 60 quilos	3.464	330,00	260,00	190,00	894.919,00
Arroz beneficiado 2.ª	Saca de 60 quilos	2.742	290,00	235,00	180,00	695.341,00
Alhos	Quilo	216.671	15,00	9,00	3,00	1.300.193,10
Aboboras verdes	Duzia	44.855	40,00	21,50	3,00	491.995,80
Aboboras murangas	Quilo	301.294	3,00	1,90	0,80	471.071,60
Amendoins	Saca de 25 quilos	6.807	100,00	71,00	45,00	486.992,10
Abacaxis	Duzia	83.227	60,00	33,50	7,00	1.126.613,40
Açúcar cristal	Saca de 60 quilos	3.349	176,00	164,00	152,00	529.437,00
Açúcar refinado	Quilo	102.185	3,35	3,32	3,30	338.686,00
Bananas verdes	Cento	117.347	14,00	9,00	4,00	951.797,70
Bananas maduras	Cento	268.437	35,00	20,00	5,00	3.732.560,50
Batatas doces	Arroba	43.979	35,00	21,00	7,00	620.307,20
Batatas inglesas	Arroba	78.826	60,00	41,00	22,00	2.654.490,40
Banha	Quilo	29.610	21,00	19,00	17,00	570.825,00
Cangica	Quilo	21.929	3,50	2,75	2,00	57.237,90
Café em grão	Saca de 60 quilos	1.079	180,00	240,00	200,00	258.400,00
Carás diversos	Arroba	41.640	30,00	18,00	6,00	444.656,10
Cebolas	Arrobas	45.195	90,00	55,00	20,00	2.154.075,30
Carne fresca	Quilo	790.080	4,60	4,40	4,20	3.392.495,10
Carne salgada	Quilo	3.140	14,00	12,00	10,00	34.065,00
Feijão mulatinho	Saca 60 quilos	6.690	250,00	220,00	190,00	1.227.084,00
Feijão preto	Saca 60 quilos	3.419	240,00	210,00	180,00	590.452,00
Farinha de mandioca	Saca 50 quilos	5.324	112,00	96,00	80,00	480.477,50
Farinha de milho	Quilo	31.473	3,20	2,85	2,50	141.721,40
Fubá torrado	Quilo	28.760	2,80	2,65	2,50	74.967,00
Fubá de milho	Saca 60 quilos	3.775	100,00	90,00	80,00	328.711,00
Frangos	Duzia	5.613	190,00	135,00	80,00	767.727,00
Galinhas	Duzia	5.980	200,00	145,00	90,00	813.937,00
Goiabada	Quilo	11.134	7,50	6,75	6,00	77.713,00
Leitões para assar	Jm	4.681	180,00	135,00	90,00	659.440,00
Laranjas do Rio	Cento	69.175	70,00	37,50	5,00	1.196.319,00
Laranjas de Minas	Cento	163.041	35,00	19,00	3,00	1.148.197,50
Linguiça	Quilo	11.508	18,00	15,00	12,00	170.342,00
Milho	Saca 60 quilos	8.938	100,00	85,00	70,00	755.772,00
Maçãs	Duzia	59.883	35,00	26,50	18,00	1.668.504,00
Marmelada	Quilo	11.222	7,50	7,25	7,00	81.790,00
Marcela	Quilo	15.245	16,00	10,50	5,00	164.850,00
Manteiga	Quilo	26.846	30,00	23,50	7,00	677.481,00
Ovos	Duzia	310.891	12,00	8,50	5,00	2.181.654,40
Peixe fresco	Quilo	68.132	26,00	18,00	10,00	993.639,00
Sardinha	Quilo	91.103	8,00	5,50	3,00	439.846,00
Polviho	Quilo	42.415	3,00	2,20	1,40	97.501,50
Pessegada	Quilo	9.465	7,50	6,75	6,00	66.680,00
Panela de pedra	Uma	4.161	14,00	9,50	5,00	35.561,70
Queijos	Quilo	162.859	16,00	12,00	8,00	1.512.294,50
Rapaduras	Cargas	9.343	150,00	105,00	60,00	887.5988,5
Repolhos	Quilo	554.521	5,00	2,75	0,50	724.080,00
Toucinho salgado	Quilo	31.591	14,00	11,50	9,00	368.854,50
Toucinho fresco	Quilo	144.561	17,00	14,50	12,00	1.821.399,00
Tomates	Quilo	1.875.244	6,00	3,20	0,40	4.616.012,00
Verduras e frutas	—	—	—	—	—	3.330.980,00
Mercadorias diversas	—	—	—	—	—	3.300.050,00
VALOR TOTAL DAS MERCADORIAS						52.680.650,30

Fonte: APCBH/ Coleção Relatórios Anuais de Atividades da PBH

Outro fator relevante, que não podemos deixar de mencionar, é a presença de alguns produtos que marcam a cultura alimentar não só a belorizontina mas, em perspectiva mais ampla, a mineira. No Mercado Central de Belo Horizonte podiam e ainda podem ser encontrados alguns dos produtos alimentícios típicos de todas as regiões do Estado, mas que não necessariamente pertencem à cultura alimentar da capital mineira. O Mercado é uma referência para quem quer conhecer as especificidades das culturas alimentares mineiras. Ora, como bem disse João Guimarães Rosa, “Minas são muitas” e isso se aplica aos gostos, preferências e disponibilidades dos gêneros alimentícios de norte à sul de Minas Gerais. Percebemos que Belo Horizonte é uma cidade do encontro de várias regionalidades e o Mercado Central, até os dias atuais, é o lugar da valorização de produtos tradicionais. Conforme analisa o antropólogo Roberto DaMatta (1984), há produtos que em alguns lugares deixam de ser alimentos, no sentido de que saciam a fome, e são reconhecidos como comida pois agradam o paladar e caracterizam indivíduos socialmente.¹⁴⁰ Por essa razão, no caso de Minas Gerais e Belo Horizonte, alimentos como: o milho – e seus derivados; a carne de frango; a carne suína – em suas diferentes preparações; a aguardente ou cachaça; o queijo e o polvilho, certamente são alguns dos principais ingredientes para o preparo de comidas do cotidiano.

Identificar alguns dos alimentos acessíveis no maior ponto de abastecimento da cidade na segunda metade do século XX, é uma possibilidade para o desenvolvimento de diversas análises acerca da história da alimentação local. Dentre os vários fatores que justificam um alimento marcar um lugar específico é preciso considerar, principalmente, que a alimentação é um instrumento de identificação social. Ou seja, perceber em cada país ou região, quais são os alimentos que mantêm a sustentabilidade da experiência humana à nível universal e que, portanto, matam a fome das pessoas. Mas, sobretudo, identificar os alimentos que distinguem culturas e definem indivíduos em coletivo.

No que se refere ao abastecimento alimentar da cidade, que se encontrava em pleno processo de expansão conforme também abordado no capítulo I, o Mercado Central Municipal logo ficou insuficiente como referência para o comércio

¹⁴⁰ DAMMATA, Roberto. O que faz o Brasil Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1984.

de alimentos. No contexto da década de 1960, de acordo com o prefeito Amintas de Barros

há uma crise de abastecimento de gêneros alimentícios em todo país. É preciso lembrar que Belo Horizonte, localizada em zona metalúrgica, onde pouco ou nada se produz, consome o que vem de outras produtoras do estado ou mesmo de Estados vizinhos, Viu-se assim, o Departamento de Abastecimento, envolto em problemas permanentes, por falta de gêneros alimentícios.¹⁴¹

A partir dos dizeres do prefeito, podemos considerar que a oferta de gêneros se encontrava menor do que a procura. Todavia, Amintas de Barros deveria estar se referindo aos produtos provenientes da indústria alimentícia, que naquela época de fato não havia produção em larga escala na região que desse conta de tal demanda. Mas é preciso considerar que os hortifrutigranjeiros eram produzidos em pequena escala na capital e região, porém não havia subsídio ou incentivo do poder público para que essa produção se desenvolvesse.

Por meio da lei n. 1137, de 17 de setembro de 1964, de autoria do vereador Raul Pereira Passos, a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte foi proibida de utilizar ou autorizar a utilização dos logradouros públicos da área central da cidade para o comércio de carnes, cereais, frutas ou quaisquer outros produtos alimentícios de consumo popular. Proibiu-se, paulatinamente, o comércio das feiras na região central da urbe. A imagem abaixo (23) é o registro de uma feira coberta que acontecia na esquina entre a Avenida Afonso Pena e a Rua da Bahia. Esses feirantes, acreditamos, migraram para os novos entrepostos que a prefeitura criou como pontos do abastecimento alimentar. Conforme a dita lei, o poder executivo teve que promover a transferência dos postos e a revogação das licenças concedidas aos comerciantes que vendiam seus produtos nos logradouros públicos do centro da cidade. Com isso, foi incentivada a construção de mais mercados que objetivavam abrigar os antigos comerciantes das ruas e também ampliar o acesso de gêneros alimentícios a população só que a partir de então, de forma setORIZADA.

¹⁴¹ *Relatório*, 1962, p. 46.

Figura 23 - Feira Coberta entre a Avenida Afonso Pena e a Rua da Bahia (29 de novembro de 1965)



Fonte: APCBH/ ASCOM.

Uma importante medida para adequar o comércio de alimentos à nova realidade, foi a criação do Mercado Novo, na região Central de Belo Horizonte. Esse equipamento surgiu com a necessidade de realocar alguns dos feirantes e comerciantes do Mercado Central Municipal. De acordo com a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte,

o Mercado Novo foi inaugurado em 1963, tendo sido construído em um terreno onde anteriormente havia um abrigo de bondes. O Mercado Novo é um equipamento robusto e conta com cerca de 1 mil unidades particulares autônomas distribuídas em 3 pavimentos. Há ainda a laje do 4º pavimento,

que se encontra desocupada e é de propriedade do município de Belo Horizonte.¹⁴²

Destacamos também a abertura, em período anterior, do Mercado Popular da Lagoinha e do Mercadinho da Floresta. Ambos se localizavam nos respectivos bairros que carregam no nome, regiões próximas ao centro da cidade e que atendiam seu entorno. De acordo com a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte “inaugurado em 1949, o tradicional Mercado Popular da Lagoinha era um centro comercial de legumes, frutas e verduras.”¹⁴³ Já o Mercadinho da Floresta, não foi possível identificar a data exata de sua abertura. Notamos que a partir da década de 1940, vez ou outra, esses equipamentos são citados nos relatórios como pequenos pontos de apoio para o abastecimento da cidade. Eram centros comerciais de legumes, frutas e verduras que estavam subordinados à Prefeitura, diretamente ligados ao Departamento de Abastecimento.

O Mercado da Lagoinha, em específico, funcionou até o ano de 1988, quando foi fechado. De acordo com estudos realizados pela PBHATIVOS,¹⁴⁴ isso se deve à chegada dos supermercados e hipermercados na capital mineira, que fizeram com que o fluxo de seu consumo diminuísse consideravelmente. Entretanto, cabe aqui a reflexão acerca das prioridades e interesses econômicos do poder público, quando passou a não subsidiar os mercados públicos em detrimento dos novos supermercados em sua maioria privados. Essa diretriz transparece a falta de uma política pública para revitalizar a função original dos mercados municipais. Bom, fato é que o Mercado da Lagoinha se manteve fechado por alguns anos até que em 1994 foram iniciadas as obras da recuperação de sua edificação, conforme mencionado na imagem abaixo (24). O documento é um cartaz que foi produzido pela Secretaria Municipal de Abastecimento em parceria com a Secretaria Municipal de Cultura e

¹⁴² Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/aberto-edital-de-licitacao-que-permite-revitalizacao-dos-mercados-municipais>>. Acesso em: 09 de abril de 2020.

¹⁴³ Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/bh-em-cantos-mercado-da-lagoinha>>. Acesso em: 24 de março de 2020.

¹⁴⁴ “A PBH Ativos S.A. foi constituída em 29 de março de 2011, sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, autorizada pela Lei Municipal 10.003/2010. É uma empresa estatal que oferece suporte técnico especializado ao Poder Executivo Municipal na execução das políticas públicas, por meio da estruturação de operações de captação de recursos e modelagens de concessões e PPPs, viabilizando projetos de infraestrutura nas áreas de saúde, educação, dentre outros de interesse da população. Embora controlada pelo Município de Belo Horizonte, a PBH Ativos não conta com repasses do orçamento municipal. Suas receitas são próprias, provenientes das atividades que exerce.” Disponível em: <<http://pbhativos.com.br/>>. Acesso em: 03 de março de 2020.

com a Administração da Regional Noroeste. Essa ação justifica-se por fazer parte do projeto para as futuras comemorações dos 100 anos de Belo Horizonte.

Figura 24 - Cartaz para divulgação do início das obras de recuperação do Mercado da Lagoinha (1994)



Fonte: APCBH/ SMASAN.

Inicialmente, o que nos chama atenção é o destaque para os novos usos de um espaço que foi concebido exclusivamente para o comércio de produtos alimentícios. Apesar da alimentação se manter na nova proposta para o Mercado da Lagoinha, quando é mencionada a “cidadania alimentar” como umas das frentes desse projeto, percebemos por meio do cartaz que a ideia para seu uso era que ele se ressignifica como um espaço voltado também para o lazer e a cultura. Conforme anunciado no cartaz, haveria na programação do equipamento: exposições, oficinas, teatro, música, cinema e, como lugar da alimentação, um bar.

Nesse cartaz, também chama a atenção os nomes que se referem ao mesmo lugar. Nos dizeres em destaque para a reabertura, ele é remetido como “Mercadinho”, o diminutivo passa a impressão de um lugar pequeno, ou pelo menos de porte menor que o tradicional Mercado Central Municipal. Vale considerar que o

diminutivo pode ainda expressar a relação deste estabelecimento com os moradores de seu entorno que tinham o lugar como a referência para o abastecimento do bairro. Nesse caso, chama-lo de “Mercadinho” pode ter uma conotação afetiva para a população local no sentido de que ele faz parte da identidade do bairro da Lagoinha. Com isso, pode ter havido, propositalmente, uma intenção de estratégia comunicativa para convencer e convidar os habitantes da região de que aquela seria uma boa alternativa para retomar a movimentação econômica, social e cultural do Mercado da Lagoinha.

Um ano antes do centenário da capital mineira, as obras ainda estavam em curso com previsão de término para dezembro de 1996. A imagem abaixo (25) é uma edição da *Folha do Abastecimento*, informativo da Secretaria Municipal de Abastecimento, periódico produzido pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. A reportagem trata do Mercado da Lagoinha como “uma das peças fundamentais” do bairro e considera sua revitalização “um marco no campo da recuperação e preservação da história do bairro e da cidade.” Observamos que nas obras de revitalização optou-se por retirar a nomenclatura da fachada da edificação.

Figura 25 - Folha do Abastecimento, n. 02 (novembro de 1996)

GP. 430
SMABE
08-07-97

folha do
Abastecimento

Nº 2 - Novembro 1996 Informativo da Secretaria Municipal de Abastecimento

MERCADO POPULAR DA LAGOINHA

Belo Horizonte caminha para completar 100 anos de vida. Muitas coisas mudaram. Diante dos olhos de todos, a modernidade tomou conta das ruas da capital mineira. Diversos casarões e sobrados antigos acabaram cedendo espaço a enormes prédios e o passado ficou restrito aos poucos patrimônios históricos preservados.

A Lagoinha, tradicional centro de atividades econômicas e ponto de encontro da boêmia na década de 50, sofreu muito com o crescimento da cidade e teve algumas de suas áreas destruídas. Para reverter este quadro, a Prefeitura está desenvolvendo um programa de recuperação e revitalização da região. O Mercado Popular Municipal, ou como é mais conhecido, "mercadinho da Av. Antônio Carlos", é uma das peças fundamentais.

A revitalização do Mercado da Lagoinha representa um marco no campo da recuperação e preservação da



mercadinho da Lagoinha - um presente para a cidade.

restaurante, banca de revista, correio e banco.

Para promover a integração entre todas as lojas, foi construído um pátio central, um espaço reservado às atividades culturais, como shows, apresentações teatrais, feiras e exposições. Até o final deste ano, está prevista a finalização das obras com a construção de um estacionamento que trará maior conforto à população.

Também está prevista a criação de uma "Incubadora de empresas" dentro do Mercado Popular da Lagoinha. Este projeto dará apoio e incentivo aos produtores e comerciantes para a formação de pequenas empresas e geração de novos empregos. A recuperação do "mercadinho" garante a população não só acesso a produtos alimentícios saudáveis como também a expansão da vida cultural do bairro.

história do bairro e da cidade de Belo Horizonte. "O projeto iniciou um processo importante de mudança na cultura do poder público municipal em relação aos espaços históricos de nossa cidade", afirma o Secretário Municipal de Abastecimento, Múcio França.

O "mercadinho" está sendo reformado e será aberto à

população em dezembro passando a se chamar Mercado Popular da Lagoinha. A reforma arquitetônica, planejada pela arquiteta Jurema M. Rugani, preservou toda a fachada do antigo Mercado e dividiu o espaço interior em 11 lojas, onde vão funcionar um sacolão, açougue, loja de artesanato, tatucinos, bares, lanchonetes,

ALIMENTAÇÃO ESCOLAR 96% MAIS NUTRITIVA



Pesquisa Revela preferência das Crianças

O sinal toca. Eufóricas, as crianças deixam as salas de aula. Está na hora do recreio e, principalmente... é hora da merenda. A fila se forma e ansiosas, elas esperam por um dos pratos preferidos: tropeiro com carne e ovos. Assim acontece todos os dias nas Escolas Municipais de Belo Horizonte.

A merenda escolar é um projeto que faz parte do Programa-Pê-Moleque, de alimentação de crianças e adolescentes, desenvolvido pela Secretaria Municipal de Abastecimento (Smab). O objetivo deste trabalho é possibilitar que as crianças tenham acesso a uma alimentação rica em nutrientes,

vitaminas, calorias e proteínas.

Antes da Prefeitura assumir a total administração da alimentação escolar, em janeiro de 94, a comida para a merenda vinha direto da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), em Brasília. A maioria dos produtos vindos eram formulados (produtos prontos com componentes químicos), como por exemplo, sopa em pó, feijão enlatado e almôndegas prontas.

Com a transferência da merenda para os municípios, as coisas mudaram muito. As prefeituras começaram a receber diretamente os recursos financeiros e, em Belo Horizonte, a Smab ficou responsável pelo planejamento, compra e distribuição de todos os produtos para a alimentação escolar.

Hoje, os alimentos são regionalizados de acordo com a cultura e o clima do município. Além disso, os produtos são comprados próximos às escolas, estimulando o comércio local e gerando renda. Este trabalho da

administração municipal de BH tornou-se modelo nacional.

"Eliminamos os formulados e optamos por produtos naturais. Incluímos no cardápio frutas, verduras e legumes em época de safra, carne, alimentos regionais como mel e rapadura e os alternativos como a farinha enriquecida. Assim, conseguimos aumentar em 96% o valor nutricional da merenda em relação ao ano de 1992", explica a diretora da Smab, Adriana Aranha. A alimentação escolar chega a suprir de 15 a 30% as necessidades calóricas das crianças ao dia.

Segundo a vice-diretora da Escola Municipal Dom Jaime de Barros Câmara, no Padre Eustáquio, Maria Irene do Carmo, a alimentação escolar nunca esteve tão boa como agora. "Nunca vi a merenda tão farta. Tem muita fruta, muita carne, legumes, tudo o que a gente sempre pediu durante as outras administrações" foi realizado nesta Prefeitura".

O projeto atende, hoje, 171 escolas e 184 mil crianças, sendo que muitas delas não tem, o que comer, em casa e a merenda é, praticamente, a única alimentação do dia. Por isso, nas escolas mais carentes as crianças têm direito a duas refeições diárias. Elas chegam e se alimentam antes de irem

para a sala de aula. Na hora do recreio, elas merendam novamente. "A merenda é fundamental para nossas crianças. Tem meninos que vêm pra aula com fome e chegam a passar mal", revela a professora e assistente de direção, Angelita da Silva, da Escola Municipal Maria das Neves, no São Lucas.

O cardápio é elaborado mensalmente, pensando no sabor, qualidade nutricional e preço dos alimentos. As crianças participaram de uma "pesquisa de preferência", na qual tiveram a oportunidade de dar opiniões sobre a merenda: o que mais gostavam e o que achavam que poderia ser modificado. "Eu adoro a merenda. O que eu mais gosto é do arroz temperado, mas eu queria que tivesse feijoado também", comenta Keila de Oliveira Costa, 8 anos, aluna do 1º ciclo, na Escola Mª das Neves. A partir desta pesquisa, foram feitas as modificações necessárias, foram cruzadas aquelas refeições que têm maior valor nutricional, que as crianças mais gostam e cujo custo é menor.

A alimentação escolar é tão importante no combate à desnutrição infantil, que o projeto foi estendido também para o período das férias, quando as crianças vão à escola apenas para merendar. A intenção da Smab é que a merenda nas férias se amplie para toda a rede municipal de ensino, porque quanto mais alimentadas e saudáveis as crianças estiverem, melhor será o aprendizado escolar.

localizado à Avenida Antônio Carlos, 821, bairro São Cristóvão, é um ícone que marca a história de Belo Horizonte e do bairro que o nomeia, disponibilizando à comunidade da região Noroeste oportunidades de ensino e geração de renda oferecidos pelo Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (CRESANS); lazer e entretenimento com o Centro Cultural Liberalino Alves de Oliveira; e esportes e atividades físicas por meio da Academia da Cidade. O complexo municipal é gerenciado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania que, além da gestão do espaço, realiza atividades de Educação Alimentar e Nutricional e qualificação profissional em Agroecologia e Gastronomia.¹⁴⁵

A trajetória do Mercado da Lagoinha é um exemplo de ressignificação de um ponto de abastecimento para a cidade de Belo Horizonte. Foi criado na segunda metade do século XX com a finalidade de ampliar o acesso de gêneros e atualmente não exerce mais essa função. Percebemos, então, que esse equipamento público se reestruturou como um local de referência para a execução de projetos e programas que envolvem a alimentação, mas que também se inserem nas ações de assistência social da Prefeitura.

Retomando ao contexto da década de 1960 e as políticas para o abastecimento, a imagem abaixo (26), registra um Super Mercado Municipal da Prefeitura de Belo Horizonte, subordinado ao Departamento de Abastecimento. Esse documento fotográfico foi produzido pela Assessoria de Comunicação do Município em 12 de maio de 1960 e não indica localização do estabelecimento. Para nós, o que interessa é analisar essa nova proposta de comércio na capital mineira incentivada pelo poder público local. Aos poucos, o tradicional comércio varejista de alimentos, caracterizado pela relação direta entre o vendedor, que muitas vezes também era o produtor, com os clientes foi ficando menos frequente nos pontos de abastecimento da cidade. O atendimento individual, realizado através de um balcão que separa o vendedor do freguês, muito comum nos mercados municipais/distritais, passou a dar lugar para uma forma “moderna” proveniente do supermercado, onde os produtos eram organizados por setores e a proposta é o autosserviço.¹⁴⁶ Essa nova estrutura para o comércio de alimentos resultou em otimização de tempo para o consumidor, uma vez que os produtos estavam dispostos por setor em um mesmo estabelecimento que não contava com a mediação de um vendedor para cada qualidade de produto.

¹⁴⁵ Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/bh-em-cantos-mercado-da-lagoinha>>. Acesso em: 24 de março de 2020.

¹⁴⁶ *Belo Horizonte e o Comércio*, 1997, p. 123

Figura 26 - Supermercado Municipal da Prefeitura de Belo Horizonte/ DA (12 de maio de 1960)



Fonte: APCBH/ ASCOM.

Entendemos então que a chegada dos supermercados e, posteriormente dos hipermercados, é um marco para se pensar a história da alimentação no século XX. A mudança na forma de compra de alimentos denota uma série de transformações no estilo de vida dos cidadãos habitantes das grandes cidades. A impessoalidade no ato da compra se estende às relações sociais urbanas na contemporaneidade.

Embora a nova modalidade estrutural do comércio de alimentos tenha sido aceita e muito empregada na capital mineira, ela não extinguiu os tradicionais mercados. Considerando os esforços do poder público para fomentar o abastecimento alimentar em Belo Horizonte, a década de 1970 foi bastante significativa. De acordo com o prefeito Oswaldo Pieruccetti,

para substituir as antigas feiras-livres, cujos inconvenientes eram notórios, foram construídos e já se acham em plena atividade, os Mercados Distritais da Barroca, Santa Tereza e Cruzeiro (...) para estas obras, destinou-se vultuosos gastos com aquisição de terrenos, deslocamento de favelados e a implantação de vias de acesso ao Mercado do Cruzeiro, instalação dos boxes metálicos e aquisição de carrinhos para o transporte de compras.¹⁴⁷

A partir do argumento de Pieruccetti para a construção dos Mercados Distritais, é interessante notar que o maior investimento destacado pelo prefeito é a unidade que se encontra na zona sul da cidade, o Mercado Distrital do Cruzeiro, região caracterizada como um local nobre da urbe. Importante pontuar que houve esforços também para retirar moradores da área para a construção do Mercado, uma estratégia de higienização e de exclusão com o objetivo de desvincular os pobres, ou “favelados”, do entorno do novo empreendimento da Prefeitura. Ou seja, fica claro que não era para todos o acesso de gêneros naquele Mercado em específico. A tendência desenvolvimentista que é característica da gestão de Oswaldo Pieruccetti veio acompanhada do higienismo social, pelo menos no que se refere ao acesso de gêneros no Mercado Distrital do Cruzeiro.¹⁴⁸ Este equipamento, permanece até os dias atuais como um mercado permanente. De acordo com a Prefeitura de Belo Horizonte, o Mercado Distrital do Cruzeiro,

destaca-se pela grande variedade de produtos e opções de atividades que vão desde o comércio de frutas e legumes, passando por sofisticada loja de frios, adega, loja de utilidades domésticas, casa de carnes, peixes, laticínios, e uma varanda gastronômica, com churrasceria, bar com tira-

¹⁴⁷ *RELATÒRIO*, 1974, p. 03

¹⁴⁸ Embora já citamos as gestões do prefeito Oswaldo Pieruccetti no capítulo II, entendemos que sua relação com o abastecimento alimentar em Belo Horizonte cabe ser melhor explorada em pesquisas futuras. Em ambas as suas gestões, 1965 a 1967 e 1971 a 1975, Pieruccetti foi nomeado e não concorreu as eleições. Este e outros fatores relacionados ao contexto político em que o Estado e o país se encontravam refletiram nas políticas públicas para o abastecimento alimentar na capital mineira. Contudo, para esta pesquisa, nos propusemos compreender a trajetória dessa demanda no decorrer de todas as gestões municipais, o que nos permite uma análise historiográfica ampla e de longa duração.

gostos mineiros e culinária uruguaia que transformaram o mercado em ponto de atração alimentar. Além disso conta com um espaço destinado a atividades culturais e artísticas.¹⁴⁹

A imagem abaixo (27), é um registro da inauguração do Mercado Distrital do Cruzeiro. Ao microfone, no centro, identificamos o prefeito Osvaldo Piericetti. A partir desse registro oficial em específico, nos chama a atenção que nesta solenidade, de grande relevância econômica e cultural para o bairro e para a cidade, há somente homens e algumas crianças, nenhuma mulher. Pelo posicionamento do fotógrafo, o objetivo estava em captar as personalidades presentes e não a estrutura do novo empreendimento da prefeitura. Há também uma câmera indicando que este evento foi filmado, porém, para este estudo, não pesquisamos esta possível fonte, apenas supomos sua existência no exercício de leitura da imagem.

Figura 27 - Inauguração do Mercado Distrital do Cruzeiro (1974)



¹⁴⁹ Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/smasac/susan/comercializacao/mercados-municipais>>. Acesso em: 07 de abril de 2020.

Fonte: APCBH/ ASCOM

Todos os Mercados Distritais da capital mineira foram criados a partir de uma diretriz do poder público local de organizar e higienizar a cidade. Objetivou-se regular o abastecimento de áreas consideradas estratégicas na zona urbana. De acordo com o relatório anual referente ao ano de 1974,

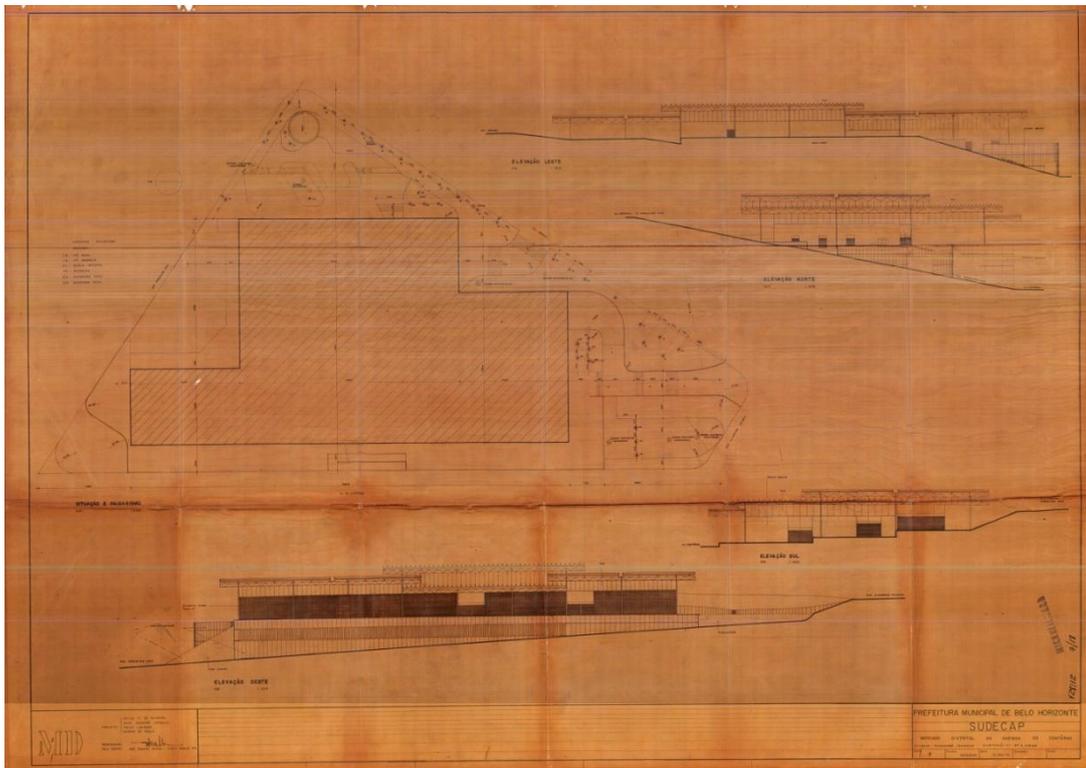
com o propósito de retirar as feiras livres do meio da rua atravancando o tráfego e até mesmo o simples trânsito de pedestres, não se falando na quantidade enorme de sujeira que restava nas vias públicas após a realização de cada feira, entendeu a Prefeitura de construir uma rede de Supermercados Distritais, em cada ponto da cidade. Foram planejados quatro supermercados nos bairros de Santa Tereza, Cruzeiro, Barroca e Padre Eustáquio, praticamente um em cada ponto cardeal. O do Padre Eustáquio não chegou a ser construído e nele está sendo realizada uma experiência pioneira de feira confinada.¹⁵⁰

Seguindo os padrões da época, o documento abaixo (28) é uma planta referente ao projeto paisagístico e fachada para o Mercado Distrital da Avenida do Contorno, posteriormente denominado Mercado do Barroca. Elaborado em 1972, esse projeto propunha uma edificação de três pavimentos para abrigar os lojistas, antigos feirantes da Avenida Amazonas. A partir da proposta paisagística, o que chamou nossa atenção foi a ideia de conforto visual para o novo ponto de abastecimento do município. No lado esquerdo da imagem estão descritos os tipos de árvores para compor o projeto. São elas: ipê roxo, ipê amarelo, acácia imperial, paineira, quaresmeira roxa e quaresmeira rosa. Todas são árvores de grande e médio porte, portanto imponentes e que trariam sombra e beleza para o lugar.¹⁵¹

¹⁵⁰ *RELATÓRIO*, 1974, P. 267

¹⁵¹ Como referência para o desenvolvimento de pesquisas acerca da arborização, citamos: Catálogo de Fontes: Arborização na Legislação Municipal de Belo Horizonte / Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. Belo Horizonte: Fundação Municipal de Cultura, v,1, 2015.

Figura 28 - Planta situação, paisagismo e fachada do Mercado Distrital da Avenida do Contorno (15 de maio de 1972)



Fonte: APCBH/ SMARU.

Não foi possível encontrar fontes oficiais que tratam de informações pontuais acerca do Mercado do Barroca ao longo dos anos, como por exemplo sua data de fechamento. Com isso, não temos a data de quando exatamente ele deixou de exercer sua função primeira que era de ser mais um ponto de abastecimento de hortifrutigranjeiros para a região em que se localizava. Sabemos, portanto, que por meio da Lei n. 8195, de 11 de julho de 2001, o então prefeito Célio de Castro autorizou a venda ou permuta da área e edificações que pertenciam ao Mercado Distrital do Barroca. Com isso, percebemos que com o tempo, esse foi mais um mercado que se descaracterizou como referência para o abastecimento alimentar.

O documento abaixo, imagem (29), datado de março de 1976, refere-se à inauguração da Feira Coberta do bairro Padre Eustáquio. Notamos, por meio desse documento, que apesar de ser coberto, esse lugar não possui a mesma estrutura física dos mercados distritais. Ainda assim, não podemos deixar de citá-la aqui como uma importante referência para o bairro em que se situa não só de abastecimento alimentar mas de convivência social. Conforme o letreiro da faixa na dita imagem,

ela foi a primeira feira coberta do Brasil. No relatório da prefeitura referente ao ano de sua inauguração, o prefeito Oswaldo Pieruccetti citou esta feira, bem como os mercados distritais, como os novos pontos de abastecimento criados pelo poder público para ampliar o acesso de gêneros alimentícios. Conforme mencionamos anteriormente, a partir da década de 1950 Belo Horizonte recebeu grande fluxo populacional e o bairro Padre Eustáquio foi um dos que abrigou muitos dos novos moradores. Como não havia mercados populares por perto, a Prefeitura iniciou a construção da Feira Coberta do Bairro Padre Eustáquio com o objetivo de atender ao abastecimento da região noroeste da cidade.¹⁵²

¹⁵² Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/aberto-edital-de-licitacao-que-permite-revitalizacao-dos-mercados-municipais>>. Acesso em: 08 de abril de 2020.

Figura 29 - Inauguração da Feira Coberta do Padre Eustáquio (março de 1976)



Fonte: APCBH/ ASCOM.

A Feira coberta do Padre Eustáquio ainda funciona no mesmo lugar, Rua Pará de Minas, 821, como uma feira permanente. De acordo com a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte,

foi totalmente reformada, com obra entregue em 28/08/2008. Situada em um ponto estratégico, oferece para a população estabelecimentos comerciais onde são encontrados laticínios, artesanato, vestuário, açougue, produtos de higiene e limpeza. Tradicional em Belo Horizonte, se caracteriza por ser uma feira coberta. O espaço é compartilhado com o Centro Cultural Padre Eustáquio, que utiliza a entrada pela Rua Jacutinga, 821. O compartilhamento da estrutura foi estabelecido através de um convênio de parceria com a Fundação Municipal de Cultura e disponibiliza à

população uma biblioteca, salas para oficinas de artes plásticas, cênicas e área livre, conta ainda com uma programação cultural diversificada.¹⁵³

Ao longo dos anos, apesar de ter agregado em sua estrutura um Centro Cultural, em parceria com a Fundação Municipal de Cultura, a Feira Coberta do Padre Eustáquio é um dos poucos equipamentos públicos da capital mineira que mantêm sua função original de ser uma das referências para o abastecimento alimentar na urbe.

Em se tratando das feiras na cidade, a imagem abaixo (30), datada de 1957, registra uma feira livre no bairro Funcionários. Diferente Feira Coberta do Padre Eustáquio, as feiras livres possuíam e ainda possuem estruturas bastante precárias e improvisadas. A descrição original do documento não indica a rua em que estava montada, mas percebemos que a passagem de veículos, conforme escreveu o prefeito Oswaldo Pierucetti em seu relatório referente ao ano de 1974, ficava obstruída devido à movimentação das pessoas e à disposição das barracas. Também é interessante observar a estrutura das barracas, todas bem simples, aparentemente confeccionadas por pedaços de madeira e dispunham de pouco espaço para acomodar os produtos. Como eram montadas em espaço aberto, os produtos ficavam expostos ao tempo e sujeitos a se deteriorar ao longo do dia pelo sol direto e chuva, quando houvesse.

¹⁵³ Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/smasac/susan/comercializacao/mercados-municipais>>. Acesso em: 07 de abril 2020.

Figura 30 - Feira Livre do bairro Funcionário (1957)



Fonte: APCBH/ ASCOM.

De acordo com a Lei n. 85 de 09 de junho de 1949, poderiam ser comercializados nas feiras, “exclusivamente a varejo, frutas, legumes, aves, ovos, doces, gêneros alimentícios de primeira necessidade, óleos comestíveis, peixe fresco ou salgado, sabão, artefatos de folha e, em geral, produtos da lavoura ou das indústrias rurais.” Ficava à cargo da Prefeitura fixar, por edital, os pontos de localização das feiras, assim como os dias de seu funcionamento. Supomos que até pela forma improvisada de montar suas barracas, os próprios comerciantes já calculavam a quantidade de produtos que seriam vendidos naquele dia. Caso

houvesse muita sobra, além do prejuízo também teriam que transportar as mercadorias de volta, o que poderia gerar mais trabalho e logística para o acondicionamento até a próxima data da feira. Nesse contexto, sob a perspectiva do poder público municipal, construir espaços fechados e fixos para abrigar os comerciantes de gêneros de primeira necessidade, a partir da criação dos Mercados Distritais, foi a alternativa empregada para sanar os problemas que as feiras proporcionam.

É importante considerar que essa era a perspectiva do poder público municipal. Nesse sentido, não necessariamente os feirantes e os consumidores enxergam os mesmos inconvenientes nas feiras. Entretanto, como escolhemos fontes oficiais para trabalhar nesta pesquisa, podemos tecer nossas análises a partir delas. As demais possibilidades de análise pela ótica de quem vendia e de quem frequentava e comprava nas feiras antes delas migrarem para os mercados pode ser tema para futuros estudos.

Ao identificarmos os lugares públicos do abastecimento, isto é, aqueles que estavam sob a responsabilidade da Prefeitura, percebemos que as transformações em suas estruturas, ao longo dos anos, denotam as transformações da própria cidade. Se considerarmos o costume de compra de alimentos que já havia sido estabelecido àquela sociedade, a diminuição das feiras livres das ruas e a transposição da maioria delas para edificações fechadas descaracterizou o ambiente informal da feira. Ou seja, além de ter diminuído a quantidade das feiras, pois antes da construção dos mercados elas eram espalhadas por vários bairros da cidade e não somente em quatro “pontos estratégicos”, a compra nos novos mercados exigia uma logística diferente. Levantamos, por exemplo, a questão da distância física, uma vez que os lugares escolhidos não necessariamente eram próximos das residências das pessoas e, assim, para alguns o deslocamento aumentou. Sobre esse aspecto, podemos levantar a hipótese de que a diminuição das feiras pode ter provocado o aumento do consumo nos supermercados e sacolões que pertenciam à iniciativa privada. Com isso, os espaços públicos do abastecimento ficaram restritos a um menor número de pessoas em comparação ao fluxo que havia nas feiras livres.

É importante pontuar que, apesar de terem diminuído, as feiras livres em Belo Horizonte não deixaram de existir com a criação dos mercados distritais. O desejo do prefeito Oswaldo Pieruccetti de “acabar” com as feiras nos logradouros públicos foi impossibilitado pela força do comércio dos pequenos produtores e a vontade,

bem como a necessidade de compra dos cidadãos. Nesse caso, o poder público municipal teve como função a fiscalização não só das feiras que se mantiveram, mas também dos novos mercados distritais.

Tal frente de trabalho da Prefeitura pode ser identificada por meio do organograma da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos que permaneceu inalterado entre 14 de maio de 1973 e 16 de junho de 1983. A primeira vez que as feiras livres aparecem como questão oficial da gestão pública, mais especificamente no organograma do Departamento de Abastecimento, foi em 1953. Vinte anos depois, na reforma administrativa de 1973, período em que o Departamento de Abastecimento saiu da estrutura organizacional da Prefeitura, as feiras livres passaram a ser subordinadas à Secretaria Municipal de Serviços Urbanos juntamente com os mercados distritais. Nesse contexto, identificamos que o denominado Setor de Fiscalização de Feiras e Mercados estava diretamente ligado ao Departamento de Fiscalização de Posturas Municipais.

Embora esses dados sejam relacionados à administração pública para a gestão do município, faz-se pertinente mais uma vez observar como a vinculação e/ou a desvinculação de uma demanda à uma Secretaria altera sua competência. Ou seja, a partir do momento em que o prefeito compreendeu que as feiras e os mercados, como pontos públicos do abastecimento, deveriam ser fiscalizados pelo órgão que cuidava das “Posturas Municipais”, essa gestão estava olhando o abastecimento de forma diferente de quando ele tinha um órgão próprio, o Departamento de Abastecimento. Por competência da pasta, o conceito de “postura”, muito se associa ao ordenamento dos espaços públicos em prol de uma padronização dos serviços municipais diferente da tarefa de fiscalizar em quantidade e qualidade os gêneros alimentícios para o acesso da população.

Nesse contexto ao analisarmos os mercados como novos pontos do abastecimento na cidade, citamos o Mercado Distrital do Bairro Santa Tereza que foi inaugurado em 29 de junho de 1974. Por meio da imagem abaixo (31) percebemos que ele era amplo e contava com boxes padronizados, incluindo o tamanho, o material, os letreiros e o espaço destinado à exposição dos produtos. A imagem mostra as bandeirinhas típicas das tradicionais Festas Juninas, no tempo de sua inauguração, aliás no dia de São Pedro, um dos santos que a tradição luso-brasileira comemora em junho. Os Mercados Distritais, neste sentido, são espaços que

reverberam costumes locais, com os festejos eventuais em diversas temporadas do ano, como as festas juninas, o carnaval e os festejos natalinos, por exemplo.

Figura 31 - Mercado Distrital do Santa Tereza (1974)



Fonte: APCBH/ SUDECAP.

O Mercado Distrital de Santa Tereza funcionou como ponto de abastecimento de hortifrutigranjeiros à população residente no bairro até o ano de 2007, quando foi definitivamente fechado para a conversão em quartel da Guarda Municipal. Mesmo antes de seu fechamento, o lugar recebeu várias propostas de uso que não tinham relação com sua função primeira que era o abastecimento alimentar da população local. Uma dessas propostas nos chamou a atenção. Foi a de criação de um centro cultural que utilizaria a edificação original do prédio mas a adaptaria para novas atividades. O documento cartográfico abaixo, imagem (32) é o projeto arquitetônico – planta baixa do 1º pavimento - para tal proposta. Foi produzido em junho de 2002 e é de autoria do arquiteto Josfrancis de Melo Silva, vinculado à Gerência de Projetos Especiais da então Secretaria Municipal de Estrutura Urbana. O objetivo

nacional no desenvolvimento de técnicas para a produção de alimentos. De acordo com a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte,

a Central de Abastecimento Municipal é, hoje, um espaço destinado ao comércio varejista. Atualmente é ocupada por loja de biscoitos, distribuidora de ovos e frangos, açougue, armazéns, um Sacolão ABasteCer, salão de beleza, bares e restaurantes, loja de laticínios entre outras. Além da área de comercialização o terreno é compartilhado com o Depósito Central de Alimentação Escolar.¹⁵⁵

Situado na região nordeste da capital mineira, esse equipamento público exerce a função de ampliar o acesso de gêneros alimentícios à população, assim como aos mercados e às feiras. Porém é importante destacar que a CAM também funciona como um depósito para armazenar alimentos que são distribuídos nas escolas e entidades socioassistenciais do município e de rede parceira em Belo Horizonte. Além disso, o espaço conta com a “Feira do Bairro São Paulo”, anexa ao depósito de alimentos, destinada ao comércio varejista e atacadista variado.¹⁵⁶

Identificamos a CAM como parte de uma das políticas que foi implantada após a criação da Secretaria Municipal de Abastecimento, surgida na reforma administrativa de 1992. Conforme mencionamos anteriormente, a criação desse órgão possibilitou a associação do abastecimento alimentar com outras políticas públicas como a assistência social e a educação. Essa nova proposta foi uma inovação no histórico de competência do órgão responsável pelo abastecimento alimentar na Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Por essa razão, faz-se pertinente compreender quais foram os princípios base que possibilitaram tal mudança e o que de fato mudou com a criação da Secretaria Municipal de Abastecimento.

Vale destacar que quando o Departamento de Abastecimento foi extinto, nenhum dos equipamentos públicos que citamos, no decorrer deste capítulo, deixou, concomitantemente, de existir. Conforme pontuamos, cada um deles exerceu e alguns ainda exercem sua função de abastecer suas respectivas regiões. O que mudou com a criação da Secretaria de Abastecimento foi a forma de conduzir a

¹⁵⁵ Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/smasac/susan/comercializacao/mercados-municipais>>. Acesso em: 10 de abril de 2020.

¹⁵⁶ Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/aberto-edital-de-licitacao-que-permite-revitalizacao-dos-mercados-municipais>>. Acesso em: 10 de abril de 2020.

demanda alimentar que passou a ser compreendida de modo mais complexo, ou seja, com corpo estrutural melhor colocado na hierarquia da Prefeitura uma vez que o abastecimento passou a ser representado por uma estrutura maior e mais complexa em funções e ações profissionais que compõem uma secretaria.

Desde a fundação da capital mineira, o que percebemos a partir da leitura das fontes oficiais – legislação municipal, estadual e federal, bem como os Relatórios Anuais da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte – é que o poder público se colocou como mediador entre a sociedade e o mercado econômico desenvolvendo ações de garantia ao acesso aos alimentos que fizeram e/ou fazem parte da cultura alimentar da sociedade belorizontina. É necessário, a partir de então, aprofundar nossa análise sobre o conceito de política pública para elencar quais foram, no campo do abastecimento alimentar, as ações desenvolvidas em Belo Horizonte que se configuram como tal. Compreender a construção histórica dos conceitos de segurança alimentar e direito alimentar também são necessários para a consolidação de órgãos públicos aptos para executar políticas de abastecimento na capital mineira.

3.2 Políticas Públicas alimentares

Mas afinal, o que é uma política pública? Este conceito tão utilizado para tratar de ações exercidas pelo poder público está vinculado à responsabilidade de sanar carências da população. De acordo com a socióloga e cientista política Maria das Graças Rua, importante referência teórica aqui adotada, a diferenciação social é a principal característica das sociedades modernas. Além das peculiaridades de cada ser humano como: idade, sexo, religião, estado civil, escolaridade, renda, setor de atuação profissional, etc, a vida em sociedade também evidencia divergências entre ideias, valores, interesses e aspirações diferentes. Cada ser humano desempenha papéis distintos no decorrer da sua existência. Nesse ínterim, a política tem o papel crucial de mediar e resolver interesses e conflitos das complexas relações de poder entre uma sociedade e seus bens públicos. As políticas públicas, por sua vez,

compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores. Nesse sentido é necessário distinguir entre política pública e decisão política. Uma política pública geralmente envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas

para implementar as decisões tomadas. Já uma decisão política corresponde a uma escolha dentre um leque de alternativas, conforme a hierarquia das preferências dos atores envolvidos, expressando - em maior ou menor grau - uma certa adequação entre os fins pretendidos e os meios disponíveis. Assim, embora uma política pública implique decisão política, nem toda decisão política chega a constituir uma política pública. Um exemplo encontra-se na emenda constitucional para reeleição presidencial. Trata-se de uma decisão, mas não de uma política pública. Já a privatização de estatais ou a reforma agrária são políticas públicas.¹⁵⁷

As políticas públicas são, ainda, os projetos e os programas que partem de necessidades e demandas sociais formatados pelo poder legislativo em conjunto com a sociedade civil por meio de audiências públicas,¹⁵⁸ quando aprovados são encaminhados ao poder executivo para seu desenvolvimento legal. As legislações e as políticas públicas passam por esse processo e tem a peculiaridade de, em tese, não se vincularem aos partidos políticos da situação. Nessa perspectiva, é preciso destacar que as políticas públicas devem extrapolar as gestões. Em sua concepção, ela precisa ser elaborada a partir de um problema social específico com vistas à saná-lo sem ter como prioridade a duração de apenas um mandato municipal, estadual ou federal. Cabe ao poder público analisar as bases sociais para compreender a dimensão política no desenvolvimento das ações. Para uma análise conceitual da política pública, é preciso considerar que

O termo políticas públicas tem sido citado com maior frequência do que outros termos clássicos dos estudos da ciência política, como teoria política, partidos e relações internacionais. Só entre 2000 e 2015, foram mais de 350 mil citações (Marques e Souza, 2016). Este fenômeno pode ser explicado por diversos fatores, que vão desde a ampliação e complexidade da própria atuação do Estado pós-promulgação da Constituição Federal de 1988, até o crescimento dos cursos de graduação e pós-graduação do denominado campo de públicas, contribuindo para o crescimento do número de revistas, debates e eventos científicos voltados aos estudos sobre políticas públicas.¹⁵⁹

¹⁵⁷ Disponível em: <<https://www.univali.br/pos/mestrado/mestrado-em-gestao-de-politicas-publicas/processo-seletivo/SiteAssets/Paginas/default/RUA.pdf>>. Acesso em: 10 de abril de 2020.

¹⁵⁸ “As audiências públicas são reuniões realizadas pelas comissões com a participação de cidadãos, órgãos e entidades públicas ou civis para instruir a análise de alguma proposição em tramitação na Câmara ou para tratar de questão de interesse público relevante que esteja dentro dos temas reservados para a comissão. A audiência pública pode acontecer tanto no prédio da Câmara quanto fora dele, nas diferentes regiões do município, mediante requerimento de qualquer vereador.” Disponível em: <<https://www.cmbh.mg.gov.br/perguntas-frequentes/funcionamento-mesa-diretora-comiss%C3%B5es-plen%C3%A1rio/o-que-%C3%A9-audi%C3%Aancia-p%C3%BAblica>>. Acesso em: 15 de abril de 2020.

¹⁵⁹ LOTTA, Gabriela, OLIVEIRA, Vanessa Elias de, PIRES, Roberto (Orgs.). *Burocracia e Políticas Públicas no Brasil: interseções analíticas*. Brasília: Ipea: Enap, 2018.p. 13

A compreensão teórica da política pública é necessária nesta pesquisa como base para o entendimento das diretrizes políticas acerca do abastecimento alimentar em Belo Horizonte. Apesar deste conceito ser frequentemente utilizado pelo meio acadêmico, como é expresso na citação acima, é preciso pontuar que não há consenso. Existe, sim, uma grande variação de temas e focos de estudos da literatura de políticas públicas. Diversas áreas do conhecimento utilizam desse termo para tratar de questões envolvendo sociedade e poder público. No campo da história essa temática é razoavelmente trabalhada. Poucos estudos têm um olhar historiográfico para as políticas públicas com o conceito base para o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas.

Entretanto, citamos como exemplo a obra recém publicada *Minas de Números Políticas públicas de estatística em Minas Gerais: Perspectivas históricas e catálogo de fontes 1890 – 2002*. Tal publicação é, na verdade, um instrumento de pesquisa para auxiliar outras pesquisas a partir de uma abordagem histórica das políticas estatísticas e da produção estatística do Estado de Minas Gerais. Trata-se da estatística pública como um saber técnico que foi determinante no desenvolvimento de ações nos âmbitos estadual e municipal. Entendemos que essa obra é uma referência importante para a historiografia pois além de utilizar fontes oficiais para discorrer sobre o processo evolutivo da máquina pública, ela aborda as diretrizes empreendidas pelo Estado a partir de dados geradas no decorrer do século XX.

Esse tipo de trabalho, que analisa o processo histórico da política a partir das fontes produzidas e/ou encomendadas pelo próprio poder público muito se assemelha a esta pesquisa. Ao trabalhar com documentos oficiais, vale lembrar o historiador Caio César Boschi, quando ele diz que

o que conseguimos recuperar, por meio de diferentes registros e suportes, é sempre uma fração do passado. E mais, mesmo esses registros parciais que resgatamos – também conhecidos como fontes históricas – podem ser imprecisos e não expressar os fatos da forma como teriam acontecido. As fontes nos aproximam dos fatos. Mas, ainda assim, esses não são reconstruídos por completo.¹⁶⁰

Portanto, é preciso partir das fontes para o exercício da investigação e, principalmente, da problematização como princípio para o desenvolvimento de

¹⁶⁰ BOSCHI, 2019, p. 24

pesquisas no campo da produção historiográfica. Nesse sentido é que se dá o ofício do (a) historiador (a). Dessa forma é que pretendemos analisar o contexto em que foram criadas as políticas públicas alimentares na capital mineira.

É interessante notar como a década de 1940 é relevante para a história administrativa não só de Belo Horizonte, mas também de Minas Gerais. Foi por meio do Decreto-lei n. 1600, de 29 de dezembro de 1945 que uma reforma administrativa no denominado *Departamento Estadual de Estatística*, reorganizou os serviços do Estado mineiro. Dentre outros, foi criado o *Serviço de Estatística da Produção*, que era diretamente subordinado à *Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho*.¹⁶¹ Acreditamos que tal mudança na estrutura organizacional do Estado, refletiu a posterior reforma administrativa de Belo Horizonte em 1947, quando foi criado o *Departamento de Abastecimento*. Isso significa que, tanto o estado, quanto o município, estavam se estruturando para ter condições de desenvolver suas respectivas políticas públicas de abastecimento.¹⁶²

As pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na década de 1940 já apontavam o aumento de residentes nas grandes zonas urbanas do Estado. Baseado nesse dado é que o poder público passou a sentir a necessidade de se reorganizar para ter capacidade técnica e executiva para criar ações que permitissem acesso pelos cidadãos aos gêneros de primeira necessidade. Inclusive, fez parte da diretriz federal daquela época criar agências municipais do IBGE. “Belo Horizonte possuía umas das agências modelo então criadas e os trabalhos na capital eram priorizados. A Inspetoria funcionou por um tempo na sede da Prefeitura Municipal, junto à Seção de Estatística Municipal.”¹⁶³ Essa diretriz fez parte de um projeto do estado de Minas Gerais que tinha como objetivo priorizar estratégias administrativas por meio do planejamento racional para a reestruturação das grandes cidades.¹⁶⁴

¹⁶¹ *Minas de Números: políticas de estatística em Minas Gerais: perspectivas históricas e catálogo de fontes 1890 – 2002*, Belo Horizonte (MG): Fundação João Pinheiro, 2019. p. 68

¹⁶² Considerando a década de 1950 como um marco para o desenvolvimento industrial das grandes cidades e também seu crescimento populacional no contexto pós Segunda Guerra Mundial, a relação entre a criação de órgãos nos âmbitos municipal e estadual com atuação voltada para a produção, fiscalização e comércio de gêneros alimentícios, carece de ser melhor analisada em pesquisas futuras.

¹⁶³ *Minas de Números: políticas de estatística em Minas Gerais: perspectivas históricas e catálogo de fontes 1890 – 2002*, Belo Horizonte (MG): Fundação João Pinheiro, 2019. P.69

¹⁶⁴ DULCI, 2005, P. 46.

Nesse contexto, a problemática que nos ocorre é: como o poder público é capaz de realizar seu papel de coordenar as sociedades modernas¹⁶⁵ por meio de leis e políticas públicas? As legislações voltadas para o abastecimento alimentar na capital mineira podem ser consideradas políticas públicas? Se sim, quais e a partir de quando? Enfim, percebemos que há diferenças entre o longo processo para a publicação de uma lei e o nascimento de uma política pública efetiva. O que nos interessa a partir de agora é mapear as ações que de fato se tornaram, ao longo de anos, políticas públicas alimentares.

Pois bem, consideramos que a política pública alimentar mais efetiva e também a mais duradoura em Belo Horizonte, foi a criação e manutenção dos Restaurantes Populares. Há controvérsias acerca da data exata que foi criado o primeiro restaurante mantido pelo poder público municipal da capital mineira. Não encontramos tal informação nos Relatórios Anuais da Prefeitura e em nenhum documento oficial que tenha sido produzido pelo município. No entanto, há um estudo realizado pelo pesquisador Octavio Penna (1997), intitulado *Notas Cronológicas de Belo Horizonte*, que indica a inauguração de um restaurante em 1917. Saltando algumas décadas, identificamos também uma fala na revista *Belo Horizonte*, na palavra do prefeito Juscelino Kubitschek, publicada em 1944, em que o então prefeito Kubitschek diz que

é com espontânea alegria que posso anunciar para breve a inauguração de vários empreendimentos que atrairão para a Prefeitura o apoio esclarecido e justo dos que examinam as atividades públicas. Este mês, ainda serão abertos ao público o primeiro “Restaurante da Cidade” e o serviço de ambulatório do “Hospital Municipal”. Nada preciso aduzir a esta notícia. Todos sabemos o que é o problema da alimentação do operário. Mal nutrido em casa, trazendo para o serviço, em pequenas latas, restos de um fermentado jantar de véspera, engole, às pressas, assentados nos calcanhares, uma ração que mal chega para adormecer-lhe o apetite insatisfeito. Instalado no almoxarifado da Prefeitura, em frente à Estação Rodoviária da Feira, o primeiro “Restaurante da Cidade”, como o denominamos, fornecerá almoços sadios pela importância de um cruzeiro e quarenta centavos.¹⁶⁶

A revista supracitada possui apenas uma edição que é comemorativa para celebrar o 46º aniversário de Belo Horizonte. Por meio da fala do prefeito percebemos que a criação do restaurante popular, além de uma política pública

¹⁶⁶ Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/fundacao-municipal-de-cultura/arquivo-publico/acervo/revistas>>. Acesso em: 25 de abril de 2020.

alimentar, era também uma ação assistencial. Ou seja, a prefeitura passou a investir em infraestrutura para tornar acessível refeições à preços módicos que tinham como objetivo atender os trabalhadores mais pobres. Enquanto prefeito, Juscelino Kubitschek inaugurou esse restaurante citado acima, anos depois, já como governador de Minas Gerais, inaugurou mais três unidades dos “Restaurantes da Cidade”.

A imagem abaixo (33) é um fragmento da revista *Belo Horizonte*, na palavra do prefeito Juscelino Kubitschek e mostra duas fotografias de indivíduos sentados à mesa em momento de refeição. Por meio desse documento, percebemos dois fatos que consideramos interessantes. Na primeira fotografia, à esquerda, identificamos o perfil quase que completamente masculino das pessoas presentes, com exceção da mulher localizada em segundo plano da primeira mesa com uma criança em seu colo. Considerando que essa é uma imagem da década de 1950, e que o “restaurante da cidade” foi pensado para os trabalhadores mais pobres, conforme pontuou Juscelino Kubitschek, podemos supor que esse “benefício” para a alimentação dos cidadãos contemplava um perfil masculino. Ora, naquele contexto, a grande maioria das mulheres não ocupava outros trabalhos externos além das tarefas domésticas. Portanto, acreditamos que essa política pública em específico, naquele contexto, inclui muito pouco as mulheres. Entretanto, sobre essa questão, é necessário tecer análises mais profundas com uso de maior quantidade de fontes para amadurecer uma interessante possibilidade para pesquisas futuras. Neste momento, abordamos a questão apenas como uma leitura contextualizada da imagem acrescida de uma hipótese. O segundo ponto que nos chama a atenção pode ser identificado na fotografia que se localiza à direita da imagem e se relaciona à quantidade farta de comida por pessoa. Não é possível identificar o alimento presente nos recipientes, mas cada bandeja, que é individual, possui três recipientes cheios, um prato e um copo com bebida.

Figura 33 - Revista BH na palavra do prefeito Juscelino Kubitscheck, s/n. (1944)



Fonte: APCBH/ Revista Belo Horizonte (C.17-r-001)

Na imagem (34), fragmento da Revista Pampulha, identificamos a reportagem que anuncia a criação de mais unidades de restaurantes, com caráter assistencialista, mas no momento em que Kubitschek passou a ocupar o cargo de Governador de Minas Gerais. Isso mostra a continuidade dessa política pública alimentar que estava em pauta nas gestões desse político. Entretanto, observamos uma mudança, esses equipamentos receberam inicialmente o nome de "Restaurantes da Cidade", posteriormente passaram a ser denominados como "Restaurantes Populares", como são conhecidos nacionalmente até os dias atuais. Essa é uma mera mudança de nomenclatura. O objetivo desses equipamentos públicos se manteve independente da forma como passaram a ser chamados.

Figura 34 - Reportagem sobre a volta dos restaurantes populares em Belo Horizonte
- Revista Pampulha (1952)



O Governador corta a fita simbólica, inaugurando o Restaurante dos Trabalhadores

A VOLTA DOS RESTAURANTES POPULARES

**O GOVERNADOR INAUGURA O RESTAURANTE N.º 1
OS TRABALHADORES SE REJUBILAM COM A INICIA-
TIVA DO GOVERNO — A ALIMENTAÇÃO É FARTA
E O PREÇO MÓDICO — O SR. JUSCELINO KUBITSCHEK
NA MESA DOS OPERÁRIOS**

O dia 1.º de Maio foi festivamente comemorado em Belo Horizonte. As festas não tiveram apenas o caráter cívico dos anos anteriores. Fugiram do protocolo das simples comemorações oficiais, com discursos sobre a significação da data, o valor do trabalhador, o ideal do trabalho, etc. Não. As comemorações deste ano tiveram um cunho concreto de realizações proveitosas para o operariado, com a inauguração de restaurantes populares, postos de abastecimentos e outras iniciativas de sentido objetivo. Estamos vivendo uma época de sérias reivindicações no terreno social e é necessário o esforço dos governantes em pôr em prática uma política de benefícios diretos, de comunhão com os anseios do povo, de direção efetiva dos negócios públicos. Nunca o povo tomou parte tão ativa no governo. Não através de participação de elementos do povo na máquina administrativa, mas através de uma fiscalização severa dos atos políticos e administrativos, fazendo uma crítica lúcida à ação do governo. Se o governante vem ao encontro do povo, esse o compreende, o aplaude, o encoraja.

PAMPULHA



Sorridente, o Governador Juscelino Kubitschek carrega a bandeja, e se dirige à mesa de refeições

Consideramos os restaurantes populares como uma política pública alimentar porque não só em Belo Horizonte, mas em várias cidades do Brasil, eles foram implantados pelo poder público com o objetivo de ampliar o acesso à refeições diárias aos cidadãos mais pobres. Também porque essa iniciativa não se deu somente em uma gestão, não foi “feito” de um gestor público em específico, mas sim mantida por várias décadas. Inclusive, grande parte das ações assistencialistas nascem com objetivos claros e bastante necessários à sociedade, mas não conseguem atingir sustentabilidade com o passar dos anos e, portanto, não sobrevivem como política pública.

Na reportagem abaixo, imagem (35), é apontado um levantamento de dados, realizado em 2004, sobre as cidades brasileira que possuem restaurantes populares e qual o perfil dos usuários nas unidades existentes na capital mineira. A primeira coisa que nos chama a atenção sobre a realidade belorizontina, já no início do século XXI, é que o perfil dos frequentadores ainda era predominantemente masculino. Segundo a reportagem abaixo, depois dos restaurantes criados por Juscelino Kubitschek, Belo Horizonte foi contemplada com uma nova unidade durante a gestão do prefeito Sérgio Ferrara, em 1991, mas infelizmente não durou muito tempo. O mesmo foi reaberto na gestão do prefeito Eduardo Azeredo, mas também não se sustentou. Somente em 1994, que o então prefeito Patrus Ananias “retomou o projeto com uma nova ideia: vender as refeições à custo baixo.” Cabe salientar que, embora consideramos que essa iniciativa de Patrus Ananias tenha sido de grande relevância para a alimentação como demanda da cidade, ela não foi inovadora. Criar meios para que os cidadãos pudessem ter acesso a refeições à baixo custo acontecia na Prefeitura de Belo Horizonte pelo menos desde o início da década de 1940, conforme já mencionamos. Entretanto, é imprescindível compreender que os restaurantes populares, na gestão de Patrus Ananias, eram parte de um planejamento mais amplo da Secretária do Abastecimento Regina Nabuco, que envolvia os processos do abastecimento na cidade, como por exemplo, o incentivo à produção de agricultura familiar. Nesse sentido, a despeito do mesmo nome, era um projeto inovador para a capital mineira.

Figura 35 - Clipping restaurantes populares de Belo Horizonte - Hoje em Dia (08 de fevereiro de 2004)

Preço a R\$ 1 causa polêmica

O subsídio da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) para manter as refeições do restaurante popular a R\$ 1 gera polêmica. A presidente do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional de Belo Horizonte e consultora da Organização para Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO), Regina Nabuco, acredita que a PBH deveria reduzir o percentual do subsídio. "A PBH teria uma reserva para fazer investimento em reformas e na melhoria da administração", avalia.

Contrário à Regina, a presidente da Associação dos Usuários do Restaurante Popular, Jânia Ferreira, defende a manutenção do subsídio. "É importante ressaltar que, por quatro vezes, a PBH tentou aumentar o preço de R\$ 1, buscando extinguir a política social, o subsídio. O aumento pretendido pela prefeitura somente não aconteceu em decorrência das mobilizações realizadas, de mais de 35 mil assinaturas coletadas", ressaltou Ferreira.

A associação reivindica melhorias no restaurante popular, como a instalação de lavatórios para a higiene pessoal dos frequentadores e uma solução para o malcheiro do Ribeirão Arrudas.

Dados de 2003 da Fundação Getúlio Vargas, com base no censo de 2000, revelam que, do total de 21,7 milhões de pessoas que vivem em pobreza extrema no Brasil (13% dos brasileiros), 7 milhões (quase um terço) estão nas 224 cidades com mais de 100 mil habitantes.

BH tem 10 anos de experiência

As políticas públicas de abastecimento da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) vão servir agora de modelo para o trabalho desenvolvido pelo ministro Patrus Ananias no Governo federal. Em 10 anos de existência, os trabalhos têm apresentado uma ação reguladora eficiente no mercado de alimento da capital, ao mesmo tempo em que tem cumprido um importante papel no combate à desnutrição no município.

A Secretaria Municipal de Política de Abastecimento (SMAB) foi criada em 1993, através da Lei Municipal 6.352. Suas ações incluem desde o estímulo à produção, passando pela regulação dos preços do mercado de alimentos até os projetos de estímulo ao consumo alimentar. Com um orçamento relativamente pequeno (cerca de 1% do orçamento global da PBH), a SMAB tem uma atuação forte na cobertura das necessidades da população de baixa renda.

Um dos programas principais que fazem parte da política de abastecimento de Belo Horizonte é o restaurante popular. A PBH investe cerca de R\$ 70 mil por mês neste equipamento. São servidas 6 mil refeições por dia, a R\$ 1,00 almoço e R\$ 0,50 o jantar.

Outro programa, o Armazém da Roça, por exemplo, possibilita aos pequenos produtores comercializar alimentos e artesanato diretamente com os consumidores. O Programa Abastecer é uma alternativa de compra de alimentos a preços acessíveis, junto com as feiras nos bairros.

SUBSÍDIO DA PBH

Desde 1994 a refeição custa R\$ 1

PREFEITO	ANO	MÉDIA REFEIÇÕES/MS	SUBSÍDIO POR REFEIÇÃO(R\$)	SUBSÍDIO MENSAL (R\$)
Patrus Ananias	1994	34.801	0,21	6.919,00
Célio de Castro	1997	62.927	0,43	25.171,00
Célio de Castro (2º mandato)	2001	90.765	0,70	60.536,00
Fernando Pimentel	Maio 2003	113.179	0,96	106.450,00

PERFIL DO USUÁRIO EM BH

SEXO	ESCOLARIDADE	RENDA FAMILIAR	FREQÜÊNCIA
33% mulheres	46% ensino médio	36% acima R\$ 721	40% todos os dias
	43% ensino fundamental	22% R\$ 141 a R\$ 360	31% uma a três vezes por semana
	9% superior	17% R\$ 361 a R\$ 540	15% mais de três vezes por semana
67% homens	2% sem instrução	15% R\$ 541 a R\$ 720	13% raramente
		10% até R\$ 180	1% primeira vez

IDADE	MOTIVOS QUE LEVARAM A FREQUENTAR	AVALIÇÃO DOS USUÁRIOS
16% acima de 63 anos	55% preço	BOM 52%
16% 51 a 62 anos	32% qualidade da refeição	ÓTIMO 22%
39% 33 a 50 anos	4% localização	RUIM 1%
28% 15 a 32 anos	1% indicação	PÉSSIMO 1%
1% até 14 anos	8% outros	REGULAR 21%

JK construiu três restaurantes em uma BH com 240 mil habitantes

Os restaurantes populares existem desde 1919 no Brasil, mas em Belo Horizonte o pioneiro foi o ex-prefeito Juscelino Kubitschek. A economista Regina Nabuco afirma que JK construiu três restaurantes: um no viaduto Santa Tereza, dos comerciantes; outro na Praça Sete, onde era o Cine Brasil, para jornalistas e estudantes; e o terceiro na rodoviária, para os industriários.

Mas a Associação dos Usuários do Restaurante Popular da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte garante que JK construiu cinco e não apenas três restaurantes. "Belo Horizonte chegou a ter cinco restaurantes populares, para uma população estimada em torno de 240 mil habitantes, pouco mais de 10% da atual. Se mantivesse o ritmo de JK, BH teria hoje, 49 restaurantes populares", diz a associação.

Em 1991, o ex-prefeito Sérgio Ferrara inaugurou um restaurante popular, que acabou fechando. O ex-prefeito Eduardo Azeredo (PSDB) reabriu o espaço, mas também não obteve êxito. Em 1994, Patrus retomou o projeto com uma nova ideia: vender as refeições a um custo baixo. A PBH teve que subsidiar 20% dos custos para que as refeições pudessem ser vendidas a R\$ 1, que na época equivalia a US\$ 1.

Hoje, a prefeitura contrata uma empresa para preparar os alimentos. Atualmente, o serviço é prestado pela Conviv Serviços Gerais, mas outras quatro empresas já fizeram o trabalho.

Os governos do Rio de Janeiro, Acre e Alagoas, as prefeituras de Curitiba, Maceió, Governador Valadares, Araçuaí, Cristiano Ottoni e Sete Lagoas já procuraram informações sobre o restaurante de Belo Horizonte.

Fonte: APCBH/ Sala de Consultas.

Atualmente, a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte mantém em funcionamento o total de cinco restaurantes populares espalhados em diferentes pontos da cidade. Eles "ofertam mais de 2,4 milhões de refeições por ano. Também atendem gratuitamente a população em situação de rua e com 50% de desconto famílias cadastradas no Bolsa Família."¹⁶⁷ Os equipamentos são subordinados à *Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania*. Todas as unidades servem café da manhã, almoço e jantar diariamente à preços baixos - café da manhã: R\$ 0,75; almoço: R\$ 3,00 e jantar: R\$ 1,50.¹⁶⁸

Além dos restaurantes populares, outras ações que consideramos políticas públicas, por terem resistido à várias gestões ao longo da história da Prefeitura

¹⁶⁷ Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/smasac/susan>>. Acesso em: 27 de abril de 2020.

¹⁶⁸ Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/smasac/cardapios-dos-restaurantes>>. Acesso em: 27 de abril de 2020.

Municipal de Belo Horizonte, são os mercados distritais e as feiras de rua. Mesmo que nem todos os mercados criados pelo poder público municipal não se mantiveram até os dias de hoje, conforme pontuamos no capítulo II, eles cumpriram sua função de abastecer a região em que se localizavam enquanto existiram. No decorrer das décadas a partir da segunda metade do século XX, com o crescimento exacerbado e não planejado da cidade, foi impossível que a prefeitura desse conta sozinha do abastecimento alimentar de sua população. Embora não sejam nosso objeto de análise, faz-se necessário destacar que inúmeras vendas, mercearias e pontos de comércio espalhados pela cidade, eram, e ainda são, muito mais usados pela população que os Mercados Distritais. Com isso, a partir da chegada dos supermercados somada à manutenção dos demais pontos de abastecimento provenientes da iniciativa privada, os Mercados Distritais foram deixando de ser grandes referências para o comércio de alimentos em suas regiões. Entretanto, é importante analisar a relevância dos mercados como referência para a história dos bairros em que se localizam. Aliás, pensar os mercados enquanto patrimônio para o município é uma interessante perspectiva que pode ser explorada pela história da alimentação em Belo Horizonte. Muito além de pontos para o comércio de gêneros, os mercados podem ser compreendidos como lugares de sociabilidade e referência onde se comercializam elementos fundamentais para a construção da cultura alimentar não só belorizontina, mas mineira.

Sobre as feiras de rua, elas foram criadas oficialmente, pelo menos desde a década de 1940. A imagem abaixo (36) é uma fotografia que foi produzida no ano de 1966 pela Assessoria de Comunicação da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. De acordo com a descrição original da imagem, trata-se de uma homenagem dos feirantes ao prefeito Oswaldo Pieruccetti durante o evento de comemoração ao 20 aniversário das feiras livres do bairro Padre Eustáquio. Por meio desse documento, identificamos que havia feiras de rua na região noroeste da capital mineira desde 1946. As denominadas “feiras livres”, que resistem até os dias de hoje, incentivam pequenos produtores, comercializam alimentos frescos e atendem à diferentes regiões da cidade. Por essas razões, consideramos que as feiras em logradouros públicos, que passam pela aprovação e fiscalização da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte são fruto de uma política pública efetiva. Além disso, as feiras, como modelo de comércio, sem estrutura fixa em espaços edificadas, inspiraram

programas e projetos similares que foram implantados na capital mineira a partir da criação da Secretaria Municipal de Abastecimento, em 1992.¹⁶⁹

Figura 36 - 20º aniversário das feiras livres do bairro Padre Eustáquio (11 de julho de 1966)



Fonte: APCBH/ ASCOM.

Por fim, é pertinente mencionar a chegada do CEASA como uma política pública nacional que visou a ampliação do acesso de hortifrutigranjeiros, em nível de atacado, não só na capital mineira, mas também nas grandes cidades e metrópoles do Brasil. O objetivo inicial era que as unidades das Centrais de Abastecimento servissem como um local estratégico para que diferentes produtores de frutas, verduras, legumes, hortaliças, ovos, pescados, flores, plantas ornamentais e demais

¹⁶⁹ Pontuaremos alguns desses programas e projetos a seguir, quando tratarmos do contexto de implementação do conceito de segurança alimentar na Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

gêneros, deixassem seus produtos para que a venda acontecesse nas bancas do próprio CEASA, onde seriam comercializados diretamente para os compradores. Como a ideia era que a venda acontecesse em atacado, para que o preço saísse à baixo custo, o perfil dos compradores era de donos de restaurantes, buffets, lanchonetes, supermercados e sacolões. De acordo com os economistas Altivo Roberto Andrade de Almeida Cunha e Walter Belik,

A estrutura atacadista implantada no Brasil foi concebida como uma rede formal, estruturada em protocolos técnicos e de informação para o abastecimento urbano e para a comercialização da produção hortigranjeira nacional. Os integrantes desta rede cumpriam originalmente distintas funções no abastecimento urbano, dadas por sua hierarquia (ou porte) e pelo papel de reunião e expedição da produção local e regional. Neste sentido, o desempenho econômico do segmento atacadista deveria ser avaliado em termos de comportamento sistêmico, e não apenas pelo desempenho individual de seus integrantes.¹⁷⁰

Considerando o caráter econômico dessa política pública, o surgimento das Centrais de Abastecimento se deu, principalmente, como uma alternativa para reduzir o custo de transporte dos alimentos que até então eram realizados à nível de varejo, ou seja, em pouca quantidade, o que encarecia o preço final dos produtos. Com a criação das CEASAs, a logística para a circulação das mercadorias alimentícias foi dinamizada em alguns dos centros urbanos do Brasil. A partir de então, concentravam-se em um local, vários produtos que fazem parte da necessidade básica dos cidadãos. Esse lugar passou a ser referência tanto para os produtores, como destino final de seus produtos, e para os comerciantes que conseguiam adquirir em maior quantidade e variedade diferentes gêneros para consumo ou revenda nas áreas centrais da cidade.

Por meio da lei estadual n. 5577, de 20 de outubro de 1970, foi criada a Central de Abastecimento de Minas Gerais. A unidade do CeasaMinas da Região Metropolitana de Belo Horizonte, foi oficialmente inaugurada em dezembro de 1974 na cidade de Contagem, onde se localiza até os dias atuais. Para nossa pesquisa, o surgimento da CeasaMinas é importante pelo fato de ser um marco para o abastecimento alimentar urbano. Foi a partir dessa iniciativa, que partiu do poder público, que alimentos frescos passaram a chegar com maior velocidade e quantidade aos grandes centros urbanos. No plano estratégico da CeasaMinas, são

¹⁷⁰ BELIK, Walter e CUNHA, Altivo Roberto Andrade de Almeida. *A produção agrícola e a atuação das Centrais de Abastecimento no Brasil*. Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, 19(1): 46-59, 2012.

estabelecidos como valores: “qualidade, segurança alimentar, sustentabilidade, transparência, eficiência, ética e integridade.”¹⁷¹ A trajetória da CeasaMinas como referência para o abastecimento alimentar urbano cabe ser melhor analisada em pesquisas futuras. Principalmente pela relação complexa existente entre o poder público e o privado, uma vez que a empresa se declara como sociedade de economia mista e estadual.¹⁷²

Não identificamos trabalhos acadêmicos, no campo da História, que tenham analisado a unidade localizada na região metropolitana de Belo Horizonte. Nesse sentido, apesar de não nos debruçarmos sobre essa questão em específico, faz-se pertinente levantarmos alguns pontos acerca do funcionamento de seu funcionamento e os reflexos na sociedade. Primeiramente, o que logo nos ocorre é questionar até que ponto o acesso à grande quantidade de produtos disponibilizados no CeasaMinas é, de fato, uma vantagem. Apesar da CeasaMinas se apresentar como uma referência para a solução em abastecimento alimentar urbano, conforme destacado em seu site oficial, há estudos que colocam em xeque a logística de distribuição dos produtos alimentícios. É o caso de um estudo que foi realizado por pesquisadores da economia e que abordaram a falta de investimento do poder público no que se refere à logística para o desenvolvimento do CeasaMinas. Pela falta de subsídio o transporte dos produtos, segundo esse estudo, não estava atendendo as necessidades da época. Com isso,

tais restrições são bastante severas à medida que ficaram evidenciadas em algumas situações de amplo impacto. Numa situação, as carências estão implicando uma certa linearidade dos fretes no mercado, com fortes impactos para cargas de mais baixo valor agregado e de mercado. Mesmo os setores industriais, isto é, sem sazonalidade na produção, são afetados com estes acréscimos de custos. Além disso, as regiões melhor localizadas em termos da logística do agronegócio (tais como proximidade dos portos e de centros consumidores) estão pagando fretes maiores em virtude do saturamento dos sistemas de transporte e não encontram opções de reposicionamento. Como resultado, o produtor perde renda, as grandes empresas perdem competitividade e o consumidor paga mais caro pelos produtos.¹⁷³

¹⁷¹ Disponível em: <<http://www.ceasaminas.com.br/planoestrategicogeral.asp>>. Acesso em 09 de maio de 2020.

¹⁷² Disponível em: <<http://www.ceasaminas.com.br/historicogeral.asp>>. Acesso em: 04 de maio de 2020.

¹⁷³ MARTINS, R. S.; LEMOS, M. B.; CYPRIANO, L. A. Impactos da carência de investimentos na logística pública de transportes para o agronegócio: discussão teórica e evidências para o caso brasileiro. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar. 2005

É importante pontuar que o CeasaMinas foi criado em 1974, naquele período, essa iniciativa foi imprescindível para impulsionar a distribuição de alimentos nas grandes urbes do país. Resistindo até os dias atuais, entendemos que as Centrais de Abastecimento, ainda que sejam em parte compostas pela iniciativa privada, são também políticas pública alimentares. Com o decorrer dos anos, naturalmente, a Ceasa Minas enfrentou desafios e críticas tais como os descritos na citação acima. A partir da década de 1970, Belo Horizonte continuou seu processo de crescimento populacional e esse fator deve ser considerado para analisar a eficácia das políticas públicas alimentares. Isto é, não basta ser desenvolvidas, para ter sustentabilidades elas precisam ser frequentemente adequadas para evitar que fiquem insuficientes. De acordo com estudos voltados para o campo da economia,

em meados dos anos 1980 - ainda sob a regulação do SINAC - passavam pelas CEASAs mais de 8 milhões de toneladas de hortigranjeiros por ano e os atacadistas - que seriam em torno de 14 mil - eram responsáveis por 30% da comercialização da produção brasileira desses alimentos (Araújo, 1986). Apesar de nos anos 1990 e 2000, os volumes de frutas e hortaliças vendidos por empresas atacadistas serem robustos, o setor privado, leia-se redes de supermercado, passou a coordenar a distribuição de hortifruti especificamente para suas lojas e a 'desenvolver' fornecedores exclusivos de hortifruti. A partir da distribuição moderna, os supermercados saíram da esfera local de abastecimento desses alimentos, uma vez que: "expansion efforts to date have been largely intra-regional [...] some chains are starting to move beyond their traditional territory in order to tap new market potential" Silverman e Wasserman (2001, pp. 28-29).¹⁷⁴

Nesse sentido, a trajetória da CeasaMinas cabe ser melhor explorada conforme já assinalamos. Pois, o seu sistema de abastecimento pode ser compreendido tanto pela sua função mercadológica, associada aos interesses privados, quanto pela garantia de gêneros alimentícios enquanto bem comum, que é um dos deveres do poder público. Toda a regulação e plano estratégico para o funcionamento desse equipamento também deve ser responsabilidade do setor público. É através da dinâmica do abastecimento que é possível implementar diretrizes que visam a garantia de qualidade aos produtos comercializados.

É preciso, a partir de agora, analisar como a ampliação de oferta de alimentos, impulsionada pelas políticas públicas alimentares nos entrepostos de

¹⁷⁴ Wegner, R. C., y Belik, W. (2012). Distribuição de hortifruti no Brasil: papel das Centrais de Abastecimento e dos supermercados. Cuadernos de desarrollo rural, 9 (69), 195-220.

grande circulação aqui elencadas, influenciou a criação e utilização do conceito da segurança alimentar. A política de abastecimento da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte absorveu esse conceito no início da década de 1990, quando o Departamento de Abastecimento foi extinto para a criação da Secretaria de Abastecimento. Com isso, é importante identificar quais foram as iniciativas empregadas pelo poder público municipal para garantir a alimentação não só em quantidade, mas em qualidade para o acesso dos habitantes da capital mineira.

3.3 “Abastecimento: a busca da cidadania alimentar”¹⁷⁵

Na gestão do prefeito Patrus Ananias, entre os anos 1993 e 1997, ocorreu a maior mudança que o abastecimento alimentar sofreu na estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. A inserção das discussões acerca do direito à alimentação de qualidade como pauta pública no Brasil aconteceu nesse mesmo contexto. Com isso, é importante delimitar as transformações geradas no âmbito do município. Entretanto faz-se pertinente mencionar, de forma breve, a trajetória da nova perspectiva acerca da alimentação em escala nacional, principalmente, a partir da década de 1990.

Historicamente, podemos afirmar que são recentes as primeiras ações do poder público no que se refere às problemáticas da alimentação no Brasil. Pensar políticas públicas voltadas para o acesso a gêneros alimentícios em quantidade e qualidade suficiente aos habitantes dos grandes centros urbanos. Destaca-se como análise pioneira dessa questão, os estudos do pesquisador Josué de Castro. Sua obra “Geografia da Fome”, publicada em 1953, denunciava a negligência do Estado em torno da fome que, segundo ele, era ocasionada por interesses e preconceitos de ordem moral, política e econômica provenientes da civilização ocidental.¹⁷⁶

Para Castro, a fome não estava na ausência completa de alimentos, mas na permanente falta de elementos nutritivos nos hábitos cotidianos. Tal análise é imprescindível para se pensar o movimento, ou ainda, as transformações da cultura alimentar nas grandes cidades ao longo do século XX. Os estudos de Josué de Castro remontam a realidade da fome no Brasil no início da década de 1950. Importante ressaltar, assim como já indagava o pesquisador, que o que ele mesmo

¹⁷⁵ *Relatório*, 1994, P. 04.

¹⁷⁶ CASTRO, J. *Geografia da Fome*. 4 ed. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1953.

chama de “fome” era latente justo no período em que o Brasil se inseria no processo de desenvolvimento industrial e agrícola. E com isso, passou a incentivar a agricultura e pecuária em escala industrial, principalmente para exportação. Tal diretriz não solucionou o abastecimento alimentar, mas sim impulsionou a economia interna gerando lucro para as grandes produtoras de alimentos a partir da monocultura¹⁷⁷.

Em meados do século XX, logo após a Segunda Guerra Mundial, começou a ser difundido no mundo o termo “segurança alimentar”. De acordo com o economista Renato S. Maluf,

com a traumática experiência da guerra, vivenciada sobretudo na Europa, tornou-se claro que um país poderia dominar o outro controlando seu fornecimento de alimentos. A alimentação seria, assim, uma arma poderosa, principalmente se aplicada por uma potência em um país que não tivesse a capacidade de produzir por conta própria e suficientemente seus alimentos. Portanto, esta questão adquiria um significado de segurança nacional para cada país, apontando para a necessidade de formação de estoques "estratégicos" de alimentos e fortalecendo a ideia de que a soberania de um país dependia de sua capacidade de auto-suprimento de alimentos.¹⁷⁸

A abordagem da garantia do abastecimento como mantenedor da soberania nacional é pertinente de ser aqui abordada, uma vez que foi esse o ponto de partida para que cada nação estabelecesse suas políticas públicas alimentares. Nesse contexto é necessário distinguir dois caminhos de análise no que se refere às diretrizes adotadas no Brasil. Uma possibilidade está na compreensão do fomento à iniciativa privada para impulsionar a produção alimentar por meio da indústria. Com isso, muitas questões podem ser levantadas como por exemplo: quais seriam essas empresas; quais os produtos passaram a ser inseridos no cotidiano dos cidadãos e, em detrimento deles, quais foram impossibilitados de acesso nos grandes centros urbanos; como a mídia influenciou o consumo de alimentos ultra processados; qual o valor do marketing e da publicidade na sociedade e como ele pode interferir nas escolhas do que consumir; o que a ciência da saúde já apurou acerca da mudança de hábitos alimentares com o avanço da indústria alimentícia; enfim, uma série de

178

Disponível

em:

<https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/seguranca+alimentar_000gvxlxe0q02wx7ha0g934vgwlj72d2.pdf>. Acesso em: 28 de maio de 2020.

questões que têm como objetivo analisar o alimento como uma mercadoria e seus reflexos na população consumidora.

Todas essas questões são de extrema relevância para a sociedade contemporânea e temos consciência de que precisam ser melhor exploradas no campo da História da Alimentação. Entretanto, neste trabalho nos atemos à realidade belorizontina. Portanto, o caminho que nos é possível está no levantamento dos programas e projetos que se basearam no conceito da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) a partir da reforma administrativa que ocorreu em 1993 e adequou a capital mineira às novas demandas alimentares daquele período, isto é compreender as ações do poder público municipal acerca do alimento, não como mais uma mercadoria no contexto do sistema capitalista em que nossa sociedade se insere, mas como direito à todo e qualquer cidadão. Nesse sentido,

O direito humano à alimentação adequada está contemplado no artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Sua definição foi ampliada em outros dispositivos do Direito Internacional, como o artigo 11 do Pacto de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e o Comentário Geral nº 12 da Organização das Nações Unidas (ONU). No Brasil, resultante de amplo processo de mobilização social, em 2010 foi aprovada a Emenda Constitucional nº 64, que inclui a alimentação no artigo 6º da Constituição Federal. No entanto, isso não necessariamente significa a garantia da realização desse direito na prática, o que permanece como um desafio a ser enfrentado. O direito humano à alimentação adequada consiste no acesso físico e econômico de todas as pessoas aos alimentos e aos recursos, como emprego ou terra, para garantir esse acesso de modo contínuo. Esse direito inclui a água e as diversas formas de acesso à água na sua compreensão e realização. Ao afirmar que a alimentação deve ser adequada entende-se que ela seja adequada ao contexto e às condições culturais, sociais, econômicas, climáticas e ecológicas de cada pessoa, etnia, cultura ou grupo social.¹⁷⁹

Como salientamos anteriormente, é a partir do crescimento da urbe que é possível perceber as transformações na cultura alimentar dos cidadãos belorizontinos. Pois bem, lembramos que para “sanar” o problema da demanda de abastecimento na cidade, foi criado, em 1948, o Departamento de Abastecimento. Este, cumpriu durante décadas a função de fiscalizar os diferentes entrepostos de gêneros. Entretanto, a extinção desse órgão na Prefeitura Municipal de Belo Horizonte não foi mais uma diretriz política, assim como analisamos nas diversas vezes em que o DA mudou de subordinação no decorrer das gestões municipais.

¹⁷⁹ Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/artigos/2014/direito-humano-a-alimentacao-adequada-e-soberania-alimentar>>. Acesso em: 01 de junho de 2020.

É necessário compreender que, com o passar dos anos, a transformação dos hábitos alimentares afetou muito mais do que o modo de comer e a cultura alimentar dos indivíduos. A relação do homem com os alimentos, distanciada pelo crescimento da indústria alimentícia e pela vida, urbana agitada na contemporaneidade, afetou a saúde das pessoas. Como consequência, aquela “fome” que Josué de Castro se referia, a fome de uma alimentação que conecta o homem à sua identidade cultural e o sacia, não só fisicamente mas mentalmente, tornou-se cada vez mais evidente nos grandes centros urbanos. Longe de ser nossa intenção partir de uma perspectiva romantizada, mas entendemos que a aproximação do homem com sua cultura alimentar mais genuína revela o entendimento ancestral daquilo que o alimenta por completo. Em decorrência de tal tomada de consciência, iniciou-se um longo processo de luta por parte de profissionais técnicos de diferentes áreas do conhecimento, defendendo que a fome precisava ser um problema do Estado. O abastecimento alimentar, necessitava ser fiscalizado não somente pelo viés econômico e social, mas também pelo princípio nutricional considerado saudável para a época respeitando as diferentes culturas alimentares.

A partir dessa nova interpretação do abastecimento que começaram a surgir as primeiras ações por parte do poder público municipal no sentido de vincular a alimentação à saúde, com vistas a criar programas e projetos sustentáveis. Nesse sentido destacamos a criação da Secretaria Municipal de Abastecimento, por meio da lei n. 6352, de 16 de julho de 1993, extinguindo definitivamente o Departamento de Abastecimento da estrutura organizacional do município. A partir de então, foram estabelecidas como competências do órgão responsável pelo abastecimento da capital mineira:

- I - coordenar a execução das atividades administrativas e financeiras da Secretaria;
 - II - planejar e coordenar as ações de credenciamento, fiscalização e administração dos equipamentos e programas que integram o sistema municipal de abastecimento;
 - III - planejar e coordenar as ações sociais de abastecimento alimentar de combate à fome, inclusive fornecendo informações e orientações à população a fim de ampliar seu conhecimento a respeito de mercado, acompanhamento de preços e valor nutricional dos alimentos;
 - IV - planejar e coordenar as ações de organização e incentivo à produção de alimentos básicos.
 - V - Coordenar o atendimento ao educando nos aspectos de merenda escolar.
- Inciso V acrescentado pela Lei nº 6.740, de 17/10/1994 (Art. 2º)¹⁸⁰

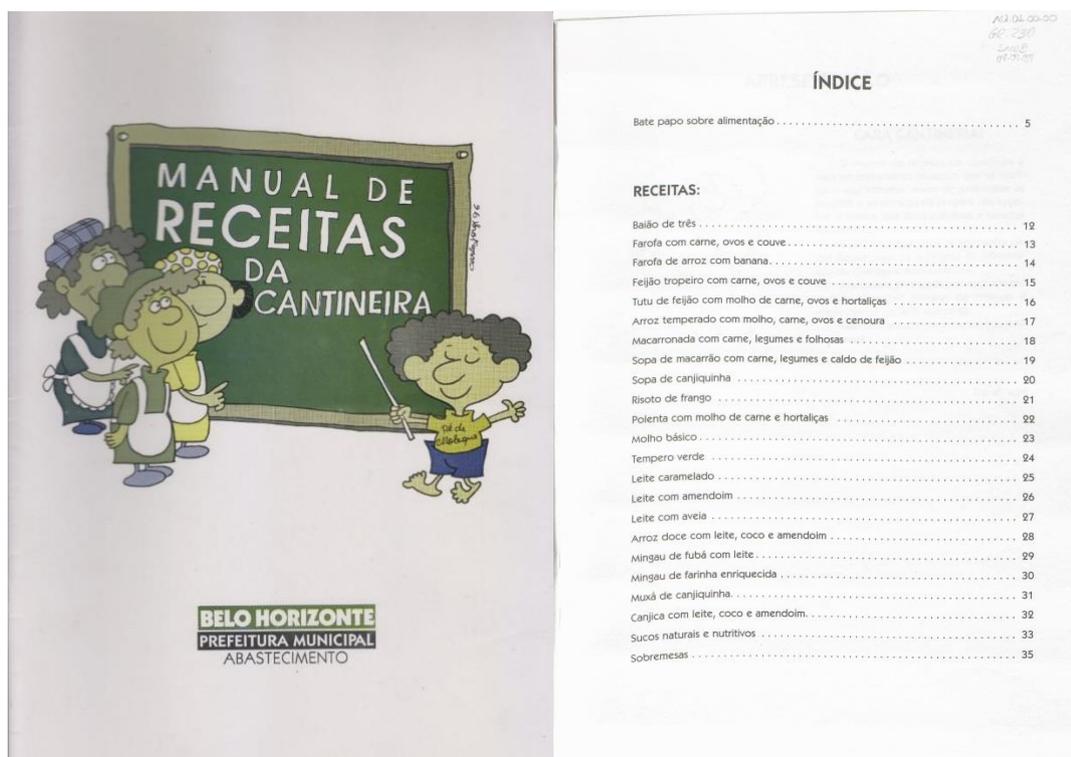
¹⁸⁰ Artigo 16 da lei n. 6352, de 16 de junho de 1993.

Para além da demanda de controle de quantidade de alimentos acessíveis à população, percebemos que a criação da Secretaria, fez com que o abastecimento fosse tratado de forma mais assistencialista. Ou seja, ainda que mantivessem as funções de fiscalização de gêneros comercializados nos pontos comerciais da cidade públicos e privados, houve maior engajamento no sentido de criar e aprimorar as políticas públicas alimentares voltadas para ações e projetos sociais.

Uma das novas prioridades foi incorporar a merenda escolar como frente de trabalho do poder público municipal. Com isso, a Secretaria Municipal de Abastecimento passou a ser responsável não só pela fiscalização do mercado de alimentos, mas também pelo valor nutricional da alimentação distribuída nas escolas públicas do município. A imagem abaixo (37) é um manual produzido pela Secretaria de Abastecimento com o objetivo de auxiliar as cantineiras das escolas públicas municipais a preparar refeições adequadas aos princípios nutricionais da época. Apesar do documento não constar a data exata de publicação, podemos afirmar que esse material foi produzido na gestão do prefeito Patrus Ananias, portanto nos anos iniciais da criação da Secretaria Municipal de Abastecimento.

Tal iniciativa é imprescindível para refletir acerca da função social da educação, principalmente quando a alimentação passa a ser um direito do cidadão devidamente matriculado na escola. A relação da escola, como instituição pública, é tema bastante analisado pela História da Educação. Entretanto, destacamos aqui a necessidade de desenvolver pesquisas que analisem a trajetória da alimentação escolar não só em Belo Horizonte mas no Brasil. Não é nosso objetivo nesta pesquisa compreender tal questão, entretanto não podemos nos furtar de registrar a potencialidade dessa temática, principalmente para o campo da História da Alimentação.

Figura 37 - Manual de receitas da cantineira (s/d)



Fonte: APCBH/ SMASAN.

Além do “Manual de receitas da cantineira”, também foram produzidos informativos em diferentes formatos, todos com o objetivo de oferecer aos cidadãos alternativas alimentares consideradas saudáveis para a época. O cuidado com a alimentação escolar por parte de profissionais da Nutrição é relativamente novo se considerarmos a trajetória da escola e da educação como responsabilidade pública municipal. Incorporar a alimentação às demandas inerentes à educação pública foi uma inovação que ocorreu em Belo Horizonte a partir da existência da Secretaria Municipal de Abastecimento.

Ao analisarmos a documentação da Secretaria Municipal de Abastecimento que se encontra disponível para acesso no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, percebemos que há algumas características que marcam sua época e por isso merecem ser aqui citadas. A primeira delas é a quantidade de material gráfico como folders, panfletos e publicações diversas que foram produzidas oficialmente para divulgar programas e projetos acerca da alimentação no município. Para cada ação desse órgão, é possível encontrar algum material que foi distribuído à sociedade explicando o respectivo funcionamento. Além do manual das cantineiras, há outros como o projeto “Pró-Pomar”, fruto de uma parceria da Secretaria Municipal

de Abastecimento com a Superintendência de Limpeza Urbana (SLU) e com a Fundação Zoobotânica. A imagem abaixo (38) é a capa de um folder que contém breve explicação do projeto e seu objetivo de incentivar a população a cultivar plantas alimentícias em suas residências.

Figura 38 - Folder Pró-Pomar (1997).

61-280
08/09/97

PRÓ-POMAR

UM PROJETO QUE DÁ FRUTOS



O que você acha de ter no quintal da sua casa uma árvore cujos frutos possam alimentar você e sua família?

Esse é o objetivo do Pró-Pomar, um projeto da Prefeitura de Belo Horizonte que, através da Secretaria Municipal de Abastecimento, fornece mudas de pequeno e médio portes e incentiva a formação de pomares caseiros. O projeto tem o apoio da Superintendência de Limpeza Urbana (SLU) e da Fundação Zoobotânica.

Você está recebendo uma muda de laranja. Uma fruta rica em vitamina C e outros nutrientes importantes para a saúde, que vai complementar a sua alimentação e de sua família. Para garantir o crescimento saudável desta muda, leia as explicações deste folheto. Aqui você vai saber como plantar e cuidar de sua muda e dos seus frutos.

Maiores informações pelos telefones 277 - 4782 e 277 - 4779

Fonte: APCBH/ SMASAN.

Outro programa divulgado por meio de folder e registros fotográficos foi o projeto “ABasteCer”. Apesar de não ter sido criado na gestão do prefeito Patrus Ananias, foi a partir da década de 1990 que ele se ampliou e passou a contar com mais unidades na cidade. A imagem abaixo (39) refere-se à inauguração de uma delas que estava sob administração da Regional Norte. Tal iniciativa tinha como princípio oferecer à população produtos – verduras, legumes, frutas, biscoitos e café - com preços abaixo do mercado, afim de que fosse “democratizado o acesso à alimentos saudáveis.”¹⁸¹

Figura 39 - Inauguração do Posto ABasteCer – Avenida Saramenha com Cristiano Machado (1994)



Fonte: APCBH/ ASCOM.

Por fim, apresentamos um fragmento do informativo abaixo, imagem (40), que condensa as frentes de trabalho da Secretaria Municipal de Abastecimento, bem como apresenta argumentos para ações futuras. O que nos chamou a atenção foi o mapa, indicando os principais projetos ativos e onde poderiam ser localizados na

¹⁸¹ Folder: Roteiro do Abastecer. GR 230/ SMASAN, 08/07/1997.

cidade. No interior da peça gráfica, há também breve explicação dos projetos e ações realizados pela Secretaria no decorrer da primeira gestão. São eles: prevenção e combate à desnutrição; apoio a entidades assistenciais; educação para o consumo; centro de vivência agroecológica; merenda escolar; hortas comunitárias; comboio do trabalhador; programa ABC; mercados distritais; feira fixa do bairro São Paulo; feiras-livres; cooperativas de produtores agrícolas; restaurante popular; cooperativas de consumo e campanha da safra. Muitos deles iniciaram suas atividades antes da década de 1990, inclusive já foram analisados nos capítulos anteriores desta pesquisa. Entretanto se mantiveram ao longo dos anos devido a sua relevância como políticas públicas alimentares.

Figura 40 - Programa Municipal de Abastecimento e Segurança Alimentar (1997)



Fonte: APCBH/ SMASAN.

Por meio desse documento, bem como dos relatórios anuais do prefeito Patrus Ananias, identificamos outra característica dessa gestão, a narrativa de que o direito à alimentação é intrínseco ao direito à vida e que cabia ao governo assumir a responsabilidade de impedir que a fome assolasse a cidade. Com isso, percebemos uma tendência de gestão mais humanizada e menos burocrática no que tange ao abastecimento alimentar na cidade. Devemos considerar que essa diretriz é também uma característica da época, inclusive pelo fato de imergir no âmbito público o princípio da Segurança Alimentar e Nutricional. Entretanto, desde a segunda metade

do século XX, a alimentação como direito humano já era questão levantada internacionalmente, haja vista a criação da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).¹⁸² Com isso, queremos dizer que foi na gestão de 1993 a 1997 que a Prefeitura de Belo Horizonte passou a assumir um discurso, bem como maior engajamento no desenvolvimento de ações realizadas em parceria com entidades civis. De acordo com Maria Regina Nabuco,¹⁸³

todas as pessoas tem direito a uma alimentação adequada às suas necessidades. Isto significa cidadania alimentar. Este direito se torna mais urgente no caso da população que não tem acesso ao mercado de alimentos, seja por baixos salários, desemprego, ou por condições mínimas de sobrevivência. Em Belo Horizonte, cerca de 350 mil pessoas, quase 20% da população, total estão nessa situação. Diante disso, o setor público precisa promover ações que assegurem à população alimentos de melhor qualidade e mais baratos. Este é o objetivo primordial da Secretaria Municipal de Abastecimento (SMAB): garantir a cidadania alimentar daqueles que estão excluídos do mercado de alimentos.¹⁸⁴

Dessa forma, compreendemos que as grandes transformações que a causa do abastecimento alimentar sofreu a partir da criação da Secretaria Municipal de Abastecimento foram, principalmente, duas. A primeira foi a ampliação do órgão, ou seja, na hierarquia pública, uma secretaria é de maior complexidade e amplitude de ações que um departamento. Inclusive, departamentos são vinculados a secretarias. Este primeiro ponto é de simples identificação por ser, a princípio, uma questão burocrática. Entretanto, na medida em que o órgão se ampliou, maiores foram suas

¹⁸² “A FAO está presente no Brasil desde 1949, apenas quatro anos após a criação da Organização. Durante esse período o país passou por grandes transformações sociais e políticas, aprofundadas nos últimos anos que tornaram o Brasil um exemplo de sucesso no combate à fome e à miséria. É inegável a contribuição da FAO para o sucesso brasileiro. Desde 1973, o escritório de representação no Brasil está localizado na capital federal, Brasília, dentro do campus do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), órgão ligado ao Ministério da Agricultura. Cerca de 30 pessoas compõem a equipe da FAO, a qual está organizada em gabinete do representante, unidade de programas e unidade de administração.” Disponível em: <<http://www.fao.org/brasil/fao-no-brasil/pt/>>. Acesso em: 15 de junho de 2020.

¹⁸³ Maria Regina Nabuco teve papel determinante no processo de desenvolvimento das políticas públicas alimentares em Belo Horizonte. Além de sua longa trajetória acadêmica como economista formada pela Faculdade de Ciências Econômicas (Face), foi professora do Departamento de Ciência Política e do Departamento de Ciências Econômicas. Pertenceu também aos quadros da PUC-MG, onde lecionava no curso de pós-graduação em Ciências Sociais. Ocupou o cargo público de primeira Secretária do Abastecimento municipal durante a gestão do prefeito Patrus Ananias (1993 – 1997). Até sua morte, aos 62 anos de idade em 29 de dezembro de 2004, ocupava a presidência do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e a coordenação do Núcleo de Instituições Públicas Federais em Minas Gerais. Na administração pública, contam-se entre suas realizações a amplificação do programa de abastecimento popular (rede ABC), dos restaurantes populares de Belo Horizonte e do programa Direto da Roça. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/online/arquivos/001165.shtml>>. Acesso em: 17 de junho de 2020.

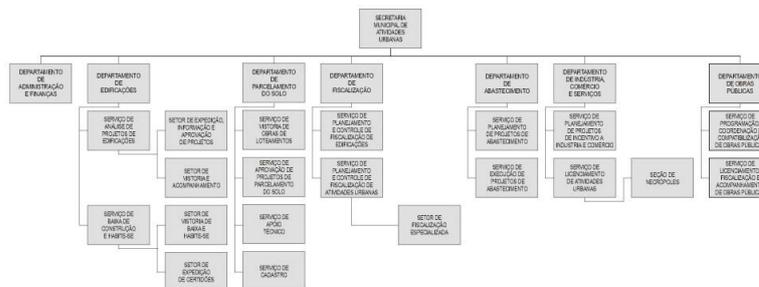
¹⁸⁴ Cidadania Alimentar: Programa Municipal de Abastecimento e Segurança Alimentar – Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. GR 230. APCBH/ SMASAN

competências, mais profissionais passaram a atuar em um número crescente de programas e projetos voltados para a alimentação no município. Abaixo, podemos comparar a estrutura administrativa do Departamento de Abastecimento quando estava vinculado à Secretaria Municipal de Atividades Urbanas com a Secretaria Municipal de Abastecimento. Percebemos, dessa forma, como tal mudança foi impactante para o abastecimento alimentar em Belo Horizonte.

Gráfico 1 - Evolução da Estrutura Administrativa de Belo Horizonte (1989-1992)

EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA PREFEITURA DE BELO HORIZONTE

PERÍODO: 18/12/1989 a 31/12/1992 - ADMINISTRAÇÃO DIRETA - SECRETARIA MUNICIPAL DE ATIVIDADES URBANAS

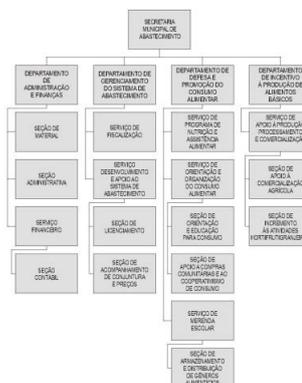


Fonte: PBH. In: <<http://www.pbh.gov.br/evolucaodaestrutura/organogramas.htm>>.

Gráfico 2 - Evolução da Estrutura Administrativa de Belo Horizonte (1993-1996)

EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA PREFEITURA DE BELO HORIZONTE

PERÍODO: 01/01/1993 A 31/12/1996 - ADMINISTRAÇÃO DIRETA - SECRETARIA MUNICIPAL DE ABASTECIMENTO



Fonte: PBH. In: <<http://www.pbh.gov.br/evolucaodaestrutura/organogramas.htm>>.

A segunda transformação está no perfil de atuação do poder público. A partir de 1993, a Prefeitura de Belo Horizonte aderiu à tendência de priorizar as políticas públicas alimentares voltadas, principalmente, para a população mais pobre. É importante destacar que essa pauta não foi inédita na trajetória da PBH, todavia, foi a partir da ampliação do órgão responsável pelo abastecimento alimentar no município, que o mesmo adquiriu mais autonomia e recursos financeiros para executar programas e projetos idealizados desde outras gestões, bem como ter condições para instituir outros novos.

Por fim, compreendemos que na primeira gestão da Secretaria Municipal de Abastecimento, cada um dos projetos que citamos têm potencialidade para ser analisados individualmente. Por exemplo, investigar sua sustentabilidade, seu alcance social, enfim, sua relevância econômica, social e cultural. Mas para nossa pesquisa, identificar a trajetória do abastecimento alimentar na estrutura organizacional da PBH, pontuando as principais ações de cada prefeito no que se refere à nossa temática, foi o trabalho possível neste momento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para esta dissertação, buscamos analisar o abastecimento alimentar como responsabilidade da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Em primeiro momento, interessou-nos compreender a trajetória do Departamento de Abastecimento, que se iniciou no ano de 1948 e finalizou em 1992. Este, foi o primeiro órgão criado para administrar, em específico, a dinâmica entre produtores, comerciantes e consumidores de gêneros de primeira necessidade. Tal recorte, a princípio, já se mostrava potente para identificar diretrizes políticas no decorrer de diferentes gestões municipais. Entretanto, ao longo da pesquisa, as fontes mostraram que a alimentação, como responsabilidade pública, era pauta desde a constituição da nova capital mineira, o que permanece até os dias atuais. Diante desta evidência, não nos hesitamos em ampliar nosso recorte temporal para identificar o lugar que o abastecimento alimentar ocupou na história administrativa de Belo Horizonte.

A *Coleção Relatórios Anuais de Atividades da Prefeitura de Belo Horizonte (1899 - 2005)*, foi a fonte que orientou todo o processo desta pesquisa. Por isso, analisar cada um dos volumes que compõem este acervo foi a escolha metodológica possível para identificar como o abastecimento alimentar foi tratado pelos gestores públicos ano após ano. Além dos relatórios, nossa pesquisa se estendeu para demais fundos documentais correlatos, como os registros fotográficos que foram produzidos pela Assessoria de Comunicação do Município e os materiais gráficos que são documentos recolhidos provenientes da Secretaria Municipal de Abastecimento. Todas as fontes consultadas se encontram sob a guarda do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. Tal caminho nos possibilitou compreender não só as relações complexas que envolvem o consumo de alimentos, mas também delimitar contextos políticos que influenciaram nas transformações da cultura alimentar dos belorizontinos. Realizamos uma pesquisa exaustiva nessas fontes para identificar a trajetória que o abastecimento alimentar percorreu na estrutura organizacional da PBH. Com isso, consideramos que é pertinente exaltar a relevância desse tipo de documento para o desenvolvimento de pesquisas historiográficas.

Trabalhar com documentação arquivística produzida pelo poder público, seja ele legislativo ou executivo, e que passou por critérios técnicos e legais para sua guarda permanente em um arquivo é imprescindível para o desenvolvimento de

pesquisas que têm a cidade como objeto de estudo. Não somente acerca da alimentação, mas todas as demandas inerentes à vivência na urbe, passam, de forma direta ou indireta, pela burocracia pública. Nesse sentido, os arquivos públicos, dentre outras competências, guardam a memória de suas cidades e por essa razão são os lugares onde os historiadores devem se debruçar na busca de tecer as tramas da pesquisa histórica. É pertinente afirmar que esta é uma rica possibilidade, no campo da História.

Apesar de não ser nosso caso, é necessário dizer que há outras maneiras de ter acesso à fontes, como é o caso da história oral com sua metodologia específica para produzir entrevistas documentos para análise em trabalhos acadêmicos. Em muitos momentos desta pesquisa, inclusive, apontamos questões que podem ser melhor exploradas em pesquisas futuras e que a realização de entrevistas seria uma possibilidade. Como exemplo, citamos a trajetória dos mercados distritais de Belo Horizonte. Elencamos, no terceiro capítulo, um breve histórico de cada um deles como equipamentos públicos de abastecimento. Porém, esses mercados podem ser melhor analisados como espaços de memória do bairro ou região em que cada um se insere, não somente pela perspectiva da gestão pública, conforme realizamos, mas também pela ótica da sociedade civil que frequentava e ainda frequenta tais equipamentos. No caso desta dissertação, optamos por narrar o histórico dos mercados seguindo as determinações do poder público tanto para a criação quanto para o fechamento, ou ainda pela manutenção do espaço físico e promoção de transformações na sua função originária.

Compreender os contextos para a execução do trâmite burocrático no processo de criação de legislações e também para o desenvolvimento de políticas públicas foi essencial para nossa pesquisa. Entretanto, foi necessário não perder de vista as perspectivas sociais e culturais das diretrizes políticas para o abastecimento alimentar. É justamente por considerar as diversas dimensões do modo de vida das pessoas em seus respectivos territórios que foram criados conceitos como a *segurança alimentar e nutricional* (SAN), um objetivo de política pública. “Seu significado pode variar conforme as circunstâncias históricas e a forma como governos, organizações, agentes econômicos ou setores sociais se apropriam desse objetivo.”¹⁸⁵ Por meio desta pesquisa, entendemos que a perspectiva sistêmica da

¹⁸⁵ BURLANDY, Luciene. MAGALHÃES, Rosana. ROCHA, Cecília. *Segurança Alimentar e Nutricional: perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013, P. 21.

segurança alimentar e nutricional foi inserida como pauta na gestão pública nacional recentemente. Com isso, consideramos essa nova diretriz para o abastecimento um marco importante que pode ser melhor explorado nos âmbitos municipal, estadual e nacional.

Sobre a História da Alimentação no Brasil, consideramos que os documentos arquivísticos produzidos a partir do século XX são muito pouco analisados. Por essa razão, buscamos nesta dissertação, trabalhar com a maior diversidade de documentação arquivística possível respeitando a pertinência ao nosso tema e ao espaço de análise escolhido. Nesse sentido, entendemos que o diálogo com outras áreas do conhecimento foi uma importante estratégia aqui adotada para compreender questões e conceitos complexos, como foi o caso das políticas públicas. Sem as perspectivas da Sociologia, da Economia, do Direito e da Gestão Pública, muito precária seria nossa compreensão da máquina pública e sua relação com a iniciativa privada para desenvolver as políticas públicas alimentares nas diversas gestões da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, desde o momento de sua concepção até a reforma administrativa de 1993.

Estudar a alimentação é literalmente uma tarefa apetitosa. Porém, alguns desafios permearam nossa pesquisa. O mais significativo deles foi o entendimento dos múltiplos caminhos que a alimentação como tema pode ofertar. Embora pareça simples, chegar à esta conclusão e ter que lidar com ela durante todo o desenvolvimento deste trabalho foi, por vezes, complexo. Ao escolhermos trabalhar com fontes oficiais, nos distanciamos de um olhar mais apurado no que se refere a cultura alimentar dos belorizontinos. Logo no início desta pesquisa, como não identificamos nenhum trabalho acadêmico que tenha traçado a trajetória legal do abastecimento alimentar em Belo Horizonte, decidimos fazê-lo. Portanto, desenvolvemos até aqui, um estudo que se insere na História da Alimentação e trata das diretrizes que o poder público local definiu para o abastecimento urbano.

Entendemos como processos distintos para análise a dinâmica do abastecimento alimentar na cidade e a construção ou desconstrução de sua cultura alimentar, ou seja, uma possibilidade era compreender os processos da produção, comercialização e poder de compra, tudo isso promovido ou fiscalizado pelo poder público. Outra alternativa seria analisar a cultura alimentar belorizontina em diálogo

com conceitos como o “gosto”, por exemplo. Neste último caso nossa análise estaria direcionada ao modo de preparo de pratos que marcam a identidade da alimentação belorizontina. Diante de ambas possibilidades, fizemos nossa escolha considerando os limites de uma dissertação, no entanto ela não nos impediu de atentar para questões sociais e culturais que estão intrínsecas à dinâmica do viver e comer na cidade.

A relevância social deste trabalho está no entendimento de que o poder público não é soberano à cultura alimentar da sociedade. Ao longo da história administrativa da capital mineira, embora a Prefeitura tenha tentado controlar a produção e o comércio de gêneros alimentícios em perímetro urbano, foi a sociedade quem protagonizou tal dinâmica, simplesmente pelo fato de que são os habitantes que consomem ou deixam de consumir os alimentos acessíveis. Nesse sentido, embora Belo Horizonte tenha nascido para ser a cidade moderna e republicana, com ideais e políticas higienistas, como analisamos no primeiro capítulo, os hábitos de consumo de alimentos de sua população não se transformaram exclusivamente em decorrência da legislação pertinente ao abastecimento, mas sim no tempo e necessidade dos indivíduos ao longo dos anos.

Como exemplo dessas transformações, citamos as feiras que sempre existiram nas ruas de Belo Horizonte. Em alguns momentos, prefeitos tentaram impedir e até migrar algumas feiras – livres para edificações fechadas. Porém, esse modelo de comércio a céu aberto resiste na cidade como um modo de adquirir gêneros. Entendemos que esta é uma preferência de parcela considerável da população, o que é suficiente para manter esse tipo de comércio resistente na história da cidade. Todavia, essa questão é mais complexa e as feiras devem ser compreendidas como uma forma possível de o pequeno produtor de alimentos que não tem seu ponto fixo de comércio – porque tem custo elevado – e que não quer ter seu produto pouco valorizado pelo comerciante instalado, tem de dar sustentabilidade à sua produção.

Por fim, gostaríamos de registrar algumas considerações que o exercício desta pesquisa histórica nos proporcionou. Retomando ao que nos motivou a estudar e escrever sobre a alimentação, foi importante compreender qual o espaço social alimentar dos moradores de Belo Horizonte, ou seja, as políticas públicas empreendidas pela Prefeitura não deram conta de contemplar a diversidade social da população. Mesmo a partir da criação da Secretaria Municipal de Abastecimento,

quando houve maior empenho em beneficiar os mais pobres, a alimentação foi tratada com caráter assistencialista, isto é, como um favor do poder público aos que não tinham condições de se alimentar de acordo com os parâmetros nutricionais saudáveis para a época. Embora Belo Horizonte estivesse inserida na busca pela cidadania alimentar, que significa justamente desenvolver ações para ampliar o acesso aos alimentos in natura, a alimentação como direito social só foi estabelecida por lei no Brasil no ano de 2010. A partir de um longo processo de mobilização social, foi aprovada a Emenda Constitucional n. 64, que incluiu a alimentação no artigo 6 da Constituição Federal. Historicamente, é extremamente recente a legalização de uma necessidade inerente à sobrevivência de qualquer ser vivo. Contudo, sua inserção por lei não assegura tal direito à todos os cidadãos. Identificar os trâmites legais que regem o acesso de alimentos é imprescindível para compreender quem se alimenta o quê e porquê.

O contrário do comer é a fome e falar desta dicotomia é uma questão complexa. Matar a fome de maneira dignificada é conectar-se com sua cultura alimentar. Infelizmente, muitas vezes isso não é possível para grande parcela da população que vive nas grandes cidades, como Belo Horizonte. Comer na cidade, principalmente a partir da década de 1960, quando houve intenso incentivo por parte do poder público no desenvolvimento da indústria alimentícia, dificultou, entre tantos outros fatores, a noção dos alimentos próprios de cada época do ano. Entendemos que tal diretriz, proveniente do âmbito federal, distanciou a população do processo de produção dos alimentos, o que elevou a perda da qualidade nutricional das refeições na contemporaneidade.

Este trabalho é um ponto de partida para se pensar o viver e o comer na cidade. Esperamos, que a partir dele outras abordagens acerca da alimentação sejam desenvolvidas no campo da história. Refletir sobre o que, como e onde comemos é buscar nossa identidade e garantir saciedade física e afetiva. Alimentar é intrínseco ao viver. Estar atento ao modo como o poder público lidou e lida com tal responsabilidade, é um direito dos cidadãos para que tenham consciência de seus limites no poder de escolha diária das refeições.

Ao finalizar esta pesquisa, compreendemos que, na questão do abastecimento alimentar da população, há um envolvimento da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte diferenciado em cada tempo. Ele se configura em ações, legislações e criações de espaços, no sentido de dar atenção às demandas

populacionais por alimentos, ao atendimento de concepções políticas referentes ao sentido do que é responsabilidade pública e do que é função do poder municipal. Esse envolvimento, sobretudo, está conectado e atento ao crescimento populacional da cidade e à diversificação de seu espaço urbano, além, é claro, de atender aos interesses políticos e empresariais envolvidos.

REFERÊNCIAS

Fontes

ACERVO fotográfico do Fundo Assessoria de Comunicação do Município (ASCOM). Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.

AZEVEDO, Celso Mello de. Reorganização Administrativa. In: PBH. Relatório, Belo Horizonte, 1956, p. 31-36.

BELO HORIZONTE. *Decreto-Lei 209* de 11 de novembro de 1947. Organiza os serviços da Prefeitura de Belo Horizonte

BELO HORIZONTE. *Lei n° 51* de 21 de novembro de 1948. Dispõe sobre a reforma dos serviços da Prefeitura.

BELO HORIZONTE. *Lei n° 333* de 23 de maio de 1953. Dispõe sobre a organização administrativa da prefeitura de Belo Horizonte e dá outras providências.

BELO HORIZONTE. *Lei n° 721* de 13 de junho de 1958. Dispõe sobre matadouros de aves e pequenos animais, entrepostos de alimentos, feiras permanentes, mercados e super-mercados.

BELO HORIZONTE. *Lei n° 5.282* de 03 de outubro de 1988. Transforma a Secretaria Municipal de Assuntos Especiais em Secretaria Municipal de Bem-Estar Social, dispõe sobre a estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e dá outras providências.

BELO HORIZONTE. *Lei n° 5.562* de 31 de maio de 1989. Dispõe sobre a estrutura organizacional da administração direta da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e dá outras providências.

BELO HORIZONTE. *Decreto n° 06* de 18 de fevereiro de 1948. Estabelece zonas e distritos de fiscalização de rendas.

BELO HORIZONTE. *Decreto n° 125* de 02 de outubro de 1951. Abre crédito especial.

BELO HORIZONTE. *Decreto n° 1562* de 28 de setembro de 1967. Dá início à reforma administrativa determinada pela Lei n° 1.379, de 7 de julho de 1967.

BELO HORIZONTE. *Decreto n° 1.598* de 29 de dezembro de 1967. Estabelece a estrutura da Administração Municipal de Belo Horizonte e dá outras providências.

BELO HORIZONTE. *Decreto n° 1.609* de 31 de janeiro de 1968. Fixa classificação e nomenclatura das secções da estrutura municipal.

BELO HORIZONTE. *Decreto n° 4.489* de 13 de julho 1983. Dispõe sobre a organização administrativa da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e dá outras providências.

BIBLIOTECA Digital. *Senado Federal*. Institucional. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/>>.

BICALHO, Francisco de Paula. Relatório da Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras, 1896. In: BARRETO, A. *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva: história antiga e história média*. Belo Horizonte: FJP/CEHC, 1995.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Belo Horizonte e o Comércio: 100 anos de História*, 1997.

MINAS GERAIS. *Decreto nº. 1.358*, de 6 de fevereiro de 1900. Aprova o regulamento que cria uma Seção de Higiene na Prefeitura da Cidade de Minas.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Fazenda: 100 anos de História. *Dossiê: Agência de Investigação Histórica*, Belo Horizonte, 1991, 108p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. *Dossiê de Tombamento do Acervo da Comissão Construtora da Nova Capital*. Belo Horizonte, 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. Evolução da Estrutura Administrativa da Prefeitura de Belo Horizonte (1894-2000). Disponível em: <http://www.pbh.gov.br/evolucaodaestrutura/organogramas.htm#pbh_II_20>.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. Coleção Relatórios Anuais de Atividades da Prefeitura de Belo Horizonte (1899-2005). *Relatórios de prefeitos das gestões que compreendem os anos de 1948 a 1992*.

Projeto de Lei nº. 54, de 22 de novembro de 1948. CMBH/ APCBH.

SILVA, Suely Braga da. *O Brasil de JK > 50 anos em 5: o Plano de Metas*. CPDOC | FGV • Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/PlanodeMetas>>.

Bibliografia

AGUIAR, Tito Flávio Rodrigues de. *Vastos subúrbios da nova capital: formação de espaços urbanos na primeira periferia de Belo Horizonte*. 2006. 445f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais.

ARANTES, Antonio A. A guerra dos lugares: sobre fronteiras simbólicas e liminaridades no espaço urbano. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 23, p.191-203, 1994.

ARAÚJO, Cícero. "República e Democracia". *Lua Nova: Revista de cultura política*, n. 51, 2000.

ARENDDT, Hannah. *A Condição Humana*. Tradução de Roberto Raposo. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

ARMNESTO, Felipe Fernandez. *Comida: uma história*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

BARBOSA, D. H. D. Desenvolvimento Econômico e Pensamento Desenvolvimentista: o caso de Minas Gerais (1933-1968). In: Encontro de Pós-Graduandos da FFLCH/USP, 4., 2009, São Paulo. *Anais do IV Encontro de Pós-Graduandos da FFLCH/USP*: São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.

BARRETO, A. *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva: história antiga e história média*. Belo Horizonte: FJP/CEHC, 1995, p.430-432. 2v.

BARROS, José D'Assunção. *O campo da História: especialidades e abordagens*. 5. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BARROS, Lúcio Alves de; GARCIA, Gisela Resende; GONÇALVES, José Neto et al. *Glossário de Administração Pública*, Belo Horizonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 2000. p.10.

BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In BECK, Ulrich, GIDDENS, Anthony e LASH, Scott. *Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*: São Paulo: Editora Unesp, 2012.

BELIK, Walter e CUNHA, Altivo Roberto Andrade de Almeida. *A produção agrícola e a atuação das Centrais de Abastecimento no Brasil*. Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, 19(1): 46-59, 2012.

BURLANDY, Luciene. MAGALHÃES, Rosana. ROCHA, Cecília. *Segurança Alimentar e Nutricional: perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.

BOSCHI, Caio C. *Por que estudar História?* Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2019.

BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. *As Cidades da Cidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG; IEAT, 2006.

BUENO, Clodoaldo. Alinhamento e desenvolvimento associado (1946-1961). In CERVO, Amado Luiz e BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 3ª edição ampliada, Brasília: UNB, 2008.

BURKE, Peter. *Testemunha ocular: o uso de imagens como evidência histórica*. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

CALVO, Julia. Belo Horizonte das primeiras décadas do século XX: entre a cidade da imaginação à cidade das múltiplas realidades. In: *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 14, n.21, 2º sem. 2013.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *A História do Abastecimento e a Historiografia Brasileira*. Rio de Janeiro: UFF, 2006. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/polis>>. Acesso em: 26 jun. 2018.

CARRARA, Ângelo Alves. *Padrões de existência, Regime alimentar e movimento de preços numa sociedade em transição: Minas Gerais, 1750-1900*. In: *VARIA HISTÓRIA*, Belo Horizonte, n. 23, julho de 2000, p.131-153.

CASTELO BRANCO, R. A evolução econômica do Brasil e a contribuição da propaganda. In: CASTELO BRANCO, R. MARTENSEN, R. L., REIS, F. *História da propaganda no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1990, p. 71-72.

CASTRO, J. *Geografia da Fome*. 4 ed. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1953.

CEASA MINAS. Disponível em: <<http://www.ceasaminas.com.br>>. Acesso em: 12 de set. 2016.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 2012.

CERVO, Amado Luiz. *Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Saraiva, 2008.

COELHO, et al. *A política de abastecimento alimentar da prefeitura municipal de Belo Horizonte*. Relatório de pesquisa. IUPERJ/UFMG/IDRC, 1996.

DAMMATA, Roberto. *O que faz o Brasil Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1984.

DULCI, Otávio. João Pinheiro e as origens do desenvolvimento mineiro. In: GOMES, Ângela de Castro (org.), *Minas e os fundamentos do Brasil moderno*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

DUTRA, Eliana de Freitas. *BH Horizontes Históricos*. Belo Horizonte: C/Arte, 1996.

EAKIN, Marshall C. *Tropical Capitalism: The Industrialization of Belo Horizonte, Brazil*. New York: Palgrave, 2001.

FAUSTO, Boris. A vida política. In: GOMES, Ângela de Castro (Direção). *História do Brasil Nação: 1808 - 2010*. Objetiva: Rio de Janeiro. 2013. v. 4. p. 91-141.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Orgs.) *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática*. 2 ed - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FLADRIN, J. L.; MONTANARI, M. *História da Alimentação*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

FONSECA, Rinaldo. A política agrícola nos países desenvolvidos. In: Ramos, P; Reydon (Orgs.). *Agropecuária e agroindústria no Brasil: ajuste, situação atual e perspectivas*. Campinas: ABRA, 1995.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 13ª ed. Rio de Janeiro. Ed.Graal, 1998.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Comercialização e abastecimento de Hortifrutigranjeiros na RMBH*. Belo Horizonte, 1994.

GARCIA, Rosa. Representações Sociais da comida no meio urbano: algumas considerações para o estudo dos aspectos simbólicos da alimentação. *Cadernos de debate*. Campinas: NEPA/UNICAMP, anoll, nº 2, 1994.

GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Minas e os fundamentos do Brasil moderno*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

GRAZIANO DA SILVA. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas, SP. Ed. UNICAMP/IE, 1996.

GREEN, R. (2003) *Mercados mayoristas: el inicio de una nueva era?* Distribucion y consumo. Mercasa, nov. dec. 2003. Madrid. ES.

HAESBAERT, Rogério. *Territórios Alternativos*. 2. Edição. São Paulo: Contexto, 2006.

HIRSCHIMAN, Albert O., *A Retórica da Intransigência: perversidade, futilidade e ameaça*. Tradução: Tomás Rosa Bueno – São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

HOMEM DE MELLO. *A questão da produção e do abastecimento alimentar no Brasil*. Brasília: IPEA/IPLAN, 1988.

IANNI, Otávio. *Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)*. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

JULIÃO, Leticia. *Sensibilidades e representações urbanas na transferência da Capital de Minas Gerais*. In: História (São Paulo) v.30, n.1, jan/jun 2011, p. 114-147.

JUNIOR, James W. Goodwin. *Cidades de Papel: imprensa, progresso e tradição*. Diamantina e Juiz de Fora, MG (1884-1914), 2007. 352 f. Tese (doutorado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2007.

KAMEL, Roberto Chafik Abu. *Gestão Municipal e o processo de organização do espaço urbano da cidade de Belo Horizonte (1894-1960)*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2007.

LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2001

LLE GOFF, J. *Por amor às cidades*. São Paulo: UNESP, 2001.

LEMOS, Mauro B., CUNHA, Altivo R. A. A. *Empresas e setores dominantes no sistema agroalimentar em Belo Horizonte e o alcance das políticas de regulação da SMAB*. Relatório de pesquisa. vol I, II, III, 1994.

LEMOS, Mauro B., CUNHA, Altivo R. A. A. Os fluxos de Abastecimento no Sistema agroalimentar de Minas Gerais: O caso de Belo Horizonte. In: Seminário de Economia Mineira, 7, 1995, Diamantina. *Anais do VII Seminário de Economia Mineira*, v. 2, Diamantina, 1995.

LOTTA, Gabriela, OLIVEIRA, Vanessa Elias de, PIRES, Roberto (Orgs.). *Burocracia e Políticas Públicas no Brasil: interseções analíticas*. Brasília: Ipea: Enap, 2018.

MARTINEZ, Cláudia Eliane Parreiras Marques. *Cinzas do Passado: riqueza e cultura material no vale do Paraopeba/MG, 1840 a 1914*. Tese (doutorado), História Econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

MAUAD, Ana Maria. Sobre as imagens na História: um balanço de conceitos e perspectivas. In: *Revista Maracanan*. Vol. 12, N. 14, Rio de Janeiro. Jan/junho 2016, p. 33 a 48. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/20858>>. Acesso em 31 de outubro de 2019.

MENDONÇA, Sônia Regina de. *Estado e políticas agrícolas na historiografia brasileira*. In: Conhecimento Histórico e Diálogo Social: XXVII Simpósio Nacional de História (ANPUH). Natal: RN. 2013. P. 5. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1363459588_ARQUIVO_trabalho_SONIAMENDONCA_ST118.pdf>. Acesso em: 09 de dezembro de 2019.

MENESES, José Newton Coelho. *O continente rústico: abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas*. 1. ed. Diamantina, MG: Maria Fumaça ed., 2000. (Coleção vagão da história; v.1).

MENESES, José Newton Coelho. Apresentação. Culturas alimentares, práticas e artefatos. *Vária História*. Belo Horizonte, v. 32, n. 58, p. 15-20, jan. /abr., 2016.

MENESES, José Newton Coelho. Pátio cercado por árvores de espinho e outras frutas, sem ordem e sem simetria: o quintal em vilas e arraiais de Minas Gerais (séculos XVIII e XIX). In: *Estudos de Cultura Material. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*. Vol. 23, N. 2, São Paulo. Julho/Dez. 2015.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de; CARNEIRO, Henrique. A História da Alimentação: balizas historiográficas. *Anais do Museu Paulista*, 5, p. 9-91, jan., 1997.

MESQUITA, Yuri Mello. *Jardim de asfalto: água, meio ambiente, canalização e as políticas públicas de saneamento básico em Belo Horizonte, 1948-1973*. 2013. 177 f. Dissertação (mestrado), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

MONTANARI, Massimo. *Comida como cultura*. 2ª ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2013.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Orgs.) *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática*. 2 ed - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. P. 159.

MOURÃO, Ivens Roberto de Araujo e COLOMBINI, Rogério. Manual 1: Breve história do sistema de Ceasas no Brasil (1960 a 2007). Brasília, 2008. Disponível em: <<http://www.ceasa.gov.br>>. Acesso em 12 set. 2016.

NABUCO, Maria Regina. A (des)institucionalização das políticas regionais no Brasil. *Etc, espaço, tempo e crítica*: revista eletrônica de ciências humanas e sociais e outras coisas. Rio de Janeiro, vol 1, n.2, set. 2007. Disponível em: <<http://www.uff.br/etc>>. Acesso em 12 set. 2016.

PIMENTEL, Thaís Veloso Cougo. Belo Horizonte ou o estigma da cidade moderna. *Vária História*. Belo Horizonte, n. 18, P. 61-66, setembro, 1997.

PEREIRA, João Márcio Mendes. Modernização, combate à pobreza e mercado de terras: uma análise das políticas do Banco Mundial para agricultura e desenvolvimento rural (1944-2003). *Vária História*. Belo Horizonte, v. 32, n. 58, p. 225-258, jan. /abr., 2016.

PRADO, SD., et al. Orgs. *Estudos Sócio-culturais em alimentação e saúde: saberes em rede*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2016. Sabor metrópole séries, vol. 05. P. 59-102.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo (SP): Ática, 1993.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do Espaço Habitado: fundamentos teóricos e metodológicos na geografia*. 6.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

RODRIGUES, Jaime. Alimentação popular em São Paulo (1920 a 1950) – políticas públicas, discursos técnicos e práticas profissionais. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*. vol.15, n.2, jul. /dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em: 12 set. 2016.

ROMERO, José Luís. *América Latina: as cidades e as idéias*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2004.

ROSSI, Aldo. *A Arquitetura da Cidade*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SABINO, Fernando. *O menino no espelho*. Rio de Janeiro: Record, 40 ed, 1993.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. 7ª edição. São Paulo: EDUSP, 2014.

SCOTT, James C. *A Dominação e a Arte da Resistência*. Lisboa: Letra Livre, 2013.

SIMÕES, et al. O Índice de Qualidade de Vida Urbana de Belo Horizonte (IQVU/BH) como instrumento de gestão municipal: produção e elaboração de novos indicadores urbanos. In: Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais,

Econômicas e Territoriais, 1996, Rio de Janeiro. *Anais do Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais*. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

SILVA, Flávio Marcus. *Subsistência e Poder: a política do abastecimento alimentar nas Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

SILVA, Regina Helena Alves. *A Cidade de Minas*. 1991. 161f. Dissertação (mestrado), Departamento de Ciências Políticas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1991.

Wegner, R. C., y Belik, W. (2012). *Distribuição de hortifruti no Brasil: papel das Centrais de Abastecimento e dos supermercados*. Cuadernos de desarrollo rural, 9 (69), 195-220.

ANEXO I

EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA PREFEITURA DE BELO HORIZONTE

EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA PREFEITURA DE BELO HORIZONTE



PERÍODO: 21/11/1948 a 19/3/1951 - ADMINISTRAÇÃO DIRETA - DEPARTAMENTO DO ABASTECIMENTO



EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA PREFEITURA DE BELO HORIZONTE



PERÍODO: 13/10/1965 a 27/9/1967 - ADMINISTRAÇÃO DIRETA - DEPARTAMENTO DE ABASTECIMENTO



